



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

fluxos
fluxos emigratórios
Migração
Nupcialidade
casamentos
divórcio
População
Mortalidade
Natalidade
esperança média de vida



Estatísticas Demográficas 2013

Edição 2014



Estatísticas
oficiais

Ficha técnica

Título

ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS 2013

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Tel: +351 218 426 100
Fax: +351 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, IP

ISSN: 0377-2284

ISBN: 978-989-25-0273-1

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio a clientes

808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

150 ANOS
CENSOS
EM PORTUGAL
1864-2014

Nota Introdutória

A publicação “Estatísticas Demográficas” de 2013 corresponde à 73ª edição do anuário temático sobre Demografia, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, IP) desde 1935.

Esta edição apresenta, para além de uma análise global da situação demográfica em 2013, um vasto conjunto de indicadores demográficos relativos a vertentes inerentes à evolução demográfica da população residente em Portugal: volume e estrutura etária, crescimento natural e migratório, natalidade e fecundidade, mortalidade e esperanças de vida, formação e dissolução familiar (casamentos e divórcios) e movimentos migratórios internacionais.

Os dados publicados estão, na generalidade, desagregados ao primeiro e segundo níveis da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS I e NUTS II) e reportam ao período 2008-2013. Associadas a cada tabela encontram-se *hiperligações* para dados com um maior detalhe geográfico e temporal. Sublinha-se que são disponibilizadas séries longas dos principais indicadores demográficos com informação decenal para o período 1900-1980 e anual de 1980 a 2013 (Capítulo 6 – quadros síntese).

No Portal do INE (www.ine.pt > Informação Estatística > Dados Estatísticos > Base de dados > População), está disponível um vasto conjunto de indicadores demográficos com desagregações territoriais por NUTS I, II, III e Município. Salienta-se ainda que a informação estatística relativa a nados vivos, óbitos, óbitos fetais e casamentos está disponível, a pedido, até ao nível da freguesia.

O Instituto Nacional de Estatística agradece às entidades detentoras de dados administrativos que concorreram para a informação divulgada nesta publicação, em particular ao Instituto dos Registos e Notariado e às Conservatórias do Registo Civil, à Direção Geral da Saúde, à Direção Geral da Política da Justiça e ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e à Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Para que possa continuar a satisfazer adequadamente as necessidades dos utilizadores, o INE solicita e agradece antecipadamente todas as críticas e sugestões que contribuam para melhorar a informação no domínio das estatísticas demográficas.

INE, setembro de 2014

Índice

pág. 02	Ficha técnica
pág. 03	Nota introdutória
pág. 11	Sumário Executivo
pág. 16	Sinais convencionais
pág. 17	Capítulo 1 População residente
pág. 19	1.1 Evolução recente do número de pessoas residentes em Portugal e das componentes de crescimento demográfico
pág. 24	1.2 Estrutura etária da população residente
pág. 30	1.3 Projeções de população residente em Portugal
pág. 32	1.4 Portugal no contexto da União Europeia
pág. 35	Capítulo 2 Natalidade
pág. 37	2.1 Evolução recente do número de nados vivos e das taxas brutas de natalidade
pág. 39	2.2 Indicadores de Fecundidade
pág. 41	2.3 Idades médias ao nascimento dos filhos
pág. 42	2.4 Ordem de nascimento
pág. 43	2.5 Nados vivos segundo a filiação
pág. 44	2.6 Nados vivos de partos gemelares
pág. 45	2.7 Nados vivos de baixo peso e prematuros
pág. 47	2.8 Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais
pág. 48	2.9 Nados vivos por meses de nascimento
pág. 49	2.10 Portugal no contexto da União Europeia
pág. 51	Capítulo 3 Mortalidade
pág. 53	3.1 Evolução recente do número de óbitos e taxas de mortalidade
pág. 54	3.2 Mortalidade por idades e sexo
pág. 59	3.3 Mortalidade por causas de morte
pág. 64	3.4 Mortalidade por meses
pág. 66	3.5 Mortalidade infantil, perinatal e fetal
pág. 70	3.6 Esperança de vida
pág. 74	3.7 Portugal no contexto da União Europeia

pág. 77	Capítulo 4 Nupcialidade
pág. 79	4.1 Celebração de casamentos
pág. 79	4.1.1 Evolução recente do número de casamentos e das taxas brutas de nupcialidade
pág. 80	4.1.2 Casamentos por meses
pág. 82	4.1.3 Casamentos por estado civil anterior
pág. 83	4.1.4 Casamentos por idades dos cônjuges
pág. 85	4.1.5 Casamentos segundo a residência anterior comum
pág. 86	4.1.6 Casamentos por modalidade
pág. 87	4.1.7 Casamentos por forma de celebração
pág. 88	4.1.8 Casamentos entre portugueses e estrangeiros
pág. 89	4.2 Casamentos dissolvidos por morte
pág. 89	4.2.1 Evolução recente do número de casamentos dissolvidos por morte e taxas de viuvez
pág. 91	4.2.2 Casamentos dissolvidos por morte por modalidade do casamento
pág. 91	4.3 Casamentos dissolvidos por divórcio
pág. 92	4.3.1 Evolução recente do número de casamentos dissolvidos por divórcio e taxas de divorcialidade
pág. 93	4.3.2 Modalidades e fundamentos do divórcio
pág. 94	4.3.3 Modalidade do casamento dissolvido
pág. 94	4.3.4 Idade ao divórcio
pág. 95	4.3.5 Divórcios por duração do casamento
pág. 96	4.4 Portugal no contexto da União Europeia
pág. 99	Capítulo 5 Fluxos Migratórios Internacionais
pág. 102	5.1 Fluxos imigratórios internacionais
pág. 104	5.2 Fluxos emigratórios internacionais
pág. 106	5.3 Títulos de residência e Vistos
pág. 106	5.3.1 Concessões de títulos de residência
pág. 107	5.3.2 População estrangeira com estatuto de residente
pág. 109	5.3.3 Vistos Prorrogados
pág. 111	5.3.4 Vistos concedidos (estada temporária e residência)
pág. 116	5.4 Aquisição da nacionalidade portuguesa
pág. 123	Capítulo 6 Indicadores demográficos (Série longa) – Quadros síntese
pág. 133	Capítulo 7 Notas explicativas e conceitos
pág. 147	Anexos Estatística Demográfica Portuguesa

Índice de figuras

	Capítulo 1	População Residente
pág. 20	Figura 1.1.1	População residente por sexo (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 21	Figura 1.1.2	Variação populacional, saldo natural e saldo migratório (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 23	Figura 1.1.3	Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório (%), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 24	Figura 1.2.1	População residente por grandes grupos etários (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 25	Figura 1.2.2	Distribuição percentual da população residente por grandes grupos etários, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 27	Figura 1.2.3	Índices de dependência total, de jovens e de idosos (Nº), Portugal e NUTSII, 2008-2013
pág. 28	Figura 1.2.4	Índice de Envelhecimento (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 28	Figura 1.2.5	Índice de Envelhecimento, Portugal e municípios (Nº), 2008 e 2013
pág. 29	Figura 1.2.6	Pirâmides etárias, Portugal e NUTS II, 2008 e 2013
pág. 31	Figura 1.3.1	População residente, estimativas e projeções, Portugal, 1980 e 2060
pág. 31	Figura 1.3.2	Pirâmide etária, Portugal, 2013 (estimativas) e 2060 (projeções, cenário central)
pág. 32	Figura 1.4.1	Proporção de jovens, UE28 e Estados Membros, 2012
pág. 33	Figura 1.4.2	Proporção de idosos, UE28 e Estados Membros, 2012
	Capítulo 2	Natalidade
pág. 38	Figura 2.1.1	Nados vivos (Nº) e taxas brutas de natalidade (‰), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 39	Figura 2.2.1	Taxas de fecundidade específicas por grupo etário (‰), Portugal, 2008-2013
pág. 40	Figura 2.2.2	Índice sintético de fecundidade (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 41	Figura 2.3.1	Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho (anos), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 42	Figura 2.4.1	Nados vivos segundo a ordem de nascimento (%), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 43	Figura 2.5.1	Nados vivos segundo a filiação (%), Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 44	Figura 2.6.1	Nados vivos de partos gemelares por grupo etário das mães, Portugal, 2008-2013
pág. 45	Figura 2.7.1	Nados vivos de baixo peso, Portugal, 2008-2013
pág. 46	Figura 2.7.2	Nados vivos prematuros, Portugal, 2008-2013
pág. 47	Figura 2.8.1	Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais, Portugal, 2008-2013
pág. 48	Figura 2.9.1	Nados vivos por meses de nascimento e índice mensal de natalidade, Portugal, 2008-2013
pág. 49	Figura 2.10.1	Índice sintético de fecundidade (Nº), UE28 e Estados Membros, 2012

Capítulo 3 Mortalidade

pág. 54	Figura 3.1.1	Óbitos e taxas brutas de mortalidade, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 55	Figura 3.2.1	Óbitos e taxas específicas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2008-2013
pág. 55	Figura 3.2.2	Taxas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2008 e 2013
pág. 56	Figura 3.2.3	Óbitos e taxas específicas de mortalidade por grupos etários e sexo, Portugal, 2008 e 2013
pág. 57	Figura 3.2.4	Óbitos por idades e sexo, Portugal, 2008 e 2013
pág. 58	Figura 3.2.5	Rácio das taxas de mortalidade de homens e mulheres (sobremortalidade masculina), por grupos de idades, Portugal, 2008 e 2013
pág. 59	Figura 3.2.6	Rácio das taxas de mortalidade por grupos de idades e sexo, Portugal, 2008 e 2013
pág. 60	Figura 3.3.1	Óbitos por causa de morte, Portugal, 2007-2012
pág. 61	Figura 3.3.2	Óbitos por causa de morte e sexo, Portugal, 2007-2012
pág. 62	Figura 3.3.3	Óbitos por causa de morte por idades e sexo, Portugal, 2012
pág. 63	Figura 3.3.4	Óbitos por causa de morte e sexo, Portugal e NUTS II, 2012
pág. 64	Figura 3.4.1	Óbitos por meses, Portugal, 2008-2013
pág. 65	Figura 3.4.2	Índice mensal da mortalidade por grupos etários, Portugal, 2013
pág. 66	Figura 3.5.1	Óbitos de menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 67	Figura 3.5.2	Óbitos neonatais e taxa de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2008- 2013
pág. 68	Figura 3.5.3	Óbitos neonatais precoces e taxa de mortalidade neonatal precoce, Portugal e NUTS II, 2008- 2013
pág. 69	Figura 3.5.4	Óbitos perinatais e taxa de mortalidade perinatal, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 70	Figura 3.5.5	Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 71	Figura 3.6.1	Esperança de vida à nascença por sexo, Portugal e NUTS II, 2006-2008 a 2011-2013
pág. 72	Figura 3.6.2	Esperança de vida aos 65 anos por sexo, Portugal e NUTS II, 2006-2008 a 2011-2013
pág. 73	Figura 3.6.3	Função de sobrevivência por sexo, Portugal, 2011-2013
pág. 74	Figura 3.7.1	Esperança de vida à nascença por sexo, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012
pág. 75	Figura 3.7.2	Anos de vida em saúde à nascença, Países da UE28, Noruega e Islândia, 2011
pág. 76	Figura 3.7.3	Taxa de mortalidade infantil, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012

Capítulo 4 Nupcialidade (celebração e dissolução de casamentos)

pág. 80	Figura 4.1.1.1 Casamentos e taxas brutas de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 81	Figura 4.1.2.1 Casamentos por mês, Portugal, 2008-2013 e índice mensal de nupcialidade, Portugal, 2008 e 2013
pág. 82	Figura 4.1.3.1 Primeiros casamentos, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 83	Figura 4.1.4.1 Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 84	Figura 4.1.4.2 Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 85	Figura 4.1.5.1 Casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 86	Figura 4.1.6.1 Casamentos segundo a modalidade, Portugal e NUTSII, 2010-2013
pág. 87	Figura 4.1.7.1 Casamentos entre pessoas de sexo oposto por forma de celebração (%), Portugal, 2008-2013
pág. 88	Figura 4.1.8.1 Casamentos entre pessoas do sexo oposto segundo a nacionalidade dos cônjuges, Portugal, 2008-2013
pág. 90	Figura 4.2.1.1 Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 91	Figura 4.2.2.1 Casamentos dissolvidos por morte segundo a modalidade do casamento, Portugal, 2011-2013
pág. 92	Figura 4.3.1.1 Divórcios decretados e taxas brutas de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2008-2013
pág. 93	Figura 4.3.2.1 Divórcios decretados segundo a modalidade, Portugal, 2009-2013
pág. 94	Figura 4.3.3.1 Divórcios decretados segundo a modalidade do casamento, Portugal, 2011-2013
pág. 95	Figura 4.3.4.1 Idade média ao divórcio, por sexo, Portugal, 2008-2013
pág. 95	Figura 4.3.5.1 Duração média do casamento à data do divórcio, Portugal, 2008-2013
pág. 96	Figura 4.4.1 Taxa bruta de nupcialidade, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012
pág. 97	Figura 4.4.2 Taxa bruta de divorcialidade, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012

Capítulo 5 Fluxos migratórios internacionais

pág. 102	Figura 5.1.1 Imigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2008-2013
pág. 103	Figura 5.1.2 Imigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de naturalidade, Portugal, 2008-2013
pág. 103	Figura 5.1.3 Imigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países da última residência, Portugal, 2008-2013
pág. 104	Figura 5.2.1 Emigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2008-2013
pág. 104	Figura 5.2.2 Emigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de destino, Portugal, 2008-2013
pág. 105	Figura 5.2.3 Emigrantes temporários (Nº), por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2011-2013

pág. 105	Figura 5.2.4	Emigrantes temporários (Nº), por sexo e grupos de países de destino, Portugal, 2011-2013
pág. 107	Figura 5.3.1.1	População estrangeira a quem foi concedido título de residência (Nº), por principais nacionalidades, Portugal, 2008-2013
pág. 109	Figura 5.3.2.1	População estrangeira com estatuto de residente (Nº), por principais nacionalidades, Portugal, 2008-2013
pág. 110	Figura 5.3.3.1	Vistos prorrogados (Nº), por principais nacionalidades, Portugal, 2008-2013
pág. 112	Figura 5.3.4.1	Vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses (Nº), por principais nacionalidades e sexo, 2008-2013
pág. 113	Figura 5.3.4.2	Vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses (Nº), por principais nacionalidades e sexo, 2013
pág. 114	Figura 5.3.4.3	Vistos de estada temporária e de residência (Nº) concedidos nos postos consulares portugueses, por nacionalidade e sexo, 2013
pág. 117	Figura 5.4.1	Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por tipo de aquisição, sexo e residência, 2008-2012
pág. 120	Figura 5.4.2	Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por principais nacionalidades, 2008-2012
pág. 121	Figura 5.4.3	Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por sexo, grupo etário e residência, 2008-2012
Capítulo 6 Indicadores demográficos (Série longa) - Quadros síntese		
pág. 124	Figura 6.1.1	População e indicadores demográficos, Portugal, 2003-2013
pág. 125	Figura 6.1.2	Indicadores demográficos, NUTS III, 2013
pág. 127	Figura 6.2.1	Indicadores de população residente (série longa)
pág. 128	Figura 6.2.2	Indicadores de natalidade (série longa)
pág. 129	Figura 6.2.3	Indicadores de mortalidade (série longa)
pág. 130	Figura 6.2.4	Indicadores de nupcialidade (série longa)
pág. 131	Figura 6.2.5	Indicadores de população estrangeira a residir ou permanecer de forma legal, em Portugal, segundo o enquadramento legal, 1980-2013

Sumário executivo

Esta publicação sintetiza um conjunto extenso de informação estatística produzida anualmente, sobre a situação demográfica do país. São abordados de forma analítica quer aspetos gerais como o volume e estruturas da população sob diversas óticas, quer aspetos particulares relativos ao comportamento da população residente nos domínios da fecundidade, mortalidade, nupcialidade e migrações internacionais. Cada tema é tratado em capítulo autónomo, contemplando i) uma análise nacional e regional relativa ao último ano para o qual se dispõe de dados, ii) uma análise da evolução demográfica nos últimos cinco anos e, sempre que possível, iii) uma contextualização de Portugal na União Europeia.

No capítulo 1 - **População**, apresentam-se e analisam-se os resultados do exercício das Estimativas Anuais de População Residente e os indicadores demográficos resultantes, constatando-se um novo decréscimo da população residente em Portugal, em consequência de saldos natural e migratório de valores negativos.

Simultaneamente, mantém-se a tendência de envelhecimento demográfico resultante do efeito conjugado da redução da população jovem e em idade ativa e do aumento do número de pessoas idosas. Esta tendência reflete a descida continuada da natalidade, o aumento da longevidade e, mais recentemente, o crescimento dos fluxos emigratórios.

Em 31 de dezembro de 2013, a população residente em Portugal foi estimada em 10 427 301 pessoas, valor que representa uma taxa de crescimento efetivo de -0,57%. Esta evolução decorreu de valores negativos da taxa de crescimento natural (-0,23%) e da taxa de crescimento migratório (-0,35%).

Executiv Summary

This demographic yearbook summarizes a wide range of statistical information produced annually related to the present demographic situation in Portugal. Aspects as population volumes and structures, in particular aspects related to the demographic behaviour of resident population, are analyzed in its various aspects: fertility, mortality, nuptiality and international migration. Each chapter analyses one of these demographic components, where information related to the most recent available data is presented at a national and regional level, as well as the demographic evolution observed in the last five years and, whenever possible, an overview of Portugal in the context of the European Union.

In Chapter 1 – **Population**, results from the Annual Resident Population Estimates exercise are presented, as well as several other demographic indicators. Resident population estimates show a new decrease of population residing in Portugal, as a result of both negative natural balance and net migration.

At the same time, the demographic ageing trend observed in the last few years persists, as a result of a decrease of both young and working age population, and an increase of the elderly population. This trend reflects the continuing decrease in birth rates, the rise of life expectancy and, most recently, the increase of emigration flows.

On 31st December 2013, the resident population in Portugal was estimated to be of 10,427,301 persons, marking a negative population growth rate (-0.57%). Adding to this growth rate are both a negative natural growth rate (-0.23%) and a negative migration growth rate (-0.35%).

Entre 2008 e 2013 a proporção de jovens (menos de 15 anos de idade), face ao total de população residente, passou de 15,4% para 14,6%; o peso das pessoas em idade ativa (15 a 64 anos de idade) também diminuiu, passando de 66,6% para 65,6. Em contrapartida, a proporção de pessoas idosas (65 ou mais anos de idade) aumentou 1,9 p.p., situando-se em 19,9%. Em consequência, o índice de envelhecimento passou de 116 para 136 pessoas idosas por cada 100 jovens.

No capítulo 2 - **Natalidade**, apresentam-se os principais indicadores de natalidade e de fecundidade relativos a 2013, os quais apontam para a acentuação do declínio da fecundidade e para a continuação do adiamento da idade das mulheres ao nascimento dos filhos.

No último ano nasceram 82 787 nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, menos 7 054 do que em 2012, o que representa um decréscimo de 7,9% em termos absolutos e uma redução da taxa de natalidade de 8,5 para 7,9 nados vivos por mil habitantes.

O índice sintético de fecundidade registou novo decréscimo, passando de 1,28 para 1,21 crianças por mulher; a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho passou de 29,5 para 29,7 anos e a idade média da mulher ao nascimento de um filho subiu de 31,0 para 31,2 anos de idade.

No capítulo 3 - **Mortalidade** são apresentados os indicadores relativos a este domínio. Em 2013, ocorreram 106 543 óbitos de pessoas residentes em Portugal, o que corresponde a uma redução de 1,0% face a 2012. A taxa bruta de mortalidade, em 2013, foi 10,2 óbitos por mil habitantes.

Between 2008 and 2013, the proportion of young people (0 to 14 years of age) decreased from 15.4% to 14.6%; the working age population (15 to 64 years of age) was reduced from 66.6% to 65.6%; and the percentage of elderly population (65 years of age and older) increased from 18.0% to 19.9%. As a consequence, the ageing index changed from 116 to 136 elderly people per 100 young people.

In Chapter 2 – **Fertility**, the main birth and fertility indicators are analyzed. In 2013 these indicators point to a faster decrease of fertility and a persistent postponing of motherhood. In 2013 there were 82.787 live births from mothers residing in Portugal, 7.054 less than the value observed in 2012, a decrease of 7.9% between the two years.

From 2012 to 2013 the birth rate decreased from 8.5 to 7.9 live births per thousand inhabitants; the total fertility rate (TFR) dropped from 1.28 to 1.21 children per woman; the mean age of women at first birth rose from 29.5 to 29.7 years of age, and the mean age of women at childbirth went up from 31.0 to 31.2 years of age.

In Chapter 3 – **Mortality**, indicators related to this domain are presented. In 2013, there were 106,543 deaths of individuals residing in Portugal, a decrease of 1.0% compared with 2012. In 2013 the crude death rate was of 10.2 deaths per thousand inhabitants.

Da totalidade dos óbitos registados, a maior parte – 68,9% - ocorreu em pessoas com idades iguais ou superiores a 75 anos.

A proporção de óbitos de crianças com menos de 1 ano no total de óbitos foi de 0,2%, valor inferior ao registado em 2012 (0,3%). A taxa de mortalidade infantil, 2,9 óbitos por mil nados vivos, diminuiu, assim, ligeiramente face a 2012.

Para o triénio 2011-2013 a esperança de vida à nascença situou-se em 76,91 anos para os homens e em 82,79 anos para as mulheres.

O mês de dezembro de 2013 foi o que registou maior intensidade na mortalidade, com uma média diária de 340 óbitos. O número de óbitos atinge habitualmente os valores mais elevados nos meses de inverno (327 óbitos diários, em média) e os valores mais reduzidos nos meses de verão (269, em média). A maior incidência de mortalidade nos meses de inverno ocorre entre os indivíduos com 75 e mais anos.

Dos óbitos ocorridos em Portugal, em 2013, resultaram 12 967 viúvos e 32 601 viúvas. A dissolução do casamento por morte do cônjuge afeta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina, justificando a disparidade das taxas brutas de viuvez por sexo: 2,6 por mil homens e 5,9 por mil mulheres.

No capítulo 4 - **Nupcialidade** os indicadores relativos a 2013 demonstram que a nupcialidade continua em queda ao mesmo tempo que o número de divórcios voltou a diminuir, invertendo a tendência de aumento registada até 2010.

The majority of all the registered deaths in 2013 occurred amongst individuals aged 75 or more years old – 68.9%.

Form all registered deaths, the proportion that occurred amongst children aged up to one year old was of 0.2%, a lower value than the one registered in 2012 (0.3%). The infant mortality rate was 2.9 deaths per thousand live births, a slight decrease from the 2012 value.

The life expectancy at birth in 2011-2013 was estimated to be of 76.91 years for men and 82.79 years for women.

In 2013, December was the month that registered the highest levels of mortality, with an average of 340 deaths per day. The number of deaths tends to be greater in the winter months (327 deaths per day, on average) and fewer during the summer months (269, on average). The excess mortality in the winter months was most evident amongst individuals aged 75 years and over.

As a result of deaths registered in 2013, there were 12,967 widowers and 32,601 widows. Widowhood mainly affects women due to higher male mortality, explaining the gap between the crude widowhood rates estimated for men and women: 2.6 per thousand men and 5.9 per thousand women.

No decurso de 2013, realizaram-se 31 998 casamentos (305 dos quais entre pessoas do mesmo sexo), menos 2 425 do que os realizados em 2012, significando uma redução de 7,0%.

O adiamento da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas para ambos os sexos: a idade média ao primeiro casamento em 2013 situou-se em 31,7 anos para os homens e 30,2 anos para as mulheres, face a 31,4 anos e 29,9 anos, respetivamente em 2012.

Do total de casamentos celebrados, 72,0% respeitam a primeiros casamentos para ambos os nubentes, proporção ligeiramente inferior à de 2012 (72,9%), parecendo confirmar-se a tendência de aumento da nupcialidade de segunda ordem ou superior dos últimos anos.

Em cerca de metade (50,1%) dos casamentos realizados em 2013 os nubentes já possuíam residência anterior comum, confirmando a evolução que se tem vindo a acentuar nos últimos anos (35,4% em 2008).

A proporção de casamentos exclusivamente civis no total de casamentos celebrados entre pessoas de sexo oposto tem também vindo a aumentar, passando de 55,3% em 2008 para 62,9% em 2013 (61,5% em 2012).

O número de casamentos entre pessoas de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira diminuiu ligeiramente entre 2012 e 2013, passando de 11,9% em 2012 para 11,6% em 2013.

In Chapter 4 - **Marriage and divorce**, indicators from 2013 show a drop in marriages and a simultaneous decrease in divorces, shifting the rising trend observed over the last few years.

There were 31,998 marriages registered in Portugal during 2013 (from which 305 were between same-sex individuals), 2,425 less than the value registered in 2012, resulting in a decrease of 7.0%.

The increase in the mean age at marriage is a trend that has been observed over the last few decades for both sexes. The mean age at first marriage stood at 31.7 years for men and 30.2 years for women in 2013, compared to 31.4 years and 29.9 years for men and women, respectively, in 2012.

From the total number of marriages (31,998), 72.0% were first marriages for both spouses (single men and women), a slightly higher percentage than the one observed in 2012 (72.9%), corroborating the increase in second or higher order marriages trend observed in the last few years.

In around half the marriages celebrated in 2013 (50.1%) the future spouses already cohabitated, which is in line with the increase observed over the last few years (35,4% in 2008).

The proportion of strictly civil marriages on the total number of marriages celebrated between opposite sex individuals has been increasing, going from 55.3% in 2008 to 62.9% in 2013 (61.5% in 2012).

No ano transato foram decretados 22 784 divórcios, menos 2 938 do que em 2012, tendo a taxa bruta de divorcialidade atingindo 2,2 divórcios por mil habitantes.

No capítulo 5 - **Fluxos Migratórios Internacionais**, apresentam-se as estimativas sobre as migrações internacionais para os anos mais recentes, as quais apontam para um recrudescimento dos fluxos emigratórios que, a par com fluxos imigratórios de menor dimensão, se traduzem em saldos migratórios negativos desde 2011.

Em 2013, o número de emigrantes permanentes (53 786) ultrapassou novamente o de imigrantes permanentes (17 554), resultando num saldo migratório negativo de -36 232 pessoas (-37 352 em 2012).

No que respeita à emigração temporária, as estimativas para 2013 indicam que saíram do país cerca de 74 322 pessoas com intenção de permanecer no estrangeiro por um período inferior a um ano (69 460 em 2012).

The number of marriages between Portuguese and foreigners had a slight decrease between 2012 and 2013, going from 11.9% to 11.6%.

In 2013, there were 22,784 divorces in Portugal, 2,938 less than in 2012. The crude divorce rate stood at 2.2 divorces per thousand inhabitants.

In Chapter 5 - **International migration flows**, international migration estimates for most recent years are presented. They show a re-increase of emigration flows along with lower levels of immigration flows, contributing for a return to negative net migration values since 2011.

In 2013 the number of permanent emigrants (53,786) overcame again the number of permanent immigrants (17,554), resulting in a negative net migration -36,232 (-37,352 in 2012).

As to temporary emigration, 2013 estimates point to a number of 74,322 individuals that left the country with the intention of remaining abroad for a period shorter than one year (69,460 in 2012).

Sinais Convencionais

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
Θ	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
$\perp$	Quebra de série/comparabilidade
f	Valor previsto
P_e	Valor preliminar
P_o	Valor provisório
R_c	Valor retificado
R_v	Valor revisto
$\S$	Valor com coeficiente de variação elevado
μ	Média
=	Igual
>	Maior que
$\geq$	Maior ou igual
<	Menor que
$\leq$	Menor ou igual
%	Percentagem
‰	Permilagem
Σ	Soma de
$\neq$	Diferente

Siglas

H	Sexo Masculino
HM	Total dos dois sexos
M	Sexo Feminino
N.º	Número
SI	Sexo ignorado
UE28	União Europeia a 28 países

População Residente

Capítulo

1

População Residente

Em 2013, a população residente estimada para Portugal foi de 10 427 301 pessoas, menos 59 988 do que em 2012, traduzindo uma taxa de crescimento efetivo de -0,57%. A diminuição da população residente decorre do declínio do crescimento natural, com valores negativos desde 2009, e da desaceleração do crescimento migratório, que revelou valores negativos a partir de 2011.

As alterações na estrutura etária da população, nomeadamente o decréscimo da população jovem e o aumento da população idosa, refletem-se no continuar do processo de envelhecimento demográfico, verificando-se um aumento da idade média da população residente em Portugal de cerca de 41 para 43 anos, entre 2008 e 2013.

1.1 Evolução recente do número de pessoas residentes em Portugal e das componentes de crescimento demográfico

Em 31 de Dezembro de 2013, a população residente em Portugal foi estimada em 10 427 301 pessoas, das quais 4 958 020 eram homens e 5 469 281 eram mulheres. Face ao ano anterior, observou-se um decréscimo populacional, tendência que se verifica desde 2010 e que em 2013 foi transversal a todas as regiões NUTS II.

Figura 1.1.1

População residente por sexo (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
População total (Nº)								
2008	10 563 014	3 712 554	2 341 807	2 792 105	764 652	440 088	246 670	265 138
2009	10 573 479	3 705 980	2 337 787	2 808 205	762 068	445 824	246 900	266 715
2010	10 572 721	3 693 585	2 331 642	2 822 761	758 707	451 304	246 757	267 965
2011	10 542 398	3 687 224	2 316 169	2 827 050	754 385	446 140	247 194	264 236
2012	10 487 289	3 666 234	2 298 938	2 818 388	748 699	444 390	247 549	263 091
2013	10 427 301	3 644 195	2 281 164	2 807 525	743 306	442 358	247 440	261 313
Homens (Nº)								
2008	5 066 239	1 785 904	1 121 570	1 324 843	371 478	215 388	121 777	125 279
2009	5 063 745	1 779 537	1 118 291	1 330 660	369 678	217 869	121 770	125 940
2010	5 053 543	1 768 846	1 113 554	1 335 590	367 484	220 145	121 518	126 406
2011	5 030 437	1 763 848	1 103 433	1 336 350	365 209	216 150	121 693	123 754
2012	4 995 697	1 750 568	1 093 565	1 329 450	362 261	214 946	121 768	123 139
2013	4 958 020	1 736 838	1 083 228	1 321 167	359 439	213 656	121 646	122 046
Mulheres (Nº)								
2008	5 496 775	1 926 650	1 220 237	1 467 262	393 174	224 700	124 893	139 859
2009	5 509 734	1 926 443	1 219 496	1 477 545	392 390	227 955	125 130	140 775
2010	5 519 178	1 924 739	1 218 088	1 487 171	391 223	231 159	125 239	141 559
2011	5 511 961	1 923 376	1 212 736	1 490 700	389 176	229 990	125 501	140 482
2012	5 491 592	1 915 666	1 205 373	1 488 938	386 438	229 444	125 781	139 952
2013	5 469 281	1 907 357	1 197 936	1 486 358	383 867	228 702	125 794	139 267

20

Para mais
informação
consulte: 

>> População residente
(N.º) por Local de
residência (NUTS -
2002), Sexo e Idade

>> População residente
(N.º) por Local de
residência, Sexo e
Grupo etário

Em 2013 a população residente em Portugal diminuiu 59 988 pessoas. Para esta variação populacional contribuíram os valores negativos quer do saldo natural quer do saldo migratório estimado (-23 756 e -36 232, respetivamente).

Figura 1.1.2

Variação populacional, saldo natural e saldo migratório (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013

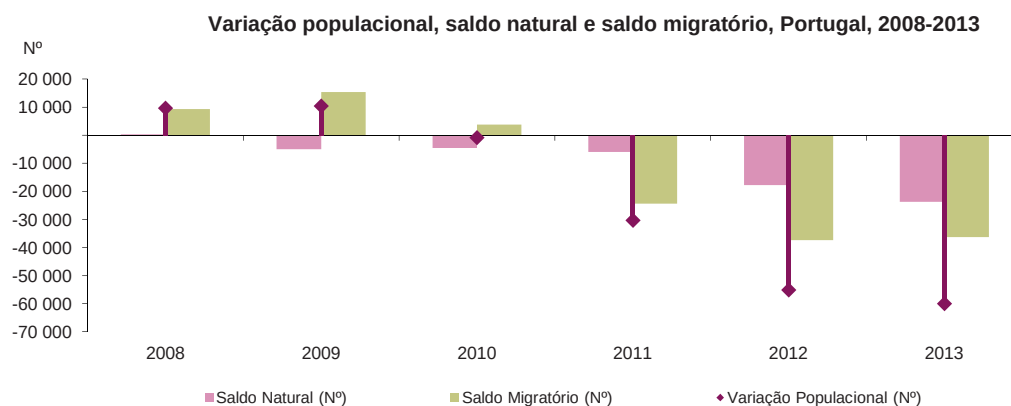
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Variação Populacional (Nº)								
2008	9 675	- 7 219	- 4 174	16 430	- 2 883	5 532	297	1 692
2009	10 465	- 6 574	- 4 020	16 100	- 2 584	5 736	230	1 577
2010	- 758	- 12 395	- 6 145	14 556	- 3 361	5 480	- 143	1 250
2011	- 30 323	- 6 361	- 15 473	4 289	- 4 322	- 5 164	437	- 3 729
2012	- 55 109	- 20 990	- 17 231	- 8 662	- 5 686	- 1 750	355	- 1 145
2013	- 59 988	- 22 039	- 17 774	- 10 863	- 5 393	- 2 032	- 109	- 1 778
Saldo Natural (Nº)								
2008	314	3 208	- 6 918	7 219	- 4 035	174	562	104
2009	- 4 943	1 028	- 7 791	5 778	- 4 158	109	353	- 262
2010	- 4 573	731	- 7 953	6 271	- 4 119	351	253	- 107
2011	- 5 992	- 54	- 8 017	5 807	- 3 963	- 64	373	- 74
2012	- 17 757	- 4 406	- 10 913	3 005	- 4 518	- 673	284	- 536
2013	- 23 756	- 6 309	- 11 683	835	- 4 850	- 1 050	- 102	- 597
Saldo Migratório (Nº)								
2008	9 361	- 10 427	2 744	9 211	1 152	5 358	- 265	1 588
2009	15 408	- 7 602	3 771	10 322	1 574	5 627	- 123	1 839
2010	3 815	- 13 126	1 808	8 285	758	5 129	- 396	1 357
2011	- 24 331	- 6 307	- 7 456	- 1 518	- 359	- 5 100	64	- 3 655
2012	- 37 352	- 16 584	- 6 318	- 11 667	- 1 168	- 1 077	71	- 609
2013	- 36 232	- 15 730	- 6 091	- 11 698	- 543	- 982	- 7	- 1 181

Para mais
informação
consulte:

>> Variação
populacional
(N.º) por Local de
residência

>> Saldo natural
(N.º) por Local de
residência

>> Saldo migratório
(N.º) por Local de
residência



Nota: Os valores do saldo natural adotados nas estimativas de população residente e nos indicadores derivados, resultam dos valores de nados vivos e óbitos, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil, disponíveis no momento da execução das estimativas, e referentes a factos do ano anterior.

A nível regional a situação é semelhante, com exceção de Lisboa, onde se registou um saldo natural positivo ainda que não de grandeza suficiente para compensar as perdas populacionais resultantes dos fluxos migratórios.

Nas regiões Norte, Centro e Alentejo verificaram-se decréscimos populacionais ao longo de todo o período de 2008 a 2013, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira desde 2011 e em Lisboa desde 2012. A Região Autónoma dos Açores apresenta em 2013 um novo decréscimo populacional, depois do já observado em 2010.

A análise comparativa do crescimento demográfico entre Portugal e regiões NUTS II, assim como entre estas, assume maior relevância quando apoiada em valores relativos, como sejam as taxas de crescimento, que têm em conta a dimensão de cada unidade geográfica em análise.

Relativamente à taxa de crescimento efetivo, observou-se em Portugal um agravamento do seu valor negativo de -0,01% em 2010 para -0,57% em 2013, ano em que as regiões Centro, Alentejo, Região Autónoma da Madeira e Norte apresentaram taxas de crescimento efetivo negativas mais acentuadas do que a verificada para Portugal.

Em 2013, as regiões Alentejo, Centro, Algarve e a Região Autónoma da Madeira apresentaram valores negativos da taxa de crescimento natural mais acentuados que o valor para Portugal. No que se refere às taxas de crescimento migratório, estas foram superiores nas regiões Norte, Lisboa e Região Autónoma da Madeira.

Entre 2008 e 2013, na região Norte, as taxas de crescimento efetivo da população foram sempre negativas, em resultado do declínio do saldo natural que passou a ser negativo desde 2011, e de saldos migratórios negativos ao longo de todo o período.

Também as regiões Centro e Alentejo apresentam taxas negativas de crescimento efetivo ao longo do período em análise, que resultam de saldos naturais negativos entre 2008 e 2013, não compensados pelo valor positivo dos saldos migratórios entre 2008 e 2010, que passaram a ser negativos desde 2011.

A região de Lisboa manteve taxas de crescimento efetivo positivas até 2011, passando a apresentar em 2012 e 2013 um crescimento efetivo negativo, em resultado de saldos naturais insuficientes para compensar o valor negativo dos saldos migratórios que se verifica desde 2011.

No Algarve registaram-se as taxas de crescimento efetivo mais elevadas entre 2008 e 2010 devido, sobretudo, a taxas de crescimento migratório muito superiores às do país, apesar dos diminutos valores do crescimento natural registados nesses anos. Contudo, a situação alterou-se a partir de 2011, passando a observar-se taxas de crescimento efetivo negativas, resultado da conjugação de saldos naturais e migratórios ambos negativos.

Na Região Autónoma dos Açores, entre 2008 e 2013, registaram-se taxas de crescimento efetivo negativas em 2010 e, novamente, em 2013, ano em que se verificou pela primeira vez, neste período, um saldo natural negativo.

A Região Autónoma da Madeira apresentou saldos naturais negativos desde 2009, o que a par com saldos migratórios negativos desde 2011, resultou em taxas de crescimento efetivo negativas desde então.

Figura 1.1.3

Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório (%), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Taxa de crescimento efetivo (%)								
2008	0,09	-0,19	-0,18	0,59	-0,38	1,26	0,12	0,64
2009	0,10	-0,18	-0,17	0,57	-0,34	1,29	0,09	0,59
2010	-0,01	-0,34	-0,26	0,52	-0,44	1,22	-0,06	0,47
2011	-0,29	-0,17	-0,67	0,15	-0,57	-1,15	0,18	-1,40
2012	-0,52	-0,57	-0,75	-0,31	-0,76	-0,39	0,14	-0,43
2013	-0,57	-0,60	-0,78	-0,39	-0,72	-0,46	-0,04	-0,68
Taxa de crescimento natural (%)								
2008	Θ	0,09	-0,30	0,26	-0,53	0,04	0,23	0,04
2009	-0,05	0,03	-0,33	0,21	-0,54	0,02	0,14	-0,10
2010	-0,04	0,02	-0,34	0,22	-0,54	0,08	0,10	-0,04
2011	-0,06	Θ	-0,34	0,21	-0,52	-0,01	0,15	-0,03
2012	-0,17	-0,12	-0,47	0,11	-0,60	-0,15	0,11	-0,20
2013	-0,23	-0,17	-0,51	0,03	-0,65	-0,24	-0,04	-0,23
Taxa de crescimento migratório (%)								
2008	0,09	-0,28	0,12	0,33	0,15	1,23	-0,11	0,60
2009	0,15	-0,20	0,16	0,37	0,21	1,27	-0,05	0,69
2010	0,04	-0,35	0,08	0,29	0,10	1,14	-0,16	0,51
2011	-0,23	-0,17	-0,32	-0,05	-0,05	-1,14	0,03	-1,37
2012	-0,36	-0,45	-0,27	-0,41	-0,16	-0,24	0,03	-0,23
2013	-0,35	-0,43	-0,27	-0,42	-0,07	-0,22	Θ	-0,45

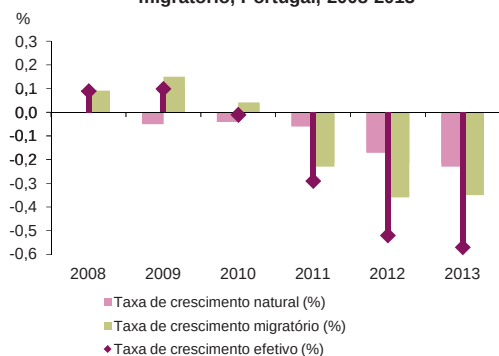
Para mais
informação
consulte:

>> Taxa de crescimento
efetivo (%) por
Local de residência

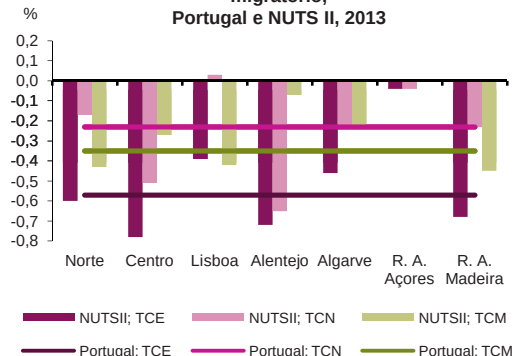
>> Taxa de crescimento
natural (%) por Local
de residência

>> Taxa de crescimento
migratório (%) por
Local de residência

Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório, Portugal, 2008-2013



Taxas de crescimento efetivo natural e migratório, Portugal e NUTS II, 2013



1.2 Estrutura etária da população residente

Portugal mantém a tendência de envelhecimento demográfico. Em resultado da queda da natalidade, do recente aumento da emigração e do aumento da longevidade, entre 2008 e 2013 verificou-se em Portugal o decréscimo do volume de população jovem (dos 0 aos 14 anos de idade) e da população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade), em simultâneo com o aumento da população idosa (com 65 e mais anos de idade).

Figura 1.2.1

População residente por grandes grupos etários (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
População dos 0 aos 14 anos de idade (Nº)								
2008	1 630 985	586 299	336 159	440 612	104 894	69 322	46 658	47 041
2009	1 617 993	575 081	332 147	443 605	104 525	70 460	45 866	46 309
2010	1 595 173	561 737	324 531	443 945	103 676	70 919	44 874	45 491
2011	1 572 900	549 344	316 891	446 810	102 447	69 440	44 237	43 731
2012	1 550 201	535 720	310 487	448 181	101 049	68 943	43 386	42 435
2013	1 521 854	520 775	303 099	447 308	99 171	68 069	42 479	40 953
População dos 15 aos 64 anos de idade (Nº)								
2008	7 033 726	2 538 611	1 513 215	1 862 338	480 916	288 336	168 910	181 400
2009	7 025 090	2 531 922	1 509 237	1 861 162	478 468	291 413	169 588	183 300
2010	7 001 126	2 516 869	1 501 939	1 857 562	475 482	294 397	170 067	184 810
2011	6 961 852	2 510 813	1 489 936	1 845 263	472 700	289 708	170 990	182 442
2012	6 904 482	2 493 688	1 477 585	1 823 009	468 668	287 313	171 998	182 221
2013	6 835 604	2 471 127	1 461 752	1 799 138	464 895	284 551	172 692	181 449
População de 65 e mais anos de idade (Nº)								
2008	1 898 303	587 644	492 433	489 155	178 842	82 430	31 102	36 697
2009	1 930 396	598 977	496 403	503 438	179 075	83 951	31 446	37 106
2010	1 976 422	614 979	505 172	521 254	179 549	85 988	31 816	37 664
2011	2 007 646	627 067	509 342	534 977	179 238	86 992	31 967	38 063
2012	2 032 606	636 826	510 866	547 198	178 982	88 134	32 165	38 435
2013	2 069 843	652 293	516 313	561 079	179 240	89 738	32 269	38 911

Em 2013, a população residente em Portugal era constituída por 14,6% de jovens, 65,6% de pessoas em idade ativa e 19,9% de idosos.

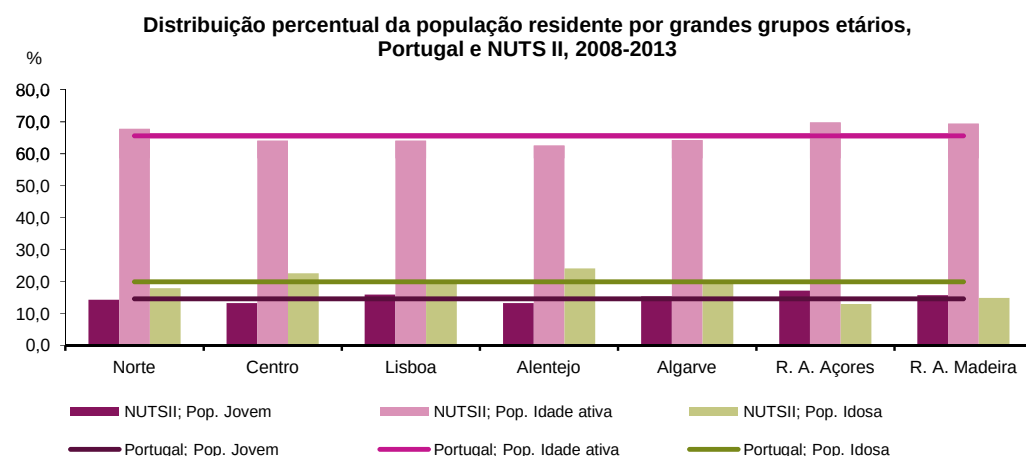
A Região Autónoma dos Açores era a região NUTS II com maior percentagem de população jovem (17,2%) e menor percentagem de pessoas idosas (13,0%). Em contraste, nas regiões Centro e Alentejo registaram-se a menor percentagem de jovens (13,3%) e as maiores percentagens de população idosa (22,6% e 24,1%, respetivamente). Na região Norte e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores a proporção da população em idade ativa na população total superou o valor nacional. Por outro lado, o valor mais baixo deste indicador registou-se no Alentejo (62,5%).

Entre 2008 e 2013, a proporção de jovens decresceu de 15,4% para 14,6% da população residente total, a proporção de pessoas em idade ativa reduziu-se de 66,6% para 65,6%, e a percentagem de idosos aumentou de 18,0% para 19,9%. À semelhança do ocorrido para Portugal, todas as regiões NUTS II, com exceção de Lisboa, apresentam decréscimos da proporção de jovens na população total. O aumento da proporção de idosos na população total é comum a todas as regiões.

Figura 1.2.2

Distribuição percentual da população residente por grandes grupos etários, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
População dos 0 aos 14 anos de idade (%)								
2008	15,4	15,8	14,4	15,8	13,7	15,8	18,9	17,7
2009	15,3	15,5	14,2	15,8	13,7	15,8	18,6	17,4
2010	15,1	15,2	13,9	15,7	13,7	15,7	18,2	17,0
2011	14,9	14,9	13,7	15,8	13,6	15,6	17,9	16,5
2012	14,8	14,6	13,5	15,9	13,5	15,5	17,5	16,1
2013	14,6	14,3	13,3	15,9	13,3	15,4	17,2	15,7
População dos 15 aos 64 anos de idade (%)								
2008	66,6	68,4	64,6	66,7	62,9	65,5	68,5	68,4
2009	66,4	68,3	64,6	66,3	62,8	65,4	68,7	68,7
2010	66,2	68,1	64,4	65,8	62,7	65,2	68,9	69,0
2011	66,0	68,1	64,3	65,3	62,7	64,9	69,2	69,0
2012	65,8	68,0	64,3	64,7	62,6	64,7	69,5	69,3
2013	65,6	67,8	64,1	64,1	62,5	64,3	69,8	69,4
População de 65 e mais anos de idade (%)								
2008	18,0	15,8	21,0	17,5	23,4	18,7	12,6	13,8
2009	18,3	16,2	21,2	17,9	23,5	18,8	12,7	13,9
2010	18,7	16,6	21,7	18,5	23,7	19,1	12,9	14,1
2011	19,0	17,0	22,0	18,9	23,8	19,5	12,9	14,4
2012	19,4	17,4	22,2	19,4	23,9	19,8	13,0	14,6
2013	19,9	17,9	22,6	20,0	24,1	20,3	13,0	14,9



As alterações na estrutura etária da população, que ocorreram em todas as regiões, embora com ritmos diferenciados, têm influência nos indicadores usualmente calculados para medirem o grau de juventude, envelhecimento e dependência das populações.

Em 2013, em Portugal, o índice de dependência total situava-se em 53 jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, valor para o qual contribuíam 22 jovens e 30 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. O valor mais elevado do índice de dependência de jovens verificou-se em Lisboa e o mais baixo na região Centro. Quanto ao índice de dependência de idosos, o Alentejo registou o valor mais alto e a Região Autónoma dos Açores o mais reduzido.

Entre 2008 e 2013, o índice de dependência total em Portugal aumentou de 50 para 53 jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, tendência transversal a todas as regiões NUTS II do Continente, sobretudo pela influência do aumento do índice de dependência de idosos, uma vez que o índice de dependência de jovens diminuiu em todas as regiões NUTS II com exceção da região de Lisboa.

Figura 1.2.3

Índices de dependência total, de jovens e de idosos (Nº), Portugal e NUTSII, 2008-2013

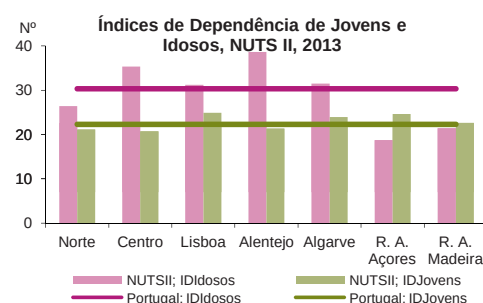
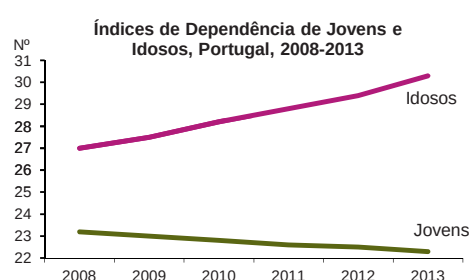
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice de Dependência Total (Nº)								
2008	50,2	46,2	54,8	49,9	59,0	52,6	46,0	46,2
2009	50,5	46,4	54,9	50,9	59,3	53,0	45,6	45,5
2010	51,0	46,8	55,2	52,0	59,6	53,3	45,1	45,0
2011	51,4	46,9	55,5	53,2	59,6	54,0	44,6	44,8
2012	51,9	47,0	55,6	54,6	59,8	54,7	43,9	44,4
2013	52,5	47,5	56,1	56,0	59,9	55,5	43,3	44,0
Índice de Dependência de Jovens (Nº)								
2008	23,2	23,1	22,2	23,7	21,8	24,0	27,6	25,9
2009	23,0	22,7	22,0	23,8	21,8	24,2	27,0	25,3
2010	22,8	22,3	21,6	23,9	21,8	24,1	26,4	24,6
2011	22,6	21,9	21,3	24,2	21,7	24,0	25,9	24,0
2012	22,5	21,5	21,0	24,6	21,6	24,0	25,2	23,3
2013	22,3	21,1	20,7	24,9	21,3	23,9	24,6	22,6
Índice de Dependência de Idosos (Nº)								
2008	27,0	23,1	32,5	26,3	37,2	28,6	18,4	20,2
2009	27,5	23,7	32,9	27,0	37,4	28,8	18,5	20,2
2010	28,2	24,4	33,6	28,1	37,8	29,2	18,7	20,4
2011	28,8	25,0	34,2	29,0	37,9	30,0	18,7	20,9
2012	29,4	25,5	34,6	30,0	38,2	30,7	18,7	21,1
2013	30,3	26,4	35,3	31,2	38,6	31,5	18,7	21,4

Para mais
informação
consulte:

>> Índice de dependência total (N.º) por Local de residência

>> Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência

>> Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência



O índice de envelhecimento em Portugal era de 136 idosos por cada 100 jovens em 2013, sendo o Alentejo a região mais envelhecida e a Região Autónoma dos Açores a menos envelhecida. Entre 2008 e 2013 observou-se o aumento deste índice, tanto em Portugal como em todas as regiões NUTS II.

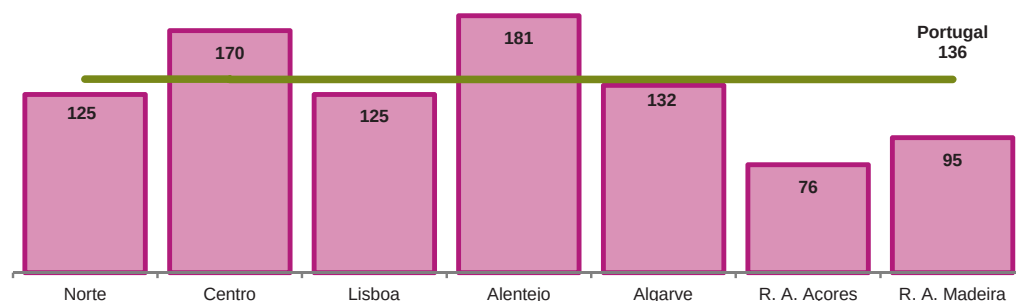
Figura 1.2.4

Índice de Envelhecimento (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice de Envelhecimento (Nº)								
2008	116,4	100,2	146,5	111,0	170,5	118,9	66,7	78,0
2009	119,3	104,2	149,5	113,5	171,3	119,1	68,6	80,1
2010	123,9	109,5	155,7	117,4	173,2	121,2	70,9	82,8
2011	127,6	114,1	160,7	119,7	175,0	125,3	72,3	87,0
2012	131,1	118,9	164,5	122,1	177,1	127,8	74,1	90,6
2013	136,0	125,3	170,3	125,4	180,7	131,8	76,0	95,0

28

Índice de Envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2013



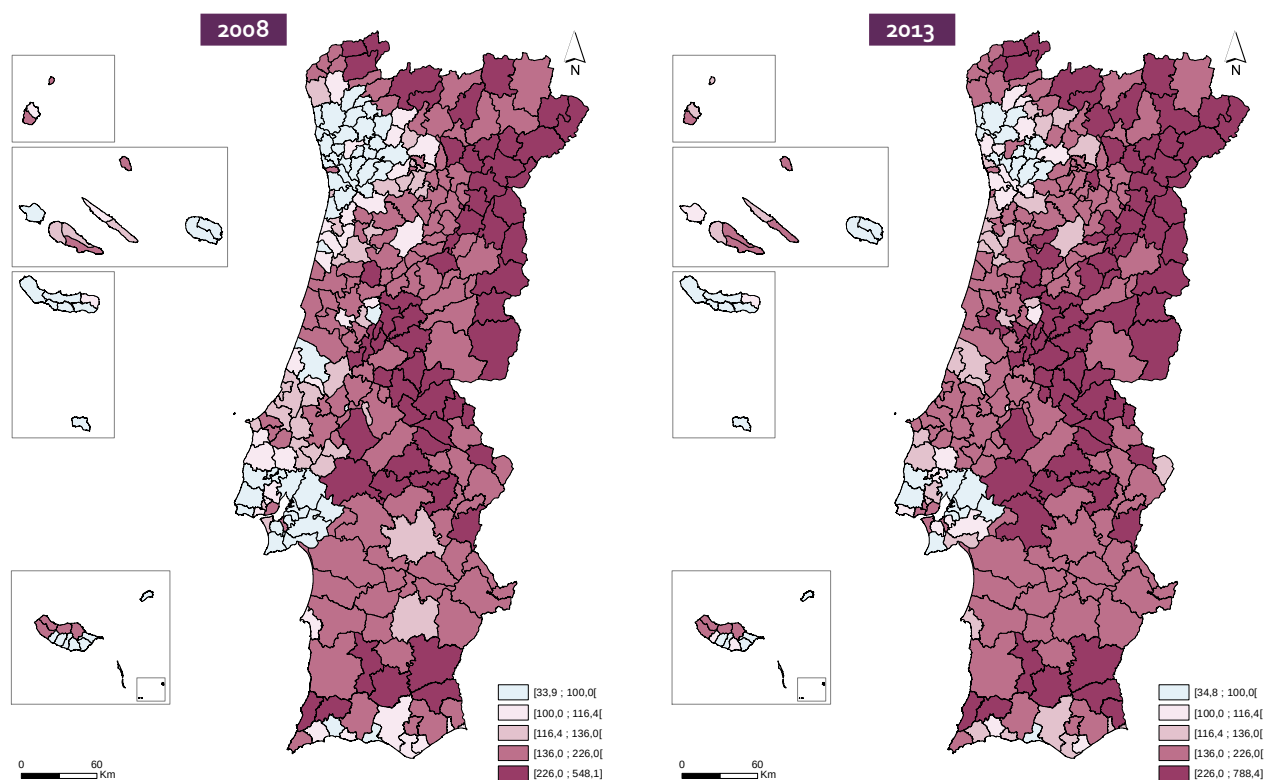
Para mais
informação
consulte:



Índice de
envelhecimento
(N.º) por Local de
residência

Figura 1.2.5

Índice de Envelhecimento, Portugal e municípios (Nº), 2008 e 2013



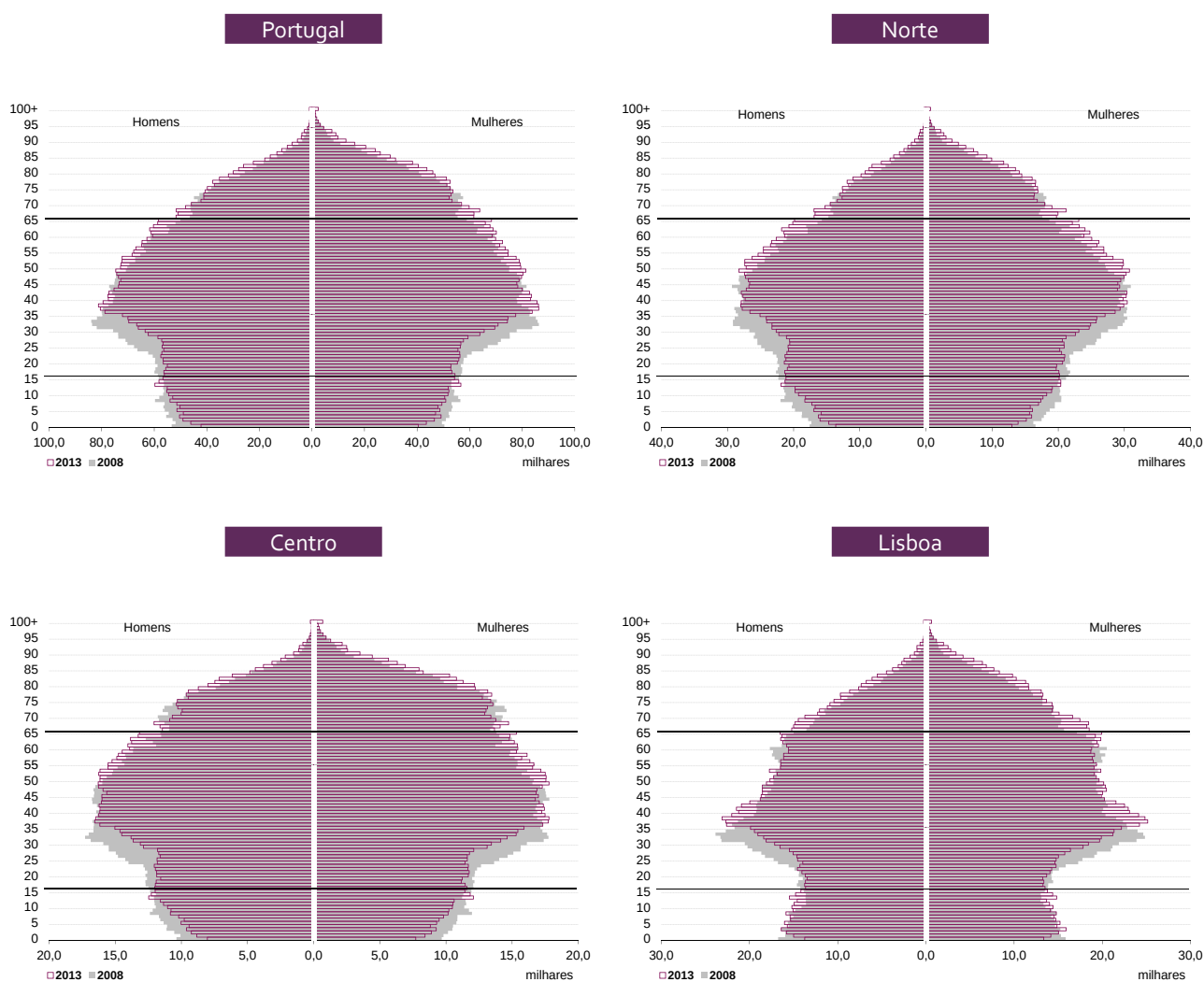
Entre 2008 e 2013 verificou-se o aumento do índice de envelhecimento em praticamente todos os municípios de Portugal. Em 2013, 95 municípios apresentaram valores inferiores ao valor nacional (136 idosos por cada 100 jovens) e 35 apresentavam ainda um índice de envelhecimento abaixo dos 100 (eram 65 em 2008), concentrando-se sobretudo nas regiões autónomas e nos municípios periféricos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

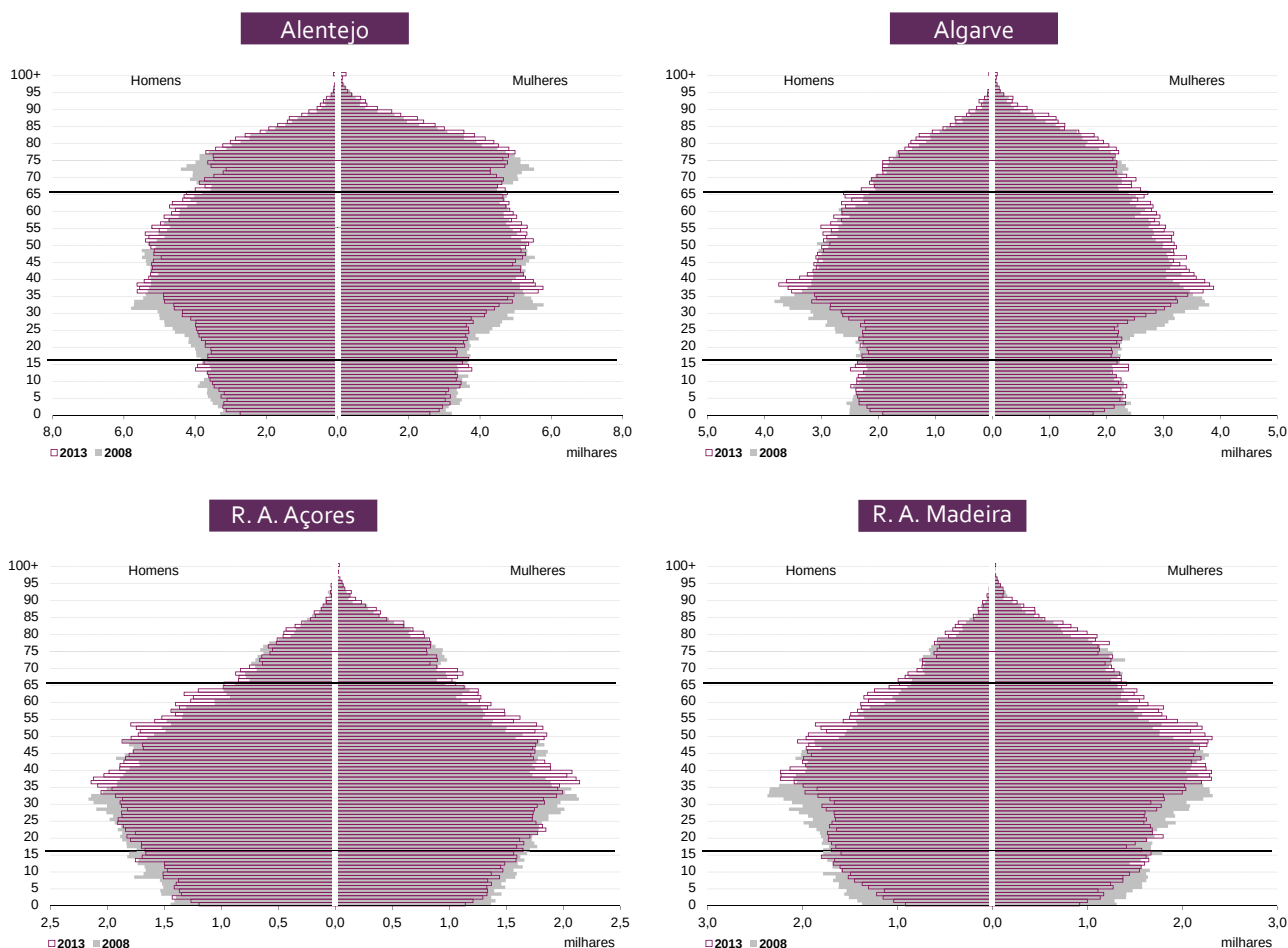
O envelhecimento demográfico reflete-se no perfil das pirâmides dos últimos anos: estreitamento da base da pirâmide etária – que traduz a redução dos efetivos populacionais jovens, como resultado da baixa da natalidade –; alargamento do topo da pirâmide – que corresponde ao acréscimo no número de pessoas idosas, devido ao aumento da longevidade. Também a estrutura etária da população em idade ativa evidencia um envelhecimento: decréscimo do peso relativo da população de 15 a 39 anos de 33% para 31%, a par com o aumento de 33% para 35% do peso relativo da população de 40 a 64 anos. Estas tendências, transversais a todas as NUTS II, estão ilustradas na sobreposição das pirâmides etárias para 2008 e 2013.

Figura 1.2.6

Pirâmides etárias, Portugal e NUTS II, 2008 e 2013

29





1.3 Projeções de população residente em Portugal

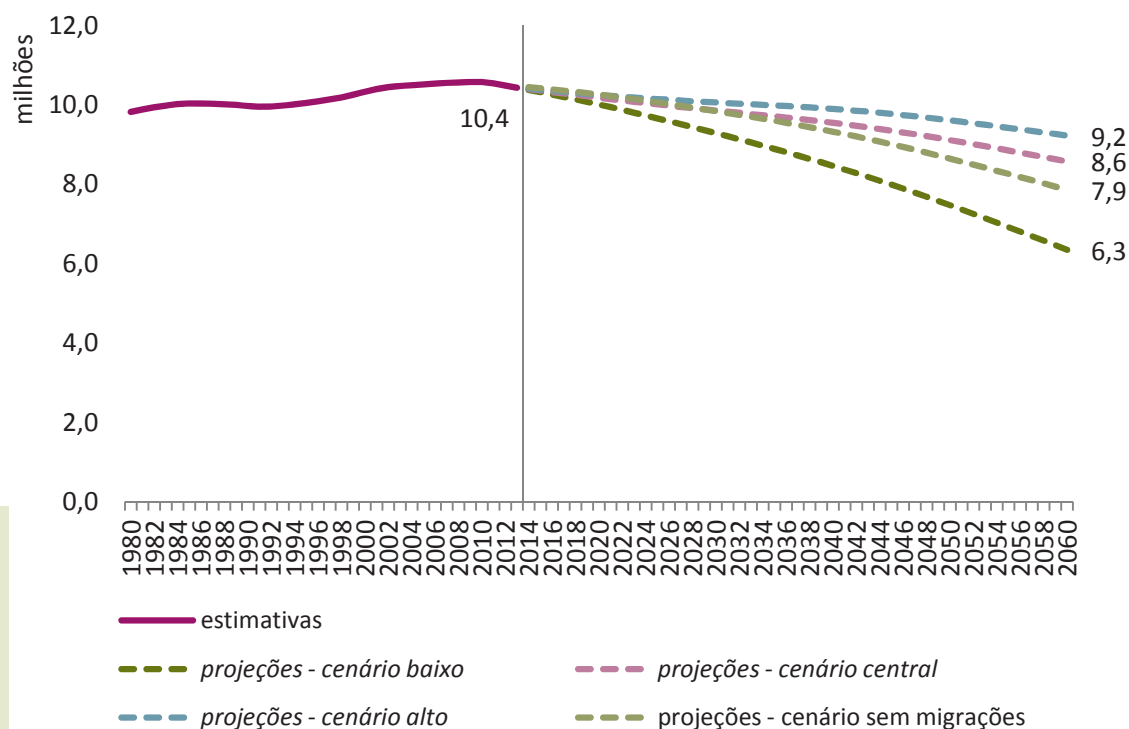
De acordo com os resultados obtidos no *cenário central* do exercício mais recente de projeções de população residente, Portugal poderá atingir 8,6 milhões de residentes em 2060, um decréscimo de quase 2 milhões de pessoas face ao total estimado para 31 de dezembro de 2013.

Para além do *cenário central*, foram ainda considerados três outros cenários, resultantes de diferentes conjugações de hipóteses alternativas de evolução futura das componentes mortalidade, fecundidade e migrações: *cenário baixo*, *cenário alto* e *cenário sem migrações* (em que se mantiveram as mesmas hipóteses do *cenário central* relativamente à fecundidade e à mortalidade, mas admitindo a hipótese, ainda que pouco provável, de não ocorrência de fluxos migratórios, sobretudo com o objetivo de avaliar o impacto destes na evolução demográfica).

Tendo presente que os resultados obtidos são condicionados pela estrutura e composição da população no momento de partida e pelos diferentes padrões de comportamento das componentes mortalidade, fecundidade e migrações, definidos em cada um dos cenários, a perda de efetivos populacionais poderá ser ainda mais acentuada no *cenário pessimista*, com a população residente a reduzir-se para 6,3 milhões de pessoas em 2060, ou, menos acentuada, como resulta do cenário otimista em que a população residente chegará a 9,2 milhões em 2060.

Figura 1.3.1

População residente, estimativas e projeções, Portugal, 1980 e 2060



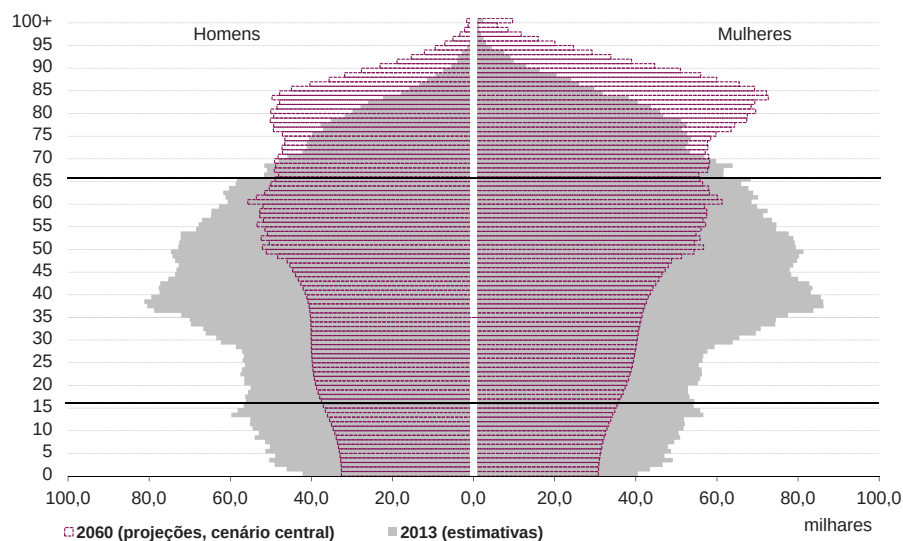
Para mais
informação
consulte:

Projeções de
população residente
2012-2060

Todos os cenários revelam decréscimo populacional e um forte envelhecimento demográfico da população residente em Portugal, entre 2013 e 2060.

No *cenário central* a idade média da população poderá aumentar de 43 para 51 anos e o índice de envelhecimento da população de 136 para 307 idosos por cada 100 jovens, em resultado das expectáveis alterações da estrutura etária.

Figura 1.3.2

Pirâmide etária, Portugal, 2013 (estimativas) e 2060 (projeções, *cenário central*)

1.4 Portugal no contexto da União Europeia

A tendência de envelhecimento demográfico verifica-se há várias décadas na Europa e Portugal não é exceção, com um crescente aumento da proporção de pessoas idosas e um decréscimo do peso relativo de jovens e de pessoas em idade ativa na população total. Entre 2007¹ e 2012², no conjunto dos 28 Estados Membros (UE28), observou-se um aumento da proporção de idosos de 17,1% para 18,2%, um decréscimo da proporção da população jovem de 15,7% para 15,6%, e um decréscimo da proporção de pessoas em idade ativa de 67,2% para 66,2%.

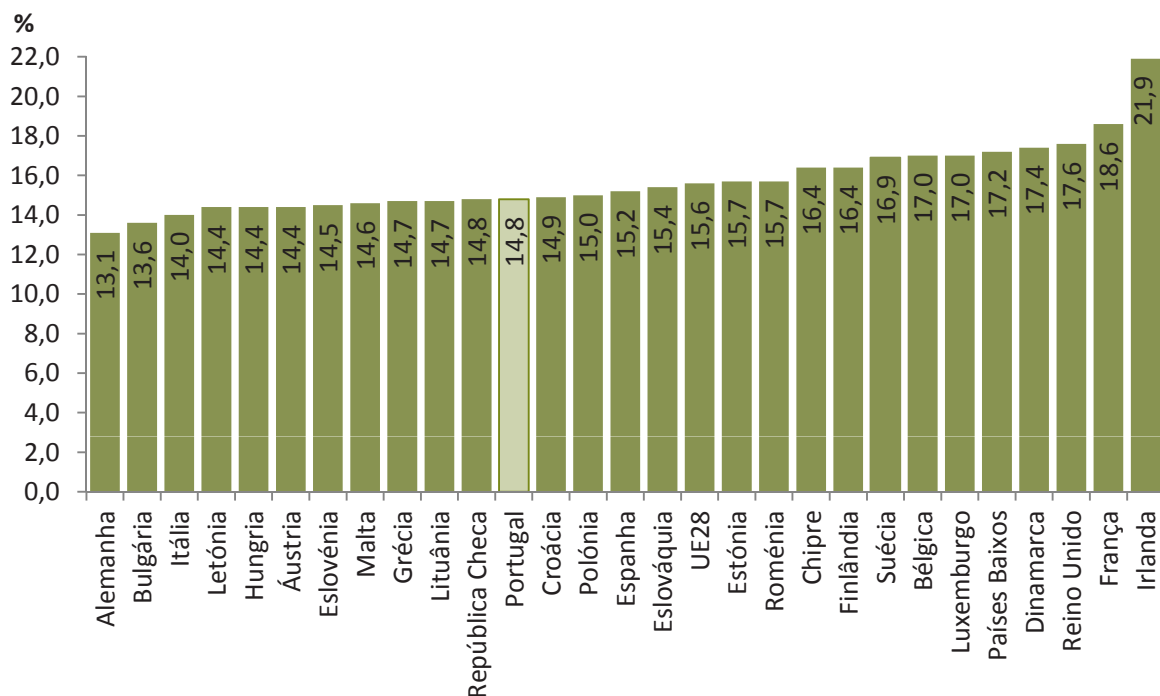
32

Em 2012, entre os Estados Membros da UE28, a maior proporção de jovens na população verificou-se na Irlanda (21,9%), enquanto a percentagem mais baixa se verificou na Alemanha (13,1%). Na mesma data e em relação à proporção de pessoas idosas, Itália apresentava a maior proporção (21,2%) enquanto a Irlanda detinha a menor proporção (12,2%).

Portugal situava-se abaixo da proporção de jovens e acima da proporção de idosos da UE28, colocando-se entre os países mais envelhecidos da União Europeia.

Figura 1.4.1

Proporção de jovens, UE28 e Estados Membros, 2012



Fonte: Eurostat

Para mais
informação
consulte:

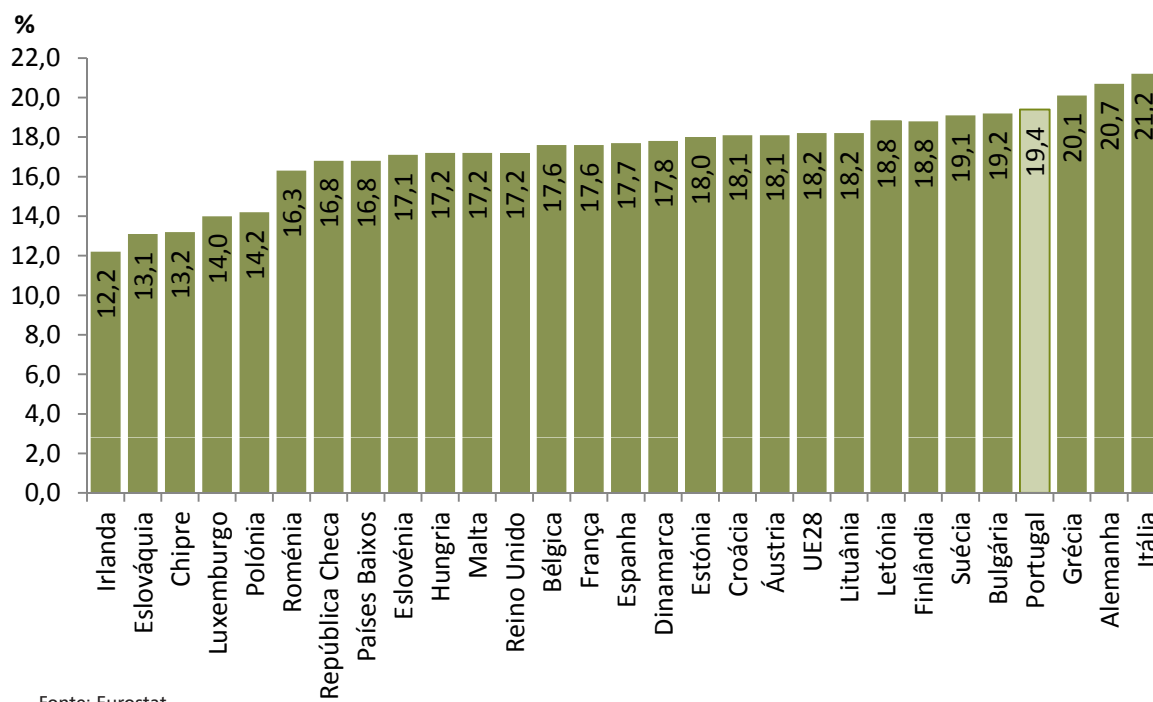
Indicadores de
população

¹ A que corresponde a informação do EUROSTAT referente a 1 de Janeiro de 2008.

² A que corresponde a informação do EUROSTAT referente a 1 de Janeiro de 2013.

Figura 1.4.2

Proporção de idosos, UE28 e Estados Membros, 2012



Fonte: Eurostat

Natalidade

2

Capítulo

Natalidade

37

Em 2013 registou-se, em Portugal, o nascimento de 82 787 nados vivos, filhos de mães residentes no território nacional, valor que traduz uma redução de 7,9% face a 2012 e se reflete na descida da taxa bruta de natalidade para 7,9 nados vivos por mil habitantes.

Entre 2008 e 2013 verificou-se um decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 35 anos, por oposição a um aumento em grupos etários mais elevados, evolução que é reveladora de um adiamento da idade à maternidade. As alterações nos padrões de fecundidade conduziram a que o índice sintético de fecundidade tenha atingido um novo mínimo, em 2013: 1,2 crianças por mulher em idade fértil.

Registou-se um aumento da percentagem de nados vivos fora do casamento e sem coabitação dos pais, que quase duplicou entre 2008 e 2013.

Ainda neste período, observou-se um decréscimo da proporção de nados vivos em que ambos os pais (pai e mãe) eram de nacionalidade estrangeira.

2.1 Evolução recente do número de nados vivos e das taxas brutas de natalidade

Em 2013 registaram-se 82 787 nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, menos 7 054 do que em 2012 (-7,9%).

Do total de nascimentos, 42 219 eram do sexo masculino e 40 567 do sexo feminino, representando uma relação de masculinidade à nascença de cerca de 104, ou seja, por cada 100 crianças do sexo feminino nasceram cerca de 104 do sexo masculino.

A taxa de natalidade em Portugal situou-se em cerca de 8 nados vivos por cada 1000 habitantes, verificando-se o valor mais baixo na região Centro (6,9 nados vivos por mil habitantes) e o mais elevado em Lisboa (9,7 nados vivos por mil habitantes).

O declínio do número de nascimentos resultou num decréscimo das taxas de natalidade em Portugal entre 2008 e 2013, de forma continuada desde 2010, tendência comum a todas as regiões NUTS II.

Figura 2.1.1

Nados vivos (Nº) e taxas brutas de natalidade (‰), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Nados vivos (N.º)								
2008	104 594	34 631	20 156	32 770	6 558	4 942	2 836	2 699
2009	99 491	32 760	18 934	31 591	6 242	4 797	2 786	2 380
2010	101 381	33 046	19 127	32 716	6 382	4 862	2 719	2 529
2011	96 856	31 525	18 342	31 127	6 146	4 561	2 748	2 407
2012	89 841	28 719	17 195	29 313	5 920	4 159	2 488	2 047
2013	82 787	26 672	15 733	27 182	5 292	3 728	2 341	1 839
Taxa bruta de natalidade (‰)								
2008	9,9	9,3	8,6	11,8	8,6	11,3	11,5	10,2
2009	9,4	8,8	8,1	11,3	8,2	10,8	11,3	8,9
2010	9,6	8,9	8,2	11,6	8,4	10,8	11,0	9,5
2011	9,2	8,5	7,9	11,0	8,1	10,2	11,1	9,0
2012	8,5	7,8	7,5	10,4	7,9	9,3	10,1	7,8
2013	7,9	7,3	6,9	9,7	7,1	8,4	9,5	7,0

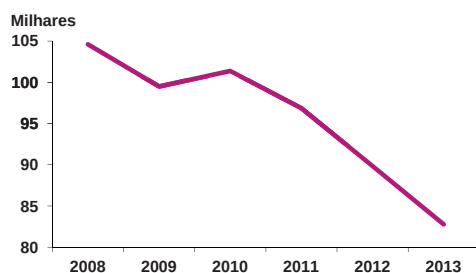
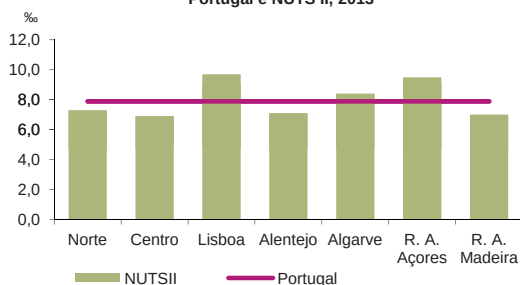
38

Para mais
informação
consulte:



>> Nados-vivos
(N.º) por Local de
residência da mãe
(NUTS 2002) e Sexo

>> Taxa bruta de
natalidade (‰) por
Local de residência

Nados vivos (milhares), Portugal,
2008-2013Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes),
Portugal e NUTS II, 2013

¹ O valor de nados vivos cujas mães residiam em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

2.2 Indicadores de Fecundidade

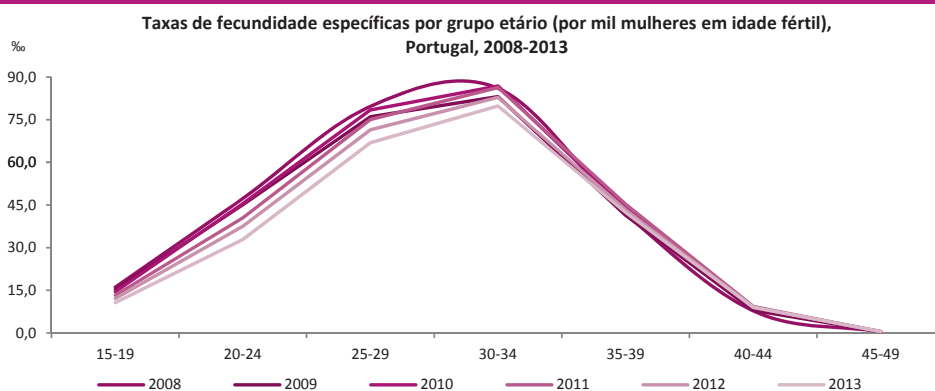
Entre 2008 e 2013 verificou-se um decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 35 anos, por oposição a um aumento em grupos etários mais elevados.

A taxa de fecundidade no grupo etário dos 15 a 19 anos, apresentou uma tendência de decréscimo no mesmo período, tendo passado de 16,17 para 10,65 crianças por mil mulheres deste grupo etário.

Figura 2.2.1

Taxas de fecundidade específicas por grupo etário (%), Portugal, 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
15-19	16,17	15,39	14,50	13,29	12,15	10,65
20-24	47,33	45,06	45,50	40,51	37,51	32,86
25-29	79,67	76,02	78,43	75,08	71,44	66,90
30-34	86,00	83,10	86,81	86,30	82,84	79,79
35-39	42,01	41,40	43,87	45,33	43,39	42,36
40-44	7,82	7,98	9,03	9,30	8,99	9,07
45-49	0,44	0,46	0,47	0,42	0,52	0,50



Para mais
informação
consulte:

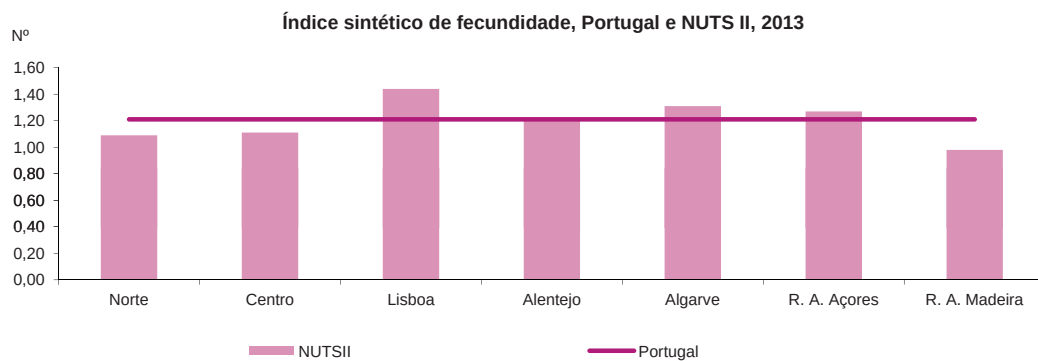
>> Taxa de fecundidade
geral (‰) por Grupo
etário

Entre 2008 e 2013 o índice sintético de fecundidade (ISF) passou de 1,40 para 1,21 crianças por mulher em idade fértil. Esta tendência de declínio ocorreu em todas as regiões, registando-se em 2013 o valor mais baixo na Região Autónoma da Madeira (0,98 crianças por mulher em idade fértil) e o mais elevado na região Lisboa (1,44 crianças por mulher em idade fértil).

Figura 2.2.2

Índice sintético de fecundidade (Nº), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
2008	1,40	1,28	1,28	1,61	1,36	1,60	1,49	1,33
2009	1,35	1,24	1,23	1,57	1,32	1,55	1,48	1,17
2010	1,39	1,28	1,26	1,63	1,37	1,58	1,45	1,27
2011	1,35	1,24	1,23	1,57	1,35	1,52	1,48	1,24
2012	1,28	1,15	1,19	1,51	1,33	1,43	1,34	1,08
2013	1,21	1,09	1,11	1,44	1,22	1,31	1,27	0,98



40

Para mais
informação
consulte: 

>> Índice sintético
de fecundidade
(N.º) por Local de
residência (NUTS -
2002)

2.3 Idades médias ao nascimento dos filhos

Entre 2008 e 2013, verificou-se o aumento da idade média das mulheres à maternidade: a idade média ao nascimento do primeiro filho passou de 28,4 para 29,7 anos e a idade média ao nascimento de um filho de 30,2 para 31,2 anos.

A idade média ao nascimento do primeiro filho situava-se acima do valor nacional nas regiões Norte, Centro e Lisboa e a idade média ao nascimento de um filho a situava-se acima do valor nacional na região Norte.

A Região Autónoma dos Açores manteve-se a região onde é mais baixa a idade média ao nascimento do primeiro filho e a idade média ao nascimento de um filho (27,4 anos e 29,3 anos, respetivamente). Inversamente, na região de Lisboa verifica-se o valor mais elevado para a idade média ao nascimento do primeiro filho (30,0 anos) e na região Centro o valor mais elevado para a idade média ao nascimento de um filho (31,4 anos).

41

Figura 2.3.1

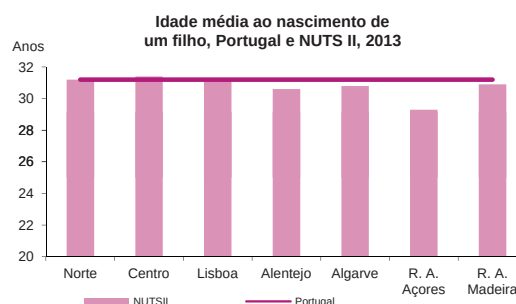
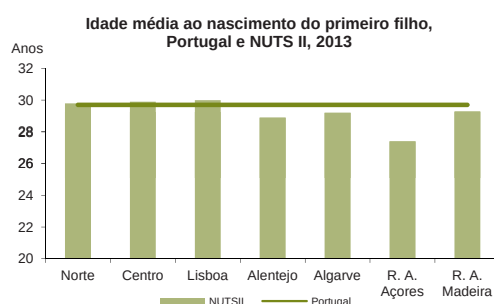
Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho (anos), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho (anos)								
2008	28,4	28,2	28,6	28,9	28,1	28,0	26,3	28,0
2009	28,6	28,5	28,8	29,0	28,2	28,1	26,1	28,2
2010	28,9	28,7	29,0	29,3	28,4	28,1	27,1	28,5
2011	29,2	29,1	29,5	29,5	28,5	28,5	26,9	28,6
2012	29,5	29,5	29,8	29,8	29,0	28,9	27,6	29,1
2013	29,7	29,8	29,9	30,0	28,9	29,2	27,4	29,3
Idade média da mulher ao nascimento de um filho (anos)								
2008	30,2	30,1	30,3	30,5	30,0	29,7	28,4	30,0
2009	30,3	30,3	30,4	30,7	30,0	29,9	28,5	30,3
2010	30,6	30,4	30,7	30,8	30,2	30,2	29,0	30,4
2011	30,9	30,8	31,0	31,1	30,4	30,3	29,0	30,6
2012	31,0	30,9	31,1	31,3	30,6	30,4	29,4	30,6
2013	31,2	31,2	31,4	31,3	30,6	30,8	29,3	30,9

Para mais
informação
consulte:

>> Idade média da mãe
ao nascimento de
um filho (Anos) por
Local de residência
(NUTS - 2002)

>> Idade média da
mãe ao nascimento
do primeiro filho
(Anos) por Local de
residência (NUTS -
2002)



2.4 Ordem de nascimento

Desde finais da década de oitenta do século XX, a proporção de nados vivos de primeira ordem é superior a 50%, tendo passado de 53,3% para 55,3% do total de nados vivos entre 2008 e 2013. Em 2013 percentagem de segundos filhos situou-se em 33,3% e a de nados vivos de terceira ordem ou superior em 11,4%.

Para as regiões NUTS II a situação é idêntica, verificando-se a maior proporção de primeiros filhos no Norte e a mais reduzida no Alentejo. Por outro lado, a maior proporção de nados vivos de terceira ordem ou superior verificou-se na Região Autónoma dos Açores e a menor no Norte.

Figura 2.4.1

Nados vivos segundo a ordem de nascimento (%), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Nados vivos, primeiro filho na ordem de nascimento (%)								
2008	53,3	53,1	53,1	54,5	51,6	53,3	46,8	53,4
2009	53,7	54,0	54,6	54,2	50,6	52,5	47,9	53,3
2010	52,8	53,1	53,6	53,6	50,0	50,4	46,9	52,8
2011	53,1	53,8	53,8	53,1	50,0	52,4	48,5	51,4
2012	54,4	56,4	55,2	53,3	50,4	53,5	49,5	54,9
2013	55,3	57,6	54,9	54,4	51,5	54,2	51,8	56,4
Nados vivos, segundo filho na ordem de nascimento (%)								
2008	35,2	37,1	36,2	33,1	34,8	34,1	35,1	32,2
2009	35,0	36,2	35,7	33,2	35,7	35,9	33,8	34,4
2010	35,3	37,1	36,0	33,1	36,0	35,8	35,9	32,8
2011	35,4	36,7	36,2	33,4	36,3	35,2	34,1	36,1
2012	34,0	34,2	34,8	33,4	34,7	34,3	33,3	32,4
2013	33,3	33,1	35,2	32,4	34,1	32,9	32,3	31,2
Nados vivos, terceiro filho ou mais na ordem de nascimento (%)								
2008	11,5	9,8	10,7	12,4	13,5	12,5	18,0	14,4
2009	11,3	9,8	9,6	12,6	13,7	11,6	18,3	12,3
2010	11,8	9,8	10,4	13,3	14,0	13,8	17,2	14,4
2011	11,6	9,5	10,0	13,5	13,7	12,4	17,4	12,5
2012	11,6	9,4	10,0	13,4	14,9	12,2	17,2	12,7
2013	11,4	9,3	9,9	13,1	14,4	12,9	15,9	12,3

Para mais
informação
consulte:



>> Nados-vivos
(N.º) por Local de
residência da mãe,
Sexo, Idade da
mãe e Ordem de
nascimento

2.5 Nados vivos segundo a filiação

Entre 2008 e 2013 a proporção de nados vivos nascidos fora do casamento no total de nados vivos passou de 36,2% para 47,6%, tendência que se verificou também em todas as regiões NUTS II. Nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve registaram-se percentagens de nados vivos fora do casamento superiores ao valor nacional.

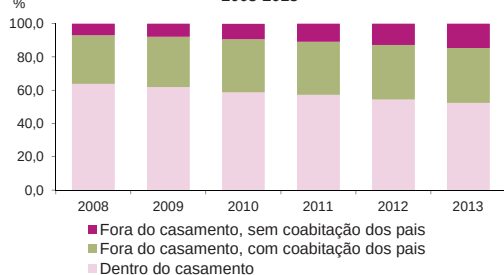
Neste período, a proporção de nados vivos ocorridos fora do casamento mas cujos progenitores viviam em coabitação passou de 29,2% em 2008 para 33,0%, e a percentagem de nados vivos fora do casamento e sem coabitação dos pais mais do que duplicou, passando de 7,0% para 14,7%.

Figura 2.5.1

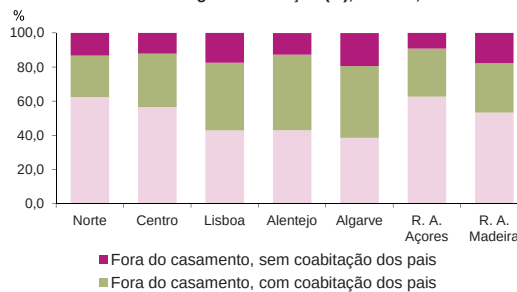
Nados vivos segundo a filiação (%), Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Nados vivos, dentro do casamento (%)								
2008	63,8	73,7	68,9	52,4	57,3	50,1	73,6	68,0
2009	61,9	72,1	66,9	50,5	54,5	48,1	72,8	66,6
2010	58,7	69,0	63,0	47,9	51,6	44,7	72,9	62,3
2011	57,2	67,2	61,2	47,0	50,0	41,7	69,0	60,0
2012	54,4	64,6	58,3	44,5	46,8	41,1	64,5	56,7
2013	52,4	62,4	56,5	42,9	43,0	38,5	62,7	53,3
Nados vivos, fora do casamento com coabitação dos pais (%)								
2008	29,2	19,8	25,6	38,7	36,6	43,7	20,5	24,4
2009	30,2	20,5	27,5	39,5	39,0	43,4	21,2	24,7
2010	32,0	22,5	30,0	40,2	41,9	44,7	22,1	28,4
2011	31,9	23,0	30,2	39,3	41,0	43,8	24,6	28,7
2012	32,8	23,9	31,3	39,5	43,2	42,1	28,1	29,6
2013	33,0	24,3	31,4	39,6	44,3	42,1	28,1	29,0
Nados vivos, fora do casamento sem coabitação dos pais (%)								
2008	7,0	6,5	5,5	8,8	6,2	6,2	5,9	7,6
2009	7,9	7,4	5,6	10,0	6,5	8,6	5,9	8,7
2010	9,2	8,5	7,1	11,9	6,5	10,6	5,0	9,3
2011	10,9	9,8	8,6	13,6	9,0	14,5	6,3	11,3
2012	12,8	11,4	10,4	16,0	10,0	16,8	7,4	13,7
2013	14,7	13,3	12,1	17,5	12,6	19,3	9,3	17,7

Nados vivos segundo a filiação (%), Portugal, 2008-2013



Nados vivos segundo a filiação (%), NUTS II, 2013



Para mais informação consulte:

Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe, Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação

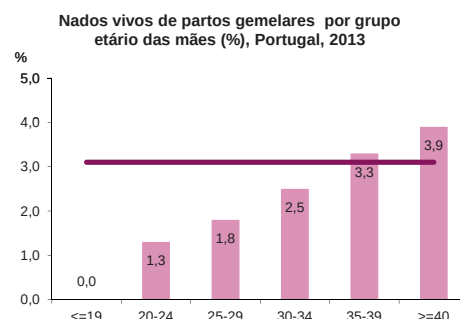
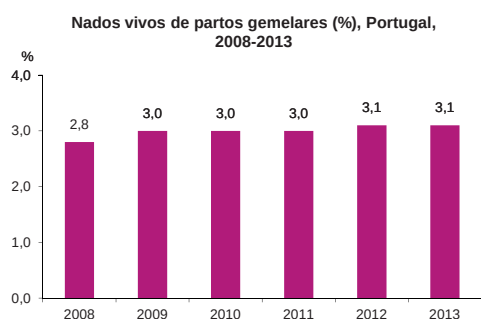
2.6 Nados vivos de partos gemelares

Entre 2008 e 2013, o número de nados vivos resultantes de partos gemelares aumentou de 2,8% para 3,1% do total de nados vivos, assumindo valores superiores nas mães com idades acima dos 34 anos.

Figura 2.6.1

Nados vivos de partos gemelares por grupo etário das mães, Portugal, 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos de partos gemelares, por grupo etário das mães¹ (N.º)						
Total	2910	2994	3065	2886	2742	2558
<=19	42	38	68	52	54	36
20-24	247	235	222	173	170	164
25-29	700	692	753	641	594	507
30-34	1165	1220	1135	1151	1016	952
35-39	622	695	740	732	747	695
>=40	114	114	147	137	161	204
Nados vivos de partos gemelares, por grupo etário das mães (%)						
Total	2,8	3,0	3,0	3,0	3,1	3,1
<=19	2,6	0,0	0,0	3,4	3,6	0,0
20-24	0,9	0,9	1,7	1,4	1,6	1,3
25-29	1,7	1,8	1,7	1,5	1,6	1,8
30-34	2,4	2,6	2,8	2,6	2,7	2,5
35-39	3,2	3,5	3,2	3,4	3,3	3,3
>=40	3,7	4,1	4,0	3,8	4,0	3,9



¹ O valor total de nados vivos pode não corresponder à soma por idades das mães devido à existência de registos de idade ignorada.

Para mais
informação
consulte:



>> Nados-vivos
(N.º) por Local de
residência da mãe,
Sexo, Grupo etário
da mãe e Natureza
do parto da mãe

2.7 Nados vivos de baixo peso e prematuros

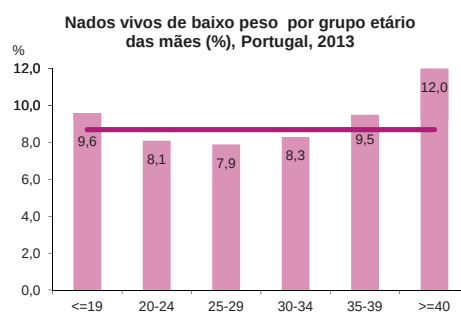
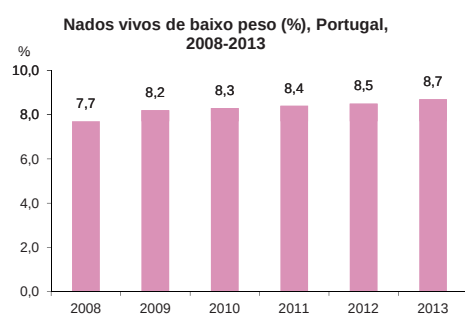
Entre 2008 e 2013, verificou-se um aumento da percentagem de nados vivos de baixo peso (peso inferior a 2 500 gramas), que passaram a representar 8,7% do total de nascimentos com vida ocorridos em 2013. Este fenómeno manifesta-se sobretudo nas mães com menos de 20 anos e com mais de 34 anos.

No mesmo período, registou-se um decréscimo da percentagem de nados vivos prematuros (com menos de 37 semanas de gestação), de 8,9% para 7,8%. Também neste caso, as percentagens superiores ao valor nacional verificaram-se nas mães com menos de 20 anos e com mais de 34 anos.

Figura 2.7.1

Nados vivos de baixo peso, Portugal, 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos de baixo peso, por grupo etário das mães (N.º)						
Total	8 008	8 124	8 416	8 135	7 644	7 165
<=19	384	372	361	324	290	276
20-24	995	1 059	1 008	943	846	754
25-29	2 014	2 025	2 116	1 883	1 833	1 578
30-34	2 847	2 728	2 883	2 744	2 592	2 391
35-39	1 417	1 543	1 663	1 815	1 660	1 699
>=40	351	397	385	426	423	467
Nados vivos de baixo peso, por grupo etário das mães (%)						
Total	7,7	8,2	8,3	8,4	8,5	8,7
<=19	8,4	8,6	8,9	8,8	8,8	9,6
20-24	7,0	7,9	7,6	8,1	7,9	8,1
25-29	7,0	7,5	7,9	7,7	8,2	7,9
30-34	7,9	7,9	8,2	8,1	8,3	8,3
35-39	8,4	9,1	9,0	9,4	9,0	9,5
>=40	10,8	11,8	10,2	11,0	11,1	12,0



Para mais
informação
consulte:

>> Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe, Sexo, Grupo etário da mãe e Escalão de peso à nascença

Figura 2.7.2

Nados vivos prematuros, Portugal, 2008-2013

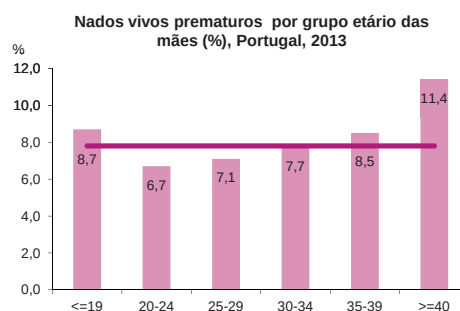
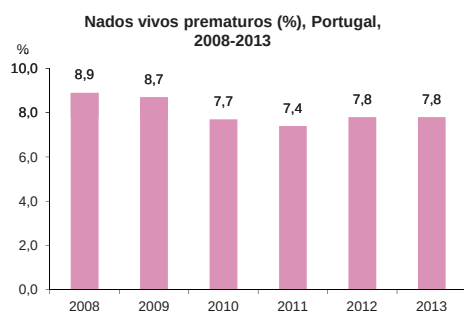
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos prematuros, por grupo etário das mães (N.º)						
Total	9 293	8 657	7 759	7 191	6 963	6 476
<=19	428	362	334	284	252	249
20-24	1 114	1 069	908	736	715	620
25-29	2 460	2 230	1 893	1 672	1 682	1 417
30-34	3 314	2 988	2 639	2 535	2 361	2 225
35-39	1 625	1 636	1 648	1 597	1 581	1 524
>=40	352	372	337	367	372	441
Nados vivos prematuros, por grupo etário das mães (%)						
Total	8,9	8,7	7,7	7,4	7,8	7,8
<=19	9,4	8,3	8,2	7,8	7,6	8,7
20-24	7,8	8,0	6,9	6,3	6,7	6,7
25-29	8,5	8,3	7,1	6,8	7,5	7,1
30-34	9,2	8,7	7,5	7,5	7,6	7,7
35-39	9,7	9,6	9,0	8,3	8,5	8,5
>=40	10,8	11,1	8,9	9,5	9,8	11,4

46

Para mais
informação
consulte:



➤ Nados-vivos
(N.º) por Local de
residência da mãe,
Sexo, Idade da mãe e
Duração da gravidez
da mãe



2.8 Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais

A proporção de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira face ao total de nados vivos de mães residentes em Portugal, diminuiu de 9,8% para 8,9% entre 2008 e 2013. Em igual período também se reduziu a proporção de nados vivos em que ambos os pais (pai e mãe) eram de nacionalidade estrangeira (de 6,4% para 5,1%), assim como a percentagem de nados vivos em que pelo menos um dos pais era de nacionalidade estrangeira (de 11,9% para 11,4%, depois de ter atingido os 13,1% em 2010). A percentagem de nados vivos em que um dos pais era de nacionalidade portuguesa e outro de nacionalidade estrangeira aumentou de 5,2% para 5,9%.

Figura 2.8.1

Nados vivos segundo a nacionalidade dos pais, Portugal, 2008-2013

Nacionalidade da mãe		Nacionalidade do pai							
		Nº				%			
		Total	Portuguesa	Estrangeira	ignorada	Total	Portuguesa	Estrangeira	ignorada
2008	Total	104 594	93 966	8 975	1 653	100,0	89,8	8,6	1,6
	Portuguesa	94 351	90 786	2 231	1 334	90,2	86,8	2,1	1,3
	Estrangeira	10 238	3 177	6 744	317	9,8	3,0	6,4	0,3
	ignorada	5	3	0	2	0,0	0,0	0,0	0,0
2009	Total	99 491	89 066	8 830	1 595	100,0	89,5	8,9	1,6
	Portuguesa	89 133	85 589	2 350	1 194	89,6	86,0	2,4	1,2
	Estrangeira	10 350	3 470	6 480	400	10,4	3,5	6,5	0,4
	ignorada	8	7	0	1	0,0	0,0	0,0	0,0
2010	Total	101 381	90 717	8 843	1 821	100,0	89,5	8,7	1,8
	Portuguesa	90 595	86 817	2 446	1 332	89,4	85,6	2,4	1,3
	Estrangeira	10 786	3 900	6 397	489	10,6	3,8	6,3	0,5
	ignorada	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
2011	Total	96 856	87 016	8 208	1 632	100,0	89,8	8,5	1,7
	Portuguesa	86 853	83 279	2 346	1 228	89,7	86,0	2,4	1,3
	Estrangeira	10 003	3 737	5 862	404	10,3	3,9	6,1	0,4
	ignorada	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
2012	Total	89 841	81 387	7 094	1 360	100,0	90,6	7,9	1,5
	Portuguesa	81 080	78 058	2 077	945	90,2	86,9	2,3	1,1
	Estrangeira	8 761	3 329	5 017	415	9,8	3,7	5,6	0,5
	ignorada	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
2013	Total	82 787	75 013	6 214	1 560	100,0	90,6	7,5	1,9
	Portuguesa	75 382	72 164	2 023	1 195	91,1	87,2	2,4	1,4
	Estrangeira	7 405	2 849	4 191	365	8,9	3,4	5,1	0,4
	ignorada	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0

2.9 Nados vivos por meses de nascimento

Em 2013, os meses de janeiro, maio, julho, agosto, setembro, e outubro registaram valores acima da média mensal de nascimentos com vida (6 899). Setembro destaca-se por ser o mês com o maior número de nados vivos (7 522) bem como o mês com a maior média diária de nascimentos com vida (cerca de 251 nados vivos por dia). O mês com menor média diária foi março (cerca de 216 nados vivos por dia).

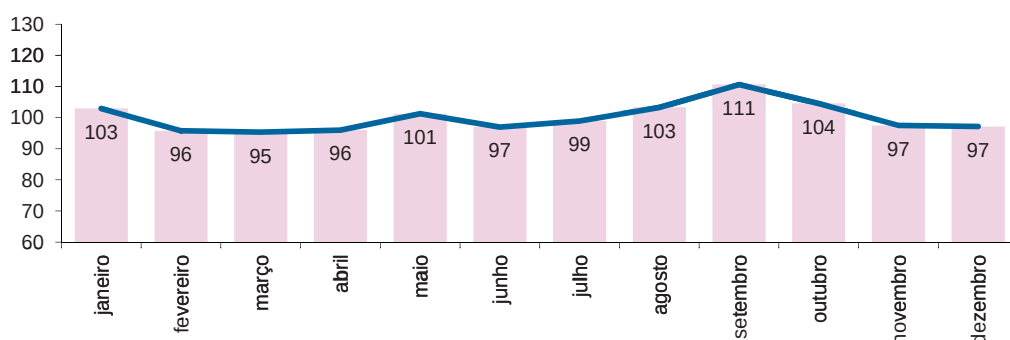
De acordo com os valores do índice mensal de natalidade¹ em 2013, os meses de setembro, outubro, agosto e janeiro são os meses de maior intensidade da natalidade face à média anual de nados vivos, destacando-se os meses de março, fevereiro e abril como aqueles em que se regista a natalidade mais baixa.

Figura 2.9.1

Nados vivos por meses de nascimento e índice mensal de natalidade, Portugal, 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos por mês (N.º)						
Total	104 594	99 491	101 381	96 856	89 841	82 787
janeiro	8 745	8 268	7 855	8 282	7 636	7 232
fevereiro	7 628	7 219	7 114	7 542	6 753	6 080
março	8 207	8 251	8 286	8 084	7 354	6 700
abril	8 417	7 829	7 977	7 449	7 178	6 529
maio	8 714	8 374	8 332	8 346	7 773	7 115
junho	8 275	7 916	8 231	7 952	7 105	6 596
julho	9 260	8 520	8 648	8 573	7 676	6 953
agosto	9 126	8 650	8 590	8 467	7 866	7 258
setembro	9 743	9 153	9 537	8 554	7 979	7 522
outubro	9 412	8 565	9 170	7 894	7 878	7 344
novembro	8 489	8 298	8 748	7 872	7 538	6 631
dezembro	8 578	8 448	8 893	7 841	7 105	6 827

Índice mensal de natalidade, Portugal, 2013



Para mais
informação
consulte:



>> Nados-vivos
(N.º) por Local de
residência da mãe,
Sexo e Mês de
nascimento

¹ O índice mensal de natalidade foi calculado pelo método dos números proporcionais e permite corrigir os valores dos nascimentos mensais de forma a corresponderem a unidades de tempo de igual dimensão. Cada mês é representado por um valor, independentemente da respetiva duração, de forma a que o seu desvio em relação a 100 indique o carácter particular desse mês em termos de natalidade.

2.10 Portugal no contexto da União Europeia

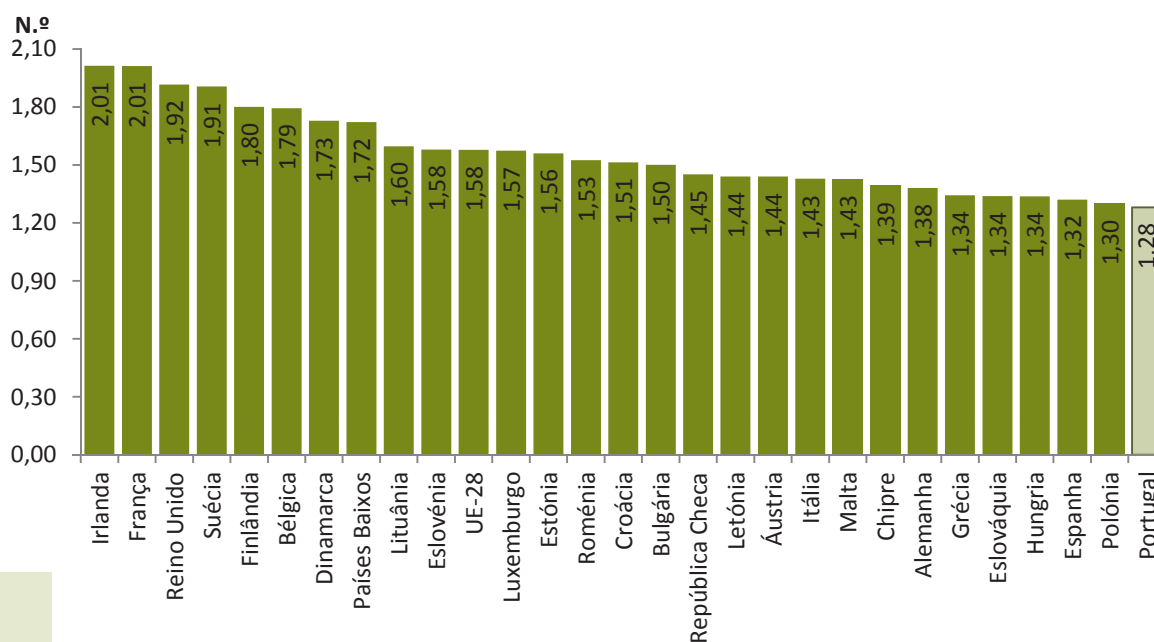
Nas últimas décadas, as mulheres residentes na União Europeia (UE28) têm tido menos filhos, o que explica, em parte, a desaceleração do crescimento da população. Nas últimas décadas o índice sintético de fecundidade (ISF) na UE28 tem sido muito inferior a 2,1 crianças por mulher, considerado o nível mínimo de substituição de gerações.

Entre 2007 e 2012, ano mais recente para o qual existem dados comparáveis divulgados pelo Eurostat, observou-se uma ligeira recuperação do ISF da UE28 de 1,56 para 1,58 crianças por mulher. Contudo, países como Finlândia, Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo, Estónia, Letónia, Chipre, Grécia, Espanha, Polónia e Portugal registaram uma redução do ISF.

Em 2012, Irlanda e França apresentavam os maiores valores do ISF, sendo os únicos Estados Membros da UE28 com pouco mais de 2,0 nascimentos por mulher. Por outro lado, os menores valores deste índice foram registados em Portugal, Polónia, Espanha, Hungria, Eslováquia e Grécia (todos com cerca de 1,3 nados vivos por mulher).

Figura 2.10.1

Índice sintético de fecundidade (Nº), UE28 e Estados Membros, 2012



Fonte: Eurostat

Para mais
informação
consulte:

Índice sintético de
fecundidade

Mortalidade

Capítulo 3

Mortalidade

53

Em 2013 registaram-se 106 543 óbitos de residentes em Portugal, menos 1 069 (1,0%) do que em 2012. Da totalidade dos óbitos registados em 2013, a maior parte – 68,9% - ocorreu em pessoas com idades iguais ou superiores a 75 anos.

A proporção de óbitos de crianças com menos de 1 ano no total de óbitos, em 2013, foi de 0,2%, valor inferior ao registado em 2012 (0,3%). A taxa de mortalidade infantil, em 2013, foi de 2,9 óbitos por mil nados vivos, diminuindo ligeiramente face a 2012, ano em que foi 3,4‰.

No triénio 2011-2013 a esperança de vida à nascença para a população residente em Portugal foi estimada em 80,00 anos, tendo sido de 76,91 para os homens e de 82,79 para as mulheres. Estes valores foram ligeiramente superiores aos obtidos para o período antecedente (76,67 anos para os homens e 82,59 para as mulheres), mantendo-se a tendência de aumento da longevidade.

No mesmo período, a esperança média de vida aos 65 anos para o total da população residente em Portugal foi de 18,97 anos: 17,07 anos para os homens e 20,40 anos para as mulheres.

3.1 Evolução recente do número de óbitos e das taxas brutas de mortalidade

Em 2013 registaram-se 106 543 óbitos de residentes em Portugal, menos 1 069 (1,0%) do que em 2012. A taxa bruta de mortalidade, em resultado da ligeira redução também na população residente, estabilizou em 10,2‰.

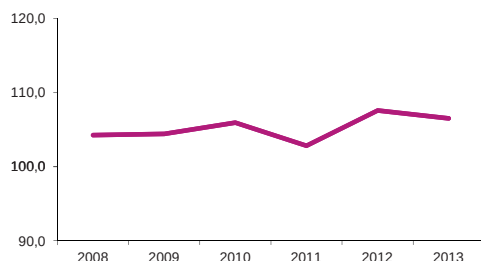
A taxa bruta de mortalidade, apesar de não isolar o efeito das estruturas etárias diferenciadas das várias regiões, permite aferir a existência de diferenças regionais sobre a mortalidade. No período 2008 a 2013, as regiões Norte e Lisboa são aquelas onde, regra geral, se registaram o menor número de óbitos por mil habitantes. Em 2013, na região Norte registou-se a menor taxa bruta de mortalidade, de 9,0‰. As taxas de mortalidade mais elevadas verificaram-se nas regiões do Alentejo (13,6‰) e do Centro com 12,0‰.

Figura 3.1.1

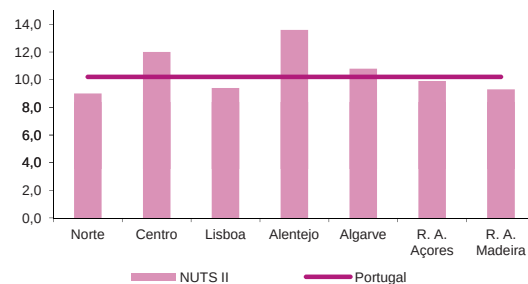
Óbitos e taxas brutas de mortalidade, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos (N.º)								
2008	104 280	31 422	27 072	25 547	10 593	4 767	2 274	2 595
2009	104 434	31 729	26 725	25 796	10 399	4 686	2 433	2 642
2010	105 954	32 312	27 080	26 436	10 501	4 508	2 466	2 636
2011	102 848	31 578	26 356	25 308	10 107	4 619	2 375	2 481
2012	107 612	33 127	28 108	26 315	10 437	4 834	2 204	2 583
2013	106 543	32 981	27 415	26 340	10 142	4 778	2 443	2 436
Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)								
2008	9,9	8,5	11,6	9,2	13,8	10,9	9,2	9,8
2009	9,9	8,6	11,4	9,2	13,6	10,6	9,9	9,9
2010	10,0	8,7	11,6	9,4	13,8	10,1	10,0	9,9
2011	9,7	8,6	11,3	9,0	13,4	10,3	9,6	9,3
2012	10,2	9,0	12,2	9,3	13,9	10,9	8,9	9,8
2013	10,2	9,0	12,0	9,4	13,6	10,8	9,9	9,3

Óbitos (milhares), Portugal, 2008-2013



Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes), NUTS II, 2013



¹ O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

Para mais
informação
consulte:

>> Óbitos (N.º) por
Local de residência
(NUTS 2002) e Sexo

>> Taxa bruta de
mortalidade (‰) por
Local de residência

3.2 Mortalidade por idades e sexo

A redução do risco de mortalidade em quase todas idades, com a consequente sobrevivência das pessoas até idades cada vez mais avançadas, traduziu-se no acréscimo do número de óbitos entre os mais idosos. Em 2008, 82,1% dos óbitos ocorreram em idades iguais ou superiores a 65 anos. Em 2013, este valor foi de 83,7% e, dentro deste grupo etário, mais de metade (66,1%) tinha pelo menos 80 anos. Em contrapartida, reduziu-se a mortalidade precoce (menos de 65 anos de idade), em especial em idades abaixo dos 35 anos.

Figura 3.2.1

Óbitos e taxas específicas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2008-2013

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰
Total ¹	104 280	9,9	104 434	9,9	105 954	10,0	102 848	9,7	107 612	10,2	106 543	10,2
<1	340	3,3	362	3,6	256	2,5	302	3,1	303	3,4	244	2,9
1-4	79	0,2	89	0,2	70	0,2	70	0,2	64	0,2	73	0,2
5-9	63	0,1	59	0,1	65	0,1	65	0,1	57	0,1	45	0,1
10-14	93	0,2	69	0,1	71	0,1	53	0,1	70	0,1	58	0,1
15-19	196	0,3	187	0,3	157	0,3	163	0,3	125	0,2	121	0,2
20-24	318	0,5	314	0,5	294	0,5	259	0,4	232	0,4	212	0,4
25-29	452	0,6	393	0,6	364	0,5	308	0,5	279	0,4	265	0,4
30-34	720	0,9	617	0,8	610	0,8	521	0,7	463	0,6	393	0,6
35-39	948	1,2	1 004	1,2	965	1,2	843	1,0	827	1,0	752	0,9
40-44	1 520	2,0	1 487	1,9	1 495	1,9	1 348	1,7	1 320	1,7	1 211	1,5
45-49	2 276	3,0	2 259	2,9	2 184	2,8	2 134	2,7	2 083	2,7	1 997	2,6
50-54	2 982	4,3	3 089	4,4	2 989	4,2	3 090	4,2	2 941	4,0	2 960	4,0
55-59	3 849	5,8	3 750	5,6	3 851	5,7	3 881	5,7	3 815	5,6	3 842	5,6
60-64	4 852	8,2	5 095	8,4	4 970	8,1	5 018	8,0	4 986	7,8	5 212	8,1
65-69	6 706	13,0	6 585	12,7	6 509	12,3	6 448	11,9	6 632	12,0	6 665	11,7
70-74	10 730	21,7	10 371	20,9	10 283	20,8	9 624	19,7	9 385	19,5	9 051	18,9
75-79	15 955	39,2	15 536	37,3	15 382	36,2	14 901	34,5	15 054	34,6	14 514	33,3
80-84	20 059	73,1	20 175	71,8	20 252	70,2	19 239	64,5	20 337	65,8	20 058	62,8
85 e +	32 122	166,9	32 963	163,7	35 154	163,0	34 567	149,5	38 631	160,5	38 851	156,1

¹ O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

Para mais
informação
consulte:

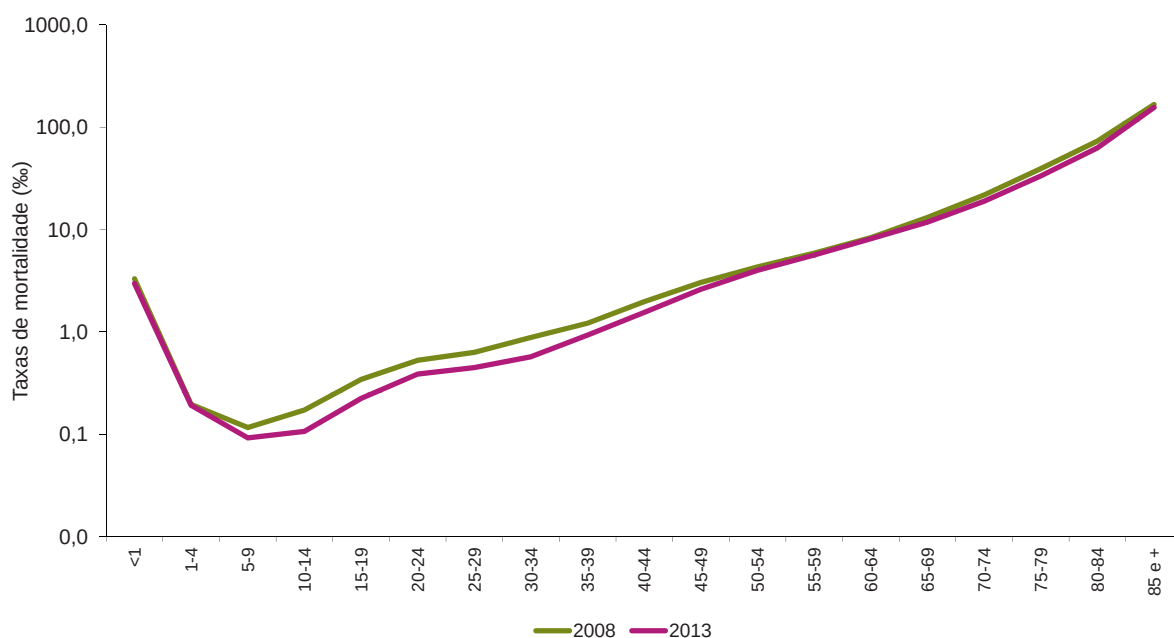
Óbitos (N.º) por
Local de residência,
Sexo e Idade

55

O perfil da mortalidade por idades em Portugal, em 2008 e 2013 (figura 3.2.2), segue o padrão típico das sociedades mais desenvolvidas. Verificou-se uma mortalidade mais elevada durante o primeiro ano de vida, diminuindo até alcançar um mínimo entre os 5 e os 9 anos; a partir destas idades, aumenta, de início de forma mais ligeira, e depois de forma cada vez mais acentuada com o avanço dos grupos etários.

Figura 3.2.2

Taxas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2008 e 2013



No período de 2008 a 2013, o número total de óbitos do sexo masculino foi sistematicamente superior ao número total de óbitos do sexo feminino (figura 3.2.3). Contudo, o número de óbitos de mulheres nas idades mais avançadas, isto é, nos grupos de idade 80-84 anos e 85 e mais anos, supera o número de óbitos do sexo masculino, devido à maior dimensão da população feminina nestes grupos etários.

Figura 3.2.3

Óbitos e taxas específicas de mortalidade por grupos etários e sexo, Portugal, 2008 e 2013

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰	N.º	‰
Homens												
Total ¹	53 582	10,6	53 310	10,5	54 219	10,7	52 544	10,4	54 473	10,9	54 169	10,9
<1	184	3,4	210	4,1	129	2,5	175	3,5	156	3,4	145	3,4
1-4	46	0,2	51	0,2	34	0,2	44	0,2	35	0,2	46	0,2
5-9	37	0,1	33	0,1	37	0,1	36	0,1	25	0,1	23	0,1
10-14	45	0,2	40	0,1	47	0,2	39	0,1	39	0,1	34	0,1
15-19	139	0,5	131	0,4	104	0,4	104	0,4	91	0,3	79	0,3
20-24	232	0,7	227	0,7	193	0,7	181	0,6	174	0,6	156	0,5
25-29	332	0,9	291	0,8	258	0,8	218	0,7	201	0,7	192	0,6
30-34	512	1,2	434	1,1	409	1,0	375	1,0	314	0,9	275	0,8
35-39	677	1,7	679	1,7	650	1,6	601	1,5	581	1,4	503	1,3
40-44	1 064	2,8	1 029	2,7	1 056	2,8	922	2,4	908	2,4	840	2,2
45-49	1 583	4,3	1 569	4,2	1 523	4,0	1 511	4,0	1 437	3,8	1 364	3,7
50-54	2 138	6,4	2 131	6,2	2 087	6,0	2 204	6,2	2 099	5,9	2 094	5,9
55-59	2 614	8,3	2 605	8,2	2 731	8,5	2 670	8,3	2 664	8,3	2 735	8,4
60-64	3 276	12,0	3 392	12,1	3 403	11,8	3 386	11,5	3 359	11,2	3 570	11,8
65-69	4 312	18,4	4 233	18,0	4 275	17,8	4 223	17,2	4 353	17,4	4 345	16,9
70-74	6 489	30,0	6 292	29,0	6 276	28,9	5 828	27,2	5 782	27,3	5 558	26,4
75-79	8 820	52,6	8 591	50,0	8 607	49,0	8 195	45,9	8 368	46,5	8 062	44,6
80-84	9 637	94,1	9 522	90,9	9 571	88,9	9 273	82,5	9 823	83,6	9 929	81,3
85 e +	11 433	185,7	11 826	182,7	12 809	185,2	12 549	170,4	14 056	183,6	14 206	180,1
Mulheres												
Total ¹	50 698	9,2	51 124	9,3	51 734	9,4	50 301	9,1	53 139	9,7	52 373	9,6
<1	156	3,1	152	3,1	126	2,5	126	2,7	147	3,4	98	2,4
1-4	33	0,2	38	0,2	36	0,2	26	0,1	29	0,2	27	0,1
5-9	26	0,1	26	0,1	28	0,1	29	0,1	32	0,1	22	0,1
10-14	48	0,2	29	0,1	24	0,1	14	0,1	31	0,1	24	0,1
15-19	57	0,2	56	0,2	53	0,2	59	0,2	34	0,1	42	0,2
20-24	86	0,3	87	0,3	101	0,3	78	0,3	58	0,2	56	0,2
25-29	120	0,3	102	0,3	106	0,3	90	0,3	78	0,2	73	0,2
30-34	208	0,5	183	0,4	201	0,5	146	0,4	149	0,4	118	0,3
35-39	271	0,7	325	0,8	315	0,8	242	0,6	246	0,6	249	0,6
40-44	456	1,1	458	1,2	439	1,1	426	1,1	412	1,0	371	0,9
45-49	693	1,8	690	1,7	661	1,6	623	1,5	646	1,6	633	1,6
50-54	844	2,3	958	2,6	902	2,4	886	2,3	842	2,2	866	2,2
55-59	1 235	3,6	1 145	3,3	1 120	3,2	1 211	3,4	1 151	3,2	1 107	3,1
60-64	1 576	5,0	1 703	5,2	1 567	4,8	1 632	4,9	1 627	4,8	1 642	4,8
65-69	2 394	8,5	2 352	8,3	2 234	7,7	2 225	7,5	2 279	7,5	2 320	7,5
70-74	4 241	15,2	4 079	14,6	4 007	14,4	3 796	13,9	3 603	13,3	3 493	13,0
75-79	7 135	29,8	6 945	28,4	6 775	27,2	6 706	26,5	6 686	26,2	6 452	25,3
80-84	10 422	60,6	10 653	60,4	10 681	59,1	9 966	53,6	10 514	54,9	10 129	51,3
85 e +	20 689	158,1	21 137	154,7	22 345	152,5	22 018	139,8	24 575	149,7	24 645	145,0

¹ O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma dos óbitos por grupo etário devido à existência de registos com idades ignoradas.

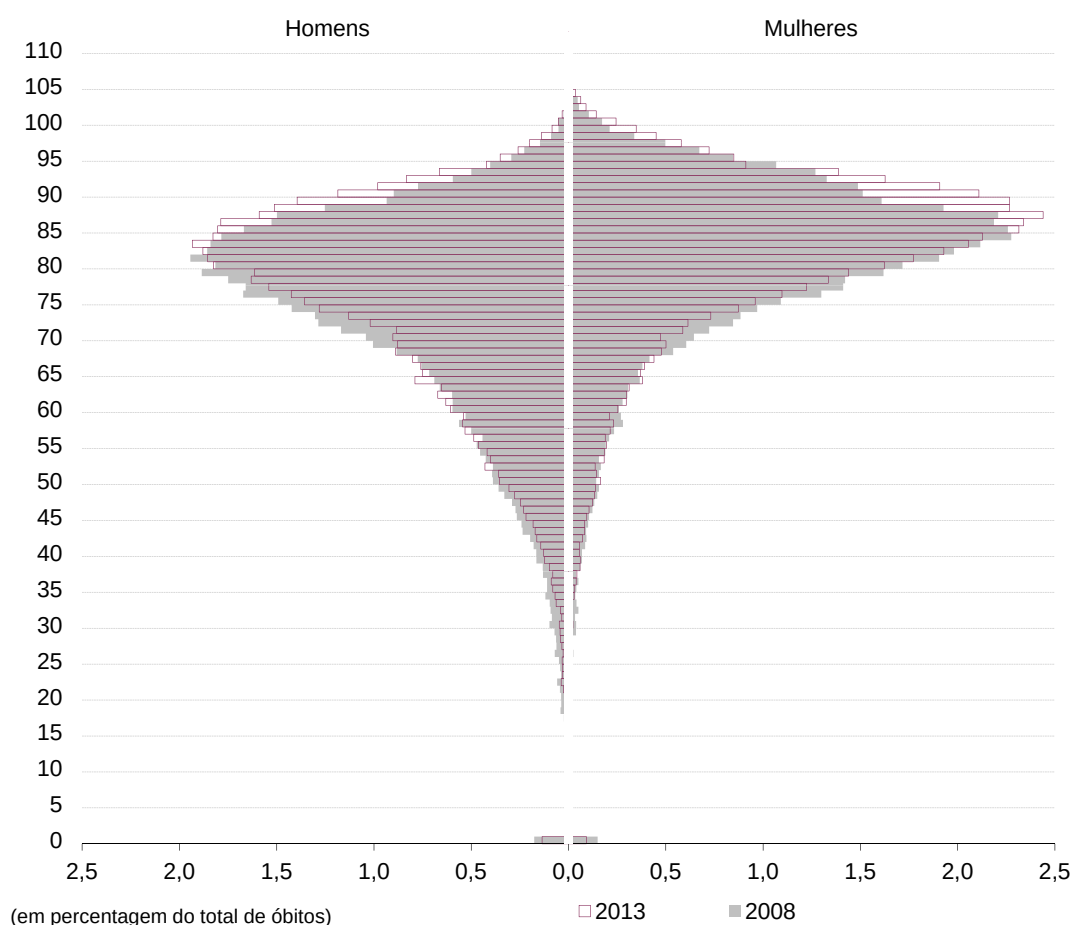
Na análise da distribuição do número de óbitos por idades e sexo (figura 3.2.4) é visível a predominância da mortalidade masculina em idades mais jovens. Em 2013, o número de óbitos do sexo masculino superou o número de óbitos de mulheres em quase todas as idades abaixo dos 82 anos, idade em que esta situação se inverte.

Em consequência dos riscos de mortalidade superiores com que a população masculina se defronta ao longo da vida, o número de sobreviventes do sexo masculino nas idades mais avançadas é significativamente inferior aos do sexo feminino, pelo que a maior dimensão da população feminina nestas idades se traduz em maior número de óbitos nas idades mais idosas.

De referir também que um número crescente de óbitos ocorre em idades iguais e superiores a 100 anos. Em 2013 registaram-se 790 óbitos com 100 e mais anos, dos quais 136 do sexo masculino e 654 do sexo feminino.

Figura 3.2.4

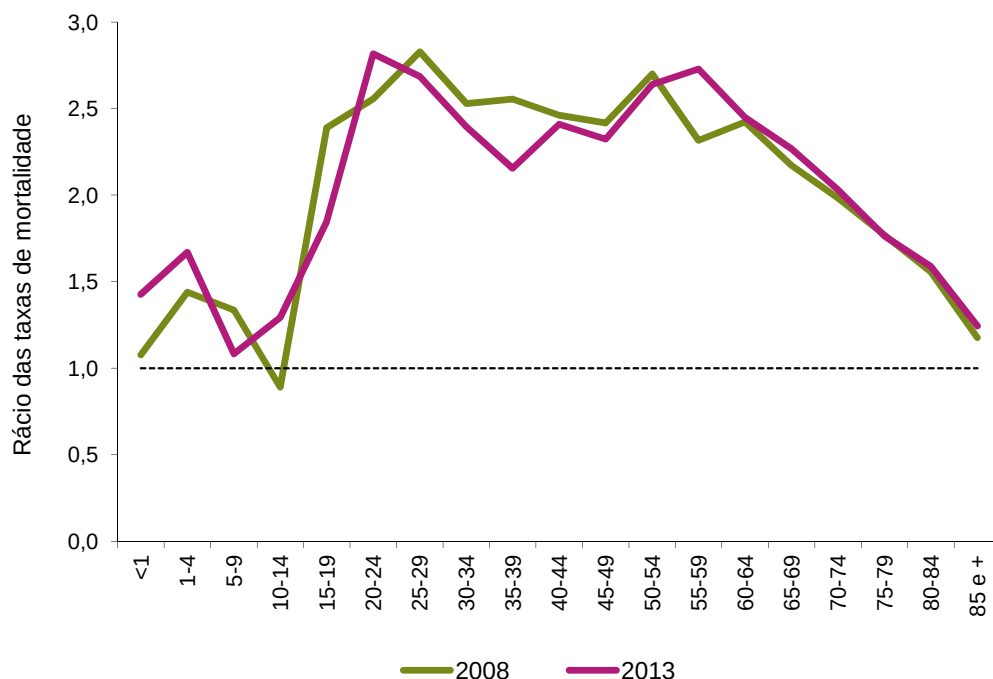
Óbitos por idades e sexo, Portugal, 2008 e 2013



Na figura 3.2.5, que representa o rácio das taxas de mortalidade de homens e mulheres por grupos de idade em 2008 e 2013, é evidente a redução na sobremortalidade masculina nas idades 25-64 anos conjuntamente com o aumento da diferença na mortalidade de homens e mulheres aos zero anos e no grupo etário 55-59 anos.

Figura 3.2.5

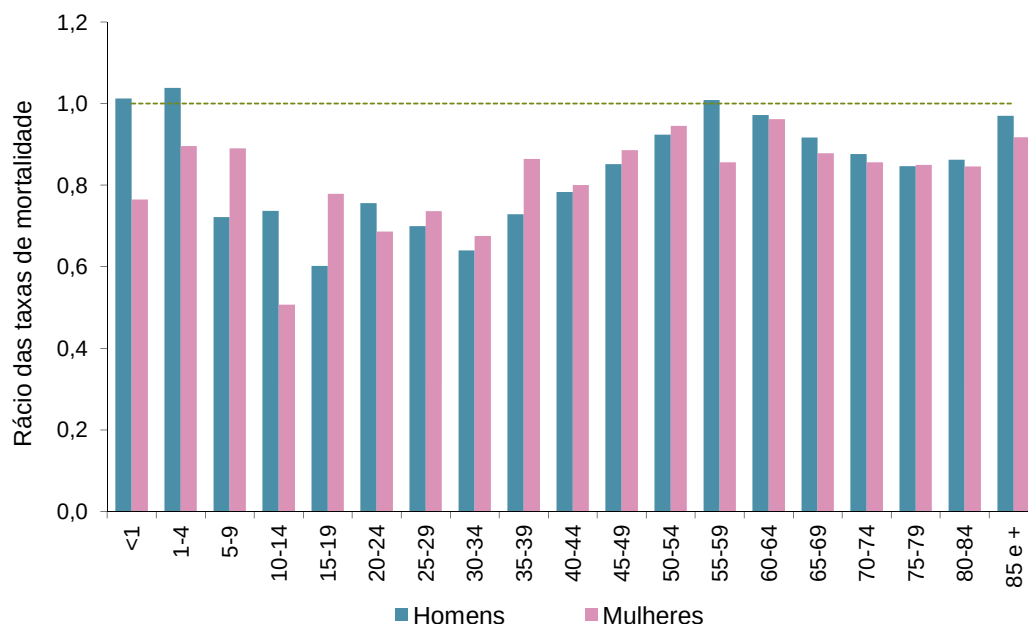
Rácio das taxas de mortalidade de homens e mulheres (sobremortalidade masculina), por grupos de idades, Portugal, 2008 e 2013



A figura 3.2.6 representa o rácio entre as taxas de mortalidade em 2013 e aquelas observadas em 2008 para grupos etários idênticos, ilustrando o progresso na mortalidade atingido em cada grupo etário neste período. Em 2013, as taxas de mortalidade estão abaixo dos níveis observados em 2008 para todos os grupos etários, exceto na população masculina com idade inferior a 1 ano e no grupo etário 55-59 anos. Foram as taxas entre os 5 e os 44 anos que mais decresceram no período 2008-2013, com uma redução superior a 20%. De salientar ainda o progresso na mortalidade masculina nos grupos de idade entre os 25 e os 54 anos que superou o registado nas mulheres nas mesmas idades.

Figura 3.2.6

Rácio das taxas de mortalidade por grupos de idades e sexo, Portugal, 2008 e 2013



3.3 Mortalidade por causas de morte

No período de 2007 a 2012¹, mais de metade dos óbitos resultou de *doenças do aparelho circulatório e de tumores*, que representaram, respetivamente, a primeira e a segunda causas de morte em Portugal. Em 2012 estes dois grupos de doenças (aparelho circulatório e tumores) foram responsáveis, respetivamente, por 30,4% e 24,4% dos óbitos de residentes em Portugal. Entre 2007 e 2012, as *doenças do aparelho circulatório* perderam alguma importância, assistindo-se, ao mesmo tempo, a um aumento da proporção de óbitos por *tumores* até 2011, situação que se inverte em 2012.

As doenças do aparelho respiratório, que apresentaram uma tendência crescente entre 2007 e 2012, constituem a terceira causa de morte de residentes em Portugal, representando no último ano 12,9% dos óbitos.

A mortalidade por *doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas*, nomeadamente *diabetes mellitus*, *doenças do aparelho digestivo* e as *causas externas de mortalidade* representavam, em 2012, respetivamente, 5,6%, 4,2% e 3,6% das causas de morte.

¹Os dados mais recentes relativos a óbitos por causa de morte estão disponíveis até 2012.

Figura 3.3.1

Óbitos por causa de morte, Portugal, 2007-2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Óbitos por causa de morte (N.º)						
Todas as causas	103 512	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2 454	2 626	2 605	2 659	2 261	2 339
Tumores (neoplasias)	23 954	24 514	24 790	25 425	26 024	26 225
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário	306	356	339	373	415	462
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5 214	5 114	5 480	5 647	5 507	6 041
Perturbações mentais e de comportamento	176	204	211	223	180	182
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	2 619	2 689	2 890	3 111	3 104	3 396
Doenças do aparelho circulatório	34 103	33 642	33 314	33 693	31 565	32 761
Doenças do aparelho respiratório	10 949	11 555	12 170	11 776	11 917	13 893
Doenças do aparelho digestivo	4 537	4 561	4 607	4 627	4 538	4 525
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	43	24	42	23	68	89
Doença do sistema ósteo-muscular e do tecido conjuntivo	238	262	303	334	330	371
Doenças do aparelho geniturinário	2 605	2 873	3 056	3 273	2 808	2 885
Gravidez, parto e puerpério	5	4	7	8	5	4
Algumas afecções originadas no período perinatal	173	188	215	151	188	178
Malformações congénitas e anomalias cromossomáticas	169	178	150	134	156	131
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	11 564	10 988	9 844	10 009	9 720	10 221
Causas externas de mortalidade	4 403	4 502	4 411	4 488	4 062	3 909

No período 2007-2012, a importância relativa das duas principais causas de morte na população masculina inverte-se. A mortalidade por *tumores* ultrapassou a mortalidade por *doenças do aparelho circulatório* enquanto principal causa de morte dos homens. Em 2012, os *tumores* representaram 28,6% dos óbitos do sexo masculino, enquanto as *doenças do aparelho circulatório* foram responsáveis por 26,3%. Neste ano, as *doenças do aparelho circulatório* representaram 34,7% dos óbitos da população feminina, assumindo a posição cimeira, e os *tumores* foram responsáveis por 20,0% dos óbitos do sexo feminino.

As causas externas de mortalidade, embora apresentem uma tendência decrescente no período em análise, continuam a incidir em maior proporção nos óbitos do sexo masculino. Em 2012, representam 4,9% e 2,3% dos óbitos de homens e mulheres, respectivamente.

Figura 3.3.2

Óbitos por causa de morte e sexo, Portugal, 2007-2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Óbitos por causa de morte (N.º) - Homens						
Todas as causas	53 379	53 582	53 310	54 219	52 544	54 473
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 465	1 513	1 464	1 510	1 258	1 291
Tumores (neoplasias)	14 145	14 554	14 604	15 178	15 367	15 603
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário	147	164	135	165	175	185
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 300	2 169	2 322	2 373	2 312	2 559
Perturbações mentais e de comportamento	143	171	163	181	139	131
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 229	1 208	1 297	1 394	1 345	1 509
Doenças do aparelho circulatório	15 160	14 879	14 744	14 904	13 799	14 325
Doenças do aparelho respiratório	5 907	6 126	6 379	6 188	6 249	6 988
Doenças do aparelho digestivo	2 635	2 635	2 650	2 692	2 640	2 548
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	19	11	14	10	32	37
Doença do sistema ósteo-muscular e do tecido conjuntivo	80	113	122	129	141	147
Doenças do aparelho geniturinário	1 248	1 393	1 371	1 453	1 269	1 278
Gravidez, parto e puerpério	//	//	//	//	//	//
Algumas afecções originadas no período perinatal	92	106	130	73	108	98
Malformações congénitas e anomalias cromossómicas	81	93	74	63	81	61
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	5 669	5 363	4 807	4 890	4 862	5 030
Causas externas de mortalidade	3 059	3 084	3 034	3 016	2 767	2 683
Óbitos por causa de morte (N.º) - Mulheres						
Todas as causas	50 133	50 698	51 124	51 734	50 301	53 139
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	989	1 113	1 141	1 149	1 003	1 048
Tumores (neoplasias)	9 809	9 960	10 186	10 247	10 657	10 622
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário	159	192	204	208	240	277
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 914	2 945	3 158	3 274	3 195	3 482
Perturbações mentais e de comportamento	33	33	48	42	41	51
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 390	1 481	1 593	1 717	1 759	1 887
Doenças do aparelho circulatório	18 943	18 763	18 570	18 789	17 766	18 436
Doenças do aparelho respiratório	5 042	5 429	5 791	5 588	5 668	6 905
Doenças do aparelho digestivo	1 902	1 926	1 957	1 935	1 898	1 977
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	24	13	28	13	36	52
Doença do sistema ósteo-muscular e do tecido conjuntivo	158	149	181	205	189	224
Doenças do aparelho geniturinário	1 357	1 480	1 685	1 820	1 539	1 607
Gravidez, parto e puerpério	5	4	7	8	5	4
Algumas afecções originadas no período perinatal	81	82	85	77	80	80
Malformações congénitas e anomalias cromossómicas	88	85	76	71	74	70
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	5 895	5 625	5 037	5 119	4 857	5 191
Causas externas de mortalidade	1 344	1 418	1 377	1 472	1 294	1 226

A importância das causas de morte varia com a idade. As *doenças do aparelho circulatório*, com particular incidência nas idades mais avançadas, constituíram em 2012 a principal causa de morte para homens e mulheres com mais de 65 anos de idade, representando, todavia, uma maior proporção de óbitos do sexo feminino (37,2%) comparativamente ao sexo masculino (29,70%).

Os *tumores* foram os principais responsáveis pelos óbitos de pessoas entre os 45 e 64 anos de idade (44,7% do total de óbitos neste grupo de idades) e entre os 20 e 44 anos (25,1%). As *causas externas de mortalidade* eram a segunda causa de mortalidade entre os 20 e os 44 anos (23,2%).

Note-se ainda que, para idades compreendidas entre os 20 e os 44 anos, as *causas externas de mortalidade* têm maior incidência nos óbitos do sexo masculino, representando 28,8% destes, e apenas 10,3% de óbitos de mulheres. Entre as causas externas destaca-se a importância dos *acidentes de transporte*, representando, em 2012, 10,6% dos óbitos masculinos e 3,0% dos óbitos femininos naquelas idades.

Figura 3.3.3

Óbitos por causa de morte por idades e sexo, Portugal, 2012

	Total	0-19	20-44	45-64	65-84	85 e +
Óbitos por causa de morte (N.º) - Total						
Total	107 612	619	3 121	13 825	51 408	38 631
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2 339	12	280	439	1 018	590
Tumores (neoplasias)	26 225	80	784	6 185	14 529	4 647
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	6 041	20	52	434	3 374	2 161
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	3 396	46	104	302	1 793	1 151
Doenças do aparelho circulatório	32 761	5	259	2 165	15 378	14 954
Doenças do aparelho respiratório	13 893	7	88	527	6 107	7 163
Doenças do aparelho digestivo	4 525	5	172	959	2 126	1 263
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	10 221	73	539	1 540	3 852	4 215
Causas externas de mortalidade	3 909	100	725	963	1 444	672
- Acidentes de transporte	707	46	259	191	190	21
Outras causas	4 302	271	118	311	1 787	1 815
Óbitos por causa de morte (N.º) - Homens						
Total	54 473	346	2 178	9 559	28 326	14 056
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 291	7	222	331	540	191
Tumores (neoplasias)	15 603	45	386	3 984	8 863	2 325
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 559	9	30	273	1 522	725
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 509	21	61	186	875	366
Doenças do aparelho circulatório	14 325	3	169	1 573	7 815	4 765
Doenças do aparelho respiratório	6 988	4	61	380	3 607	2 935
Doenças do aparelho digestivo	2 548	2	133	726	1 227	460
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	5 030	51	430	1 151	2 135	1 261
Causas externas de mortalidade	2 683	62	628	768	906	314
- Acidentes de transporte	554	28	231	151	130	14
Outras causas	1 937	142	58	187	836	714
Óbitos por causa de morte (N.º) - Mulheres						
Total	53 139	273	943	4 266	23 082	24 575
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 048	5	58	108	478	399
Tumores (neoplasias)	10 622	35	398	2 201	5 666	2 322
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	3 482	11	22	161	1 852	1 436
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 887	25	43	116	918	785
Doenças do aparelho circulatório	18 436	2	90	592	7 563	10 189
Doenças do aparelho respiratório	6 905	3	27	147	2 500	4 228
Doenças do aparelho digestivo	1 977	3	39	233	899	803
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	5 191	22	109	389	1 717	2 954
Causas externas de mortalidade	1 226	38	97	195	538	358
- Acidentes de transporte	153	18	28	40	60	7
Outras causas	2 365	129	60	124	951	1 101

A análise dos óbitos por causa de morte por região não revela padrões diferenciados. As *doenças do aparelho circulatório* constituem a principal causa de morte em todas as regiões. Em 2012, a Região Autónoma dos Açores, Lisboa e Alentejo são aquelas onde se registou a maior proporção de óbitos devido a *doenças do aparelho circulatório*, e a menor registou-se na Região Autónoma da Madeira. A proporção de óbitos por tumores varia entre 27,4% na região de Lisboa e 21,4% no Alentejo.

Figura 3.3.4

Óbitos por causa de morte e sexo, Portugal e NUTS II, 2012

	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos por causa de morte (N.º) - Total								
Total	107 612	33 127	28 108	26 315	10 437	4 834	2 204	2 583
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2 339	709	469	754	203	110	50	44
Tumores (neoplasias)	26 225	8 207	6 242	7 219	2 229	1 167	564	597
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	6 041	1 758	1 620	1 449	731	217	125	141
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	3 396	999	886	924	324	127	75	61
Doenças do aparelho circulatório	32 761	9 661	8 517	8 499	3 364	1 315	720	685
Doenças do aparelho respiratório	13 893	4 326	3 891	2 908	1 368	628	295	477
Doenças do aparelho digestivo	4 525	1 495	1 195	1 023	415	195	87	115
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	10 221	3 655	3 008	1 655	886	650	110	257
Causas externas de mortalidade	3 909	1 134	1 031	869	466	201	96	108
- Acidentes de transporte	707	189	204	155	79	57	13	10
Outras causas	4 302	1 183	1 249	1 015	451	224	82	98
Óbitos por causa de morte (N.º) - Homens								
Total	54 473	16 799	13 988	13 385	5 277	2 571	1 208	1 241
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 291	398	238	442	112	60	21	20
Tumores (neoplasias)	15 603	4 900	3 703	4 258	1 336	726	364	316
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 559	731	667	644	303	101	57	56
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 509	439	390	401	142	68	41	28
Doenças do aparelho circulatório	14 325	4 198	3 688	3 683	1 486	625	348	297
Doenças do aparelho respiratório	6 988	2 209	1 871	1 522	722	310	164	190
Doenças do aparelho digestivo	2 548	850	652	580	232	119	51	64
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	5 030	1 833	1 442	839	405	307	55	149
Causas externas de mortalidade	2 683	734	733	589	328	142	70	83
- Acidentes de transporte	554	143	167	112	71	45	8	8
Outras causas	1 937	507	604	427	211	113	37	38
Óbitos por causa de morte (N.º) - Mulheres								
Total	53 139	16 328	14 120	12 930	5 160	2 263	996	1 342
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 048	311	231	312	91	50	29	24
Tumores (neoplasias)	10 622	3 307	2 539	2 961	893	441	200	281
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	3 482	1 027	953	805	428	116	68	85
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 887	560	496	523	182	59	34	33
Doenças do aparelho circulatório	18 436	5 463	4 829	4 816	1 878	690	372	388
Doenças do aparelho respiratório	6 905	2 117	2 020	1 386	646	318	131	287
Doenças do aparelho digestivo	1 977	645	543	443	183	76	36	51
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	5 191	1 822	1 566	816	481	343	55	108
Causas externas de mortalidade	1 226	400	298	280	138	59	26	25
- Acidentes de transporte	153	46	37	43	8	12	5	2
Outras causas	2 365	676	645	588	240	111	45	60

¹ O valor de óbitos de residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

3.4 Mortalidade por meses

Em 2013, em média, faleceram por dia cerca de 292 pessoas residentes em Portugal. O mês de dezembro foi o de maior intensidade da mortalidade, com uma média diária de 340 óbitos, seguindo-se os meses de fevereiro e janeiro, com uma média diária de 339 e 337 óbitos, respetivamente.

O número de óbitos varia ao longo do ano atingindo regra geral valores mais elevados nos meses de inverno e menores nos meses de verão. Entre 1 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013 registaram-se, em média, 327 óbitos diários, enquanto que entre 1 de junho e 30 de setembro de 2013 faleceram, em média, 269 pessoas em cada dia.

Figura 3.4.1

Óbitos por meses, Portugal, 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Óbitos por mês (N.º)						
Total	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612	106 543
janeiro	10 150	12 091	10 431	10 575	10 985	10 458
fevereiro	9 263	9 477	9 497	9 599	12 202	9 504
março	9 321	9 341	9 687	9 274	10 937	9 979
abril	8 457	8 451	8 723	8 294	8 506	8 493
maio	7 841	8 200	8 366	8 079	8 515	8 334
junho	7 941	7 680	7 591	7 491	7 507	8 206
julho	7 743	7 377	8 678	7 586	7 795	9 171
agosto	7 552	7 979	8 395	7 922	7 676	7 983
setembro	7 451	7 407	7 474	7 435	7 373	7 479
outubro	8 043	8 045	8 224	7 980	8 046	7 926
novembro	9 069	8 273	8 699	8 720	8 426	8 466
dezembro	11 449	10 113	10 189	9 893	9 644	10 544

Para mais
informação
consulte:



>> Óbitos (N.º) por
Local de residência,
Sexo, Grupo etário e
Mês do óbito

A análise do índice mensal de mortalidade² para 2013, permite observar a sazonalidade da mortalidade. Um índice de valor 100 corresponde a uma mortalidade igual à média do ano e um índice superior ou inferior corresponde a uma mortalidade superior ou inferior à média anual, respetivamente.

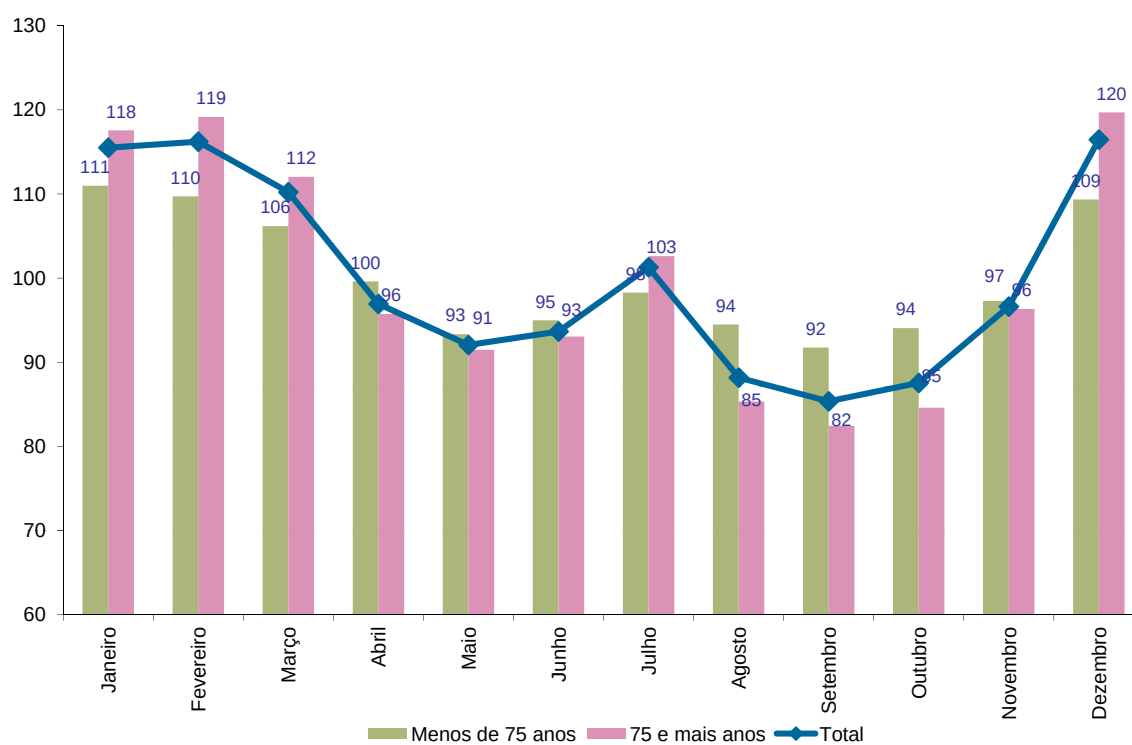
Os meses de dezembro a março são os meses de maior intensidade da mortalidade face à média anual de óbitos, contrariamente aos meses com temperaturas mais amenas. Em 2013, destacou-se ainda o mês de julho em que se verificou um acréscimo de mortalidade. O excesso de mortalidade é, contudo, preponderante nas idades iguais ou superiores a 75 anos face aos óbitos de pessoas com idades inferiores.

Em contrapartida, embora os meses de maio a outubro sejam meses em que a mortalidade é inferior à média anual, o índice mensal de mortalidade para as pessoas com menos de 75 anos é superior ao das pessoas com 75 e mais anos. Em 2013, todavia, destacou-se ainda o mês de julho em que se verificou um acréscimo de mortalidade.

² O índice mensal de mortalidade foi calculado pelo método dos números proporcionais e permite corrigir os valores dos óbitos mensais de forma a corresponderem a unidades de tempo de igual dimensão. Cada mês é representado por um valor, independentemente da respetiva duração, de forma a que o seu desvio em relação a 100 indique o caráter particular desse mês em termos de mortalidade.

Figura 3.4.2

Índice mensal da mortalidade por grupos etários, Portugal, 2013



3.5 A mortalidade infantil, perinatal e fetal

Em 2013, o número de óbitos durante o primeiro ano de vida foi de 244, menos 59 óbitos do que em 2012. A taxa de mortalidade infantil diminuiu de 3,4 óbitos por mil nados vivos em 2012 para 2,9‰ em 2013, resultado quer da redução do número de óbitos de menos de 1 ano quer da redução observada no número de nados vivos.

Figura 3.5.1

Óbitos de menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos de menos de 1 ano (N.º)								
2008	340	90	73	120	25	16	13	3
2009	362	107	47	143	29	12	15	8
2010	256	68	36	109	14	9	15	5
2011	302	99	48	113	14	12	8	8
2012	303	80	64	103	16	20	15	5
2013	244	75	33	92	18	10	11	5
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)								
2008	3,3	2,6	3,6	3,7	3,8	3,2	4,6	1,1
2009	3,6	3,3	2,5	4,5	4,6	2,5	5,4	3,4
2010	2,5	2,1	1,9	3,3	2,2	1,9	5,5	2,0
2011	3,1	3,1	2,6	3,6	2,3	2,6	2,9	3,3
2012	3,4	2,8	3,7	3,5	2,7	4,8	6,0	2,4
2013	2,9	2,8	2,1	3,4	3,4	2,7	4,7	2,7

66

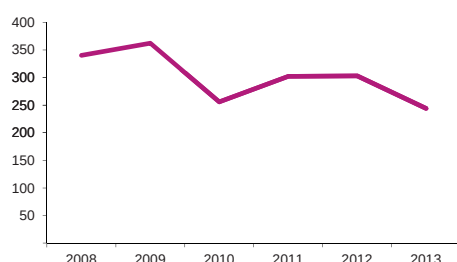
Para mais
informação
consulte:



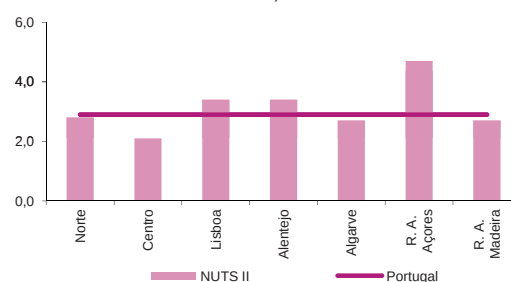
>> Óbitos de menos de 1 ano (N.º) por Local de residência, Sexo e Idade

>> Taxa de mortalidade infantil (‰) por Local de residência (NUTS 2002)

Óbitos de menos de 1 ano, Portugal, 2008-2013



Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos), NUTS II, 2013



¹ O valor de óbitos com menos de 1 ano de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

No período 2008-2013, a taxa de mortalidade infantil oscilou entre um valor máximo de 3,6‰ em 2009 e um valor mínimo de 2,5‰ em 2010. Salienta-se, contudo, que, devido ao reduzido número de óbitos infantis, observam-se flutuações anuais expressivas nos valores dos indicadores apresentados, pelo que este aspeto deve ser tido em consideração na sua análise.

A mortalidade infantil é reduzida em todas as regiões, não se registando diferenças expressivas nos valores da taxa de mortalidade infantil das regiões face ao valor nacional. Em 2013, a taxa de mortalidade infantil mais baixa registou-se na região Centro (2,1 por mil nados vivos) e a mais elevada registou-se na Região Autónoma dos Açores (4,7 por mil nados vivos).

A mortalidade infantil pode ser decomposta em mortalidade neonatal, que ocorre durante o primeiro mês de vida (óbitos de crianças com menos de 28 dias de vida), e mortalidade pós-neonatal, que ocorre após o primeiro mês de vida.

Em 2013 registaram-se 161 óbitos neonatais (198 em 2012), dos quais 103 ocorreram no período neonatal precoce, ou seja, durante os primeiros 6 dias de vida. A taxa de mortalidade neonatal, em 2013, diminuiu para 1,9 óbitos por mil nados vivos, face ao valor de 2,2‰ registado em 2012. No mesmo período a taxa de mortalidade neonatal precoce diminuiu de 1,5‰ para 1,2‰.

Figura 3.5.2

Óbitos neonatais e taxa de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2008- 2013

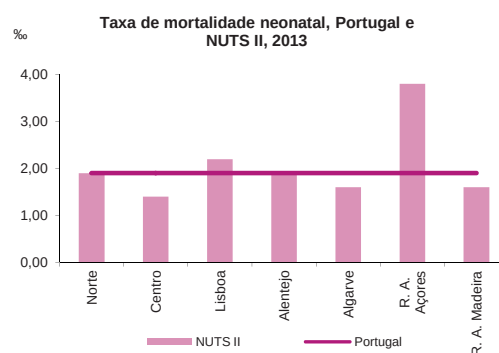
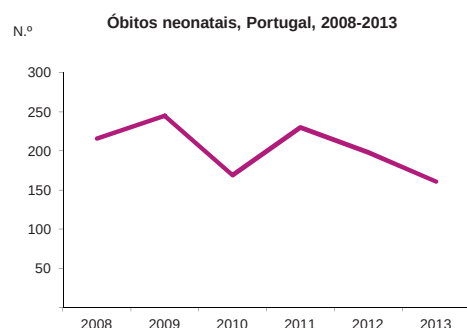
NUTS II	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos neonatais (N.º) (crianças com menos de 28 dias de idade)								
2008	216	59	39	81	13	14	9	1
2009	245	67	35	97	20	9	11	5
2010	169	44	25	75	8	5	9	3
2011	230	73	37	84	12	10	7	7
2012	198	51	43	68	15	11	9	1
2013	161	52	22	59	10	6	9	3
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)								
2008	2,1	1,7	1,9	2,5	2,0	2,8	3,2	0,4
2009	2,5	2,0	1,8	3,1	3,2	1,9	3,9	2,1
2010	1,7	1,3	1,3	2,3	1,3	1,0	3,3	1,2
2011	2,4	2,3	2,0	2,7	2,0	2,2	2,5	2,9
2012	2,2	1,8	2,5	2,3	2,5	2,6	3,6	0,5
2013	1,9	1,9	1,4	2,2	1,9	1,6	3,8	1,6

Para mais
informação
consulte:

➤ Óbitos neonatais
(N.º) por Local de
residência da mãe e
Sexo

➤ Óbitos neonatais
(N.º) por Local de
residência da mãe e
Grupo etário da mãe

➤ Taxa de mortalidade
neonatal (‰) por
Local de residência
da mãe (NUTS -
2002) e Sexo



¹ O valor de óbitos neonatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

Figura 3.5.3

Óbitos neonatais precoces e taxa de mortalidade neonatal precoce, Portugal e NUTS II, 2008- 2013

	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos neonatais precoces (N.º) (de crianças com menos de 7 dias de idade)								
2008	153	42	33	51	11	9	7	0
2009	165	45	26	58	14	8	8	5
2010	116	32	16	50	6	4	6	2
2011	147	53	27	41	10	6	6	4
2012	133	30	30	47	13	8	4	1
2013	103	35	14	37	7	5	3	2
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)								
2008	1,5	1,2	1,6	1,6	1,7	1,8	2,5	0,0
2009	1,7	1,4	1,4	1,8	2,2	1,7	2,9	2,1
2010	1,1	1,0	0,8	1,5	0,9	0,8	2,2	0,8
2011	1,5	1,7	1,5	1,3	1,6	1,3	2,2	1,7
2012	1,5	1,0	1,7	1,6	2,2	1,9	1,6	0,5
2013	1,2	1,3	0,9	1,4	1,3	1,3	1,3	1,1

68

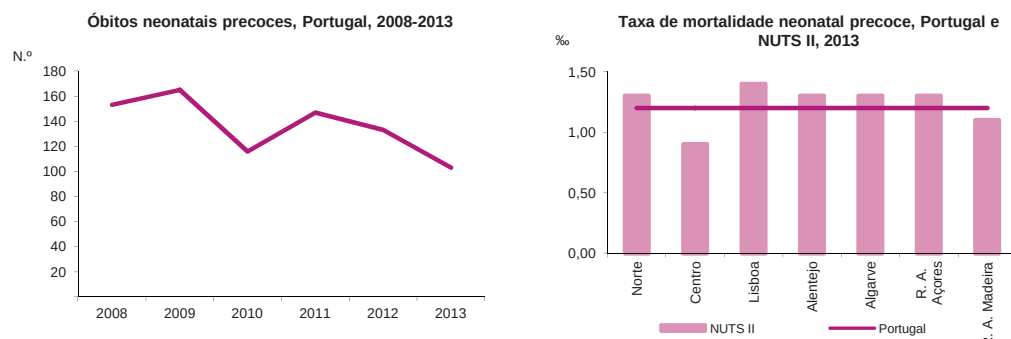
Para mais
informação
consulte:



>> Óbitos neonatais precoces (N.º) por Local de residência da mãe e Sexo

>> Óbitos neonatais precoces (N.º) por Local de residência da mãe e Grupo etário da mãe

>> Taxa de mortalidade neonatal precoce (‰) por Local de residência da mãe (NUTS - 2002) e Sexo



¹ O valor de óbitos neonatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

A mortalidade perinatal, que corresponde à soma dos óbitos fetais tardios (fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação) e dos óbitos neonatais precoces (menos de 7 dias de vida) reflete o comportamento evidenciado por estes dois fenómenos. Em 2013, o número de óbitos perinatais diminuiu para 283 (382 em 2012) em resultado quer da redução do número de óbitos fetais tardios quer do decréscimo do número de óbitos neonatais precoces. Neste ano, os óbitos fetais representavam 63,6% e a mortalidade precoce 36,4% do total de óbitos perinatais.

Figura 3.5-4

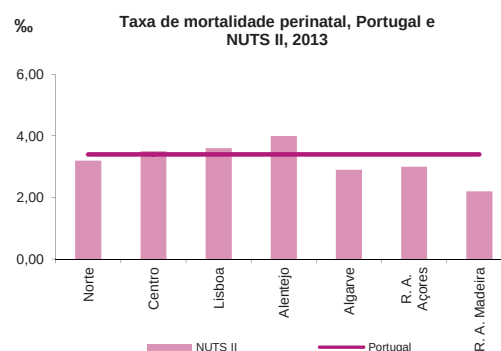
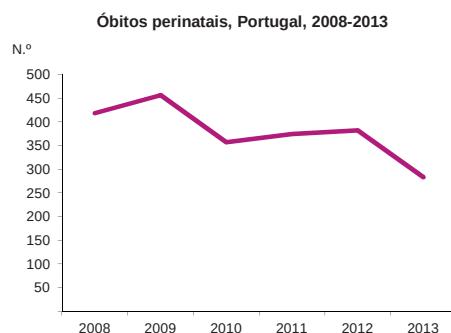
Óbitos perinatais e taxa de mortalidade perinatal, Portugal e NUTS II, 2008-2013

NUTS II	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos perinatais (N.º) (fetos-mortos com 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias)								
2008	418	110	80	151	29	25	16	5
2009	456	119	88	158	36	21	16	17
2010	357	91	62	133	32	19	12	8
2011	374	120	68	123	21	14	18	8
2012	382	79	77	136	39	25	15	11
2013	283	86	55	99	21	11	7	4
Taxa de mortalidade perinatal (por mil nados vivos e fetos-mortos com 28 ou mais semanas)								
2008	4,0	3,2	4,0	4,6	4,4	5,0	5,6	1,8
2009	4,6	3,6	4,6	5,0	5,7	4,4	5,7	7,1
2010	3,5	2,7	3,2	4,1	5,0	3,9	4,4	3,2
2011	3,9	3,8	3,7	3,9	3,4	3,1	6,5	3,3
2012	4,2	2,7	4,5	4,6	6,6	6,0	6,0	5,3
2013	3,4	3,2	3,5	3,6	4,0	2,9	3,0	2,2

Para mais
informação
consulte:

➤ Óbitos perinatais
(N.º) por Local de
residência da mãe

➤ Taxa de mortalidade
perinatal (‰) por
Local de residência da
mãe (NUTS - 2002)



¹ O valor de óbitos perinatais de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

Em 2013, registaram-se 245 óbitos fetais de mães residentes em Portugal, menos 82 do que em 2012. Este valor poderá não corresponder à totalidade dos óbitos fetais ocorridos, uma vez que a obrigatoriedade de registo estabelecida pelo Código do Registo Civil é imposta, com exceções, apenas para os óbitos com idade gestacional igual ou superior a 22 semanas completas.

Em 2013, observaram-se 180 óbitos fetais com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas, o que representa uma redução de 27,7% face a 2012. A taxa de mortalidade fetal tardia, que compara o número de fetos mortos de 28 e mais semanas com o total dos nados vivos e fetos mortos de 28 e mais semanas ocorridos no período considerado, em 2013, foi de 2,2‰.

Excetuando a região Norte, todas as restantes regiões contribuíram para esta redução da mortalidade fetal tardia, com um decréscimo no número de óbitos fetais tardios neste ano. A maior diminuição registou-se na região de Lisboa, onde se verificou um decréscimo de 27 óbitos fetais em 2013. A menor taxa de mortalidade fetal tardia registou-se na Região Autónoma da Madeira (1,1‰) e a mais elevada no Alentejo e Centro (2,6‰).

Figura 3.5.5

Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal ¹	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Óbitos fetais tardios (N.º) (com 28 ou mais semanas)								
2008	265	68	47	100	18	16	9	5
2009	291	74	62	100	22	13	8	12
2010	241	59	46	83	26	15	6	6
2011	227	67	41	82	11	8	12	4
2012	249	49	47	89	26	17	11	10
2013	180	51	41	62	14	6	4	2
Taxa de mortalidade fetal tardia (por mil nados vivos e fetos mortos com 28 ou mais semanas)								
2008	2,5	2,0	2,3	3,0	2,7	3,2	3,2	1,8
2009	2,9	2,3	3,3	3,2	3,5	2,7	2,9	5,0
2010	2,4	1,8	2,4	2,5	4,1	3,1	2,2	2,4
2011	2,3	2,1	2,2	2,6	1,8	1,8	4,4	1,7
2012	2,8	1,7	2,7	3,0	4,4	4,1	4,4	4,9
2013	2,2	1,9	2,6	2,3	2,6	1,6	1,7	1,1

70

Para mais
informação
consulte:



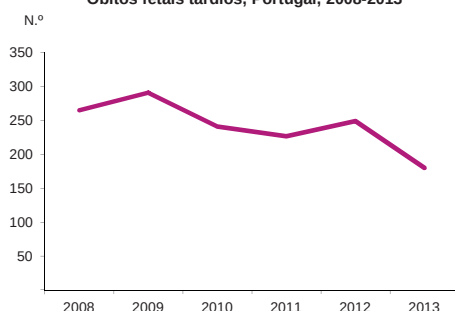
>> Óbitos fetais tardios (N.º) por Local de residência da mãe

>> Óbitos fetais tardios (N.º) por Local de residência da mãe, Sexo e Filiação

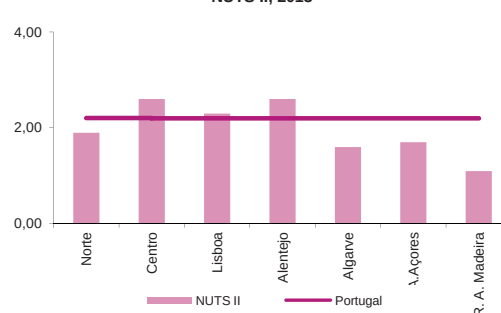
>> Óbitos fetais tardios (N.º) por Local de residência da mãe, Sexo, Idade da mãe e Duração da gravidez da mãe

>> Taxa de mortalidade fetal tardia (‰) por Local de residência da mãe (NUTS - 2002)

Óbitos fetais tardios, Portugal, 2008-2013



Taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2013



¹ O valor de óbitos fetais tardios de mães residentes em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos com residência ignorada.

3.6 Esperança de vida

O indicador esperança de vida à nascença resume os riscos de mortalidade de uma população em todas as idades num determinado período de tempo, expressando o número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver se ao longo da sua vida estiver exposta aos riscos de mortalidade por idades desse período. No período 2011-2013 a esperança de vida à nascença foi estimada em 80,00 anos para ambos os sexos, em 76,91 para os homens e em 82,79 para as mulheres, o que representa um ganho de 0,72 e 0,70 anos, respectivamente, comparativamente com os valores estimados para 2006-2008. As melhorias na esperança de vida derivam, em particular no caso das mulheres, sobretudo dos ganhos sobre a mortalidade em idades cada vez mais avançadas. Entre os triénios 2006-2008 a 2011-2013, a diferença na esperança de vida de homens e mulheres diminuiu de 6,32 para 5,88 anos.

A região Centro apresentou os valores para a esperança média de vida à nascença mais elevados em todos os triénios considerados, tanto para o total da população, como para homens e mulheres. Em contrapartida, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são aquelas onde se observaram valores mais baixos para a esperança média de vida à nascença.

Entre os triénios 2006-2008 e 2011-2013, o maior aumento da esperança média de vida à nascença observou-se na Região Autónoma da Madeira. A esperança média de vida à nascença passou de 75,35 anos para 77,49 anos, o que significa que, no triénio 2011-2013, as pessoas podiam esperar viver à nascença, em média, mais 2,14 anos do que em 2006-2008.

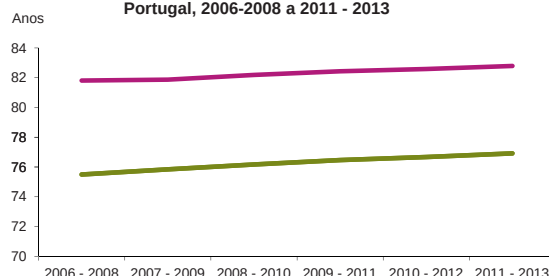
É também nas regiões autónomas onde se verificam as maiores diferenças de longevidade entre homens e mulheres. Na Região Autónoma da Madeira as mulheres podem esperar viver em média mais 7,5 anos do que os homens, sendo a região norte onde esta diferença é menor, de 5,7 anos.

Figura 3.6.1

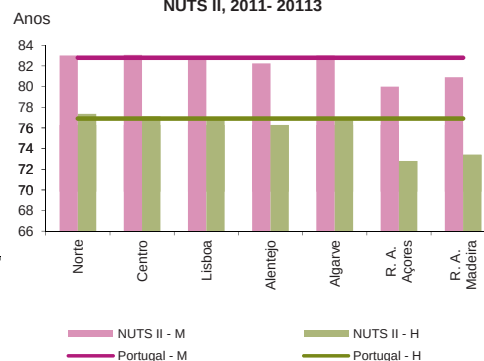
Esperança de vida à nascença por sexo, Portugal e NUTS II, 2006-2008 a 2011-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Esperança de vida à nascença (anos) - Ambos os sexos								
2006 - 2008	78,74	79,02	79,16	78,79	78,11	77,98	75,84	75,35
2007 - 2009	78,94	79,33	79,41	79,07	78,27	78,40	75,93	75,79
2008 - 2010	79,29	79,64	79,59	79,29	78,58	78,90	75,86	76,13
2009 - 2011	79,55	79,97	79,90	79,52	79,01	79,43	76,01	76,54
2010 - 2012	79,78	80,14	80,09	79,65	79,26	79,67	76,32	77,03
2011 - 2013	80,00	80,32	80,24	80,00	79,45	80,02	76,49	77,49
Esperança de vida à nascença (anos) - Homens								
2006 - 2008	75,49	75,76	76,03	75,32	74,95	74,51	72,50	70,88
2007 - 2009	75,84	76,25	76,43	75,56	75,22	74,98	72,72	71,59
2008 - 2010	76,17	76,65	76,52	75,92	75,47	75,62	72,21	71,85
2009 - 2011	76,47	76,94	76,84	76,21	75,95	76,05	72,28	72,67
2010 - 2012	76,67	77,05	77,05	76,53	76,40	76,36	72,80	73,19
2011 - 2013	76,91	77,36	77,12	76,85	76,29	76,74	72,80	73,41
Esperança de vida à nascença (anos) - Mulheres								
2006 - 2008	81,81	81,91	81,99	81,95	81,25	81,44	79,13	79,17
2007 - 2009	81,87	82,24	82,17	82,12	81,25	81,69	79,09	79,48
2008 - 2010	82,19	82,43	82,43	82,34	81,49	82,22	79,41	79,68
2009 - 2011	82,43	82,82	82,71	82,38	81,89	82,59	79,73	79,74
2010 - 2012	82,59	82,90	82,94	82,54	82,02	82,90	79,88	80,27
2011 - 2013	82,79	83,01	83,07	82,77	82,24	83,01	79,99	80,91

Esperança de vida à nascença, por sexo, Portugal, 2006-2008 a 2011 - 2013



Esperança de vida à nascença por sexo, NUTS II, 2011- 20113



Para mais informação consulte:

Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos) por Sexo

Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos) por Local de residência (NUTS - 2002)

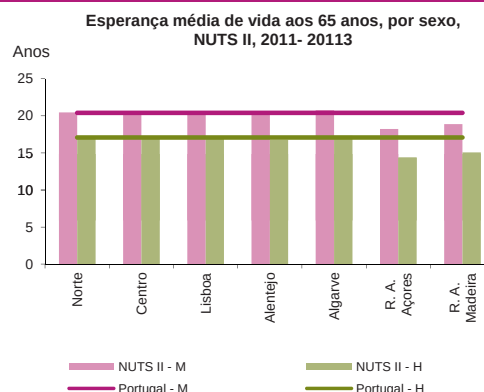
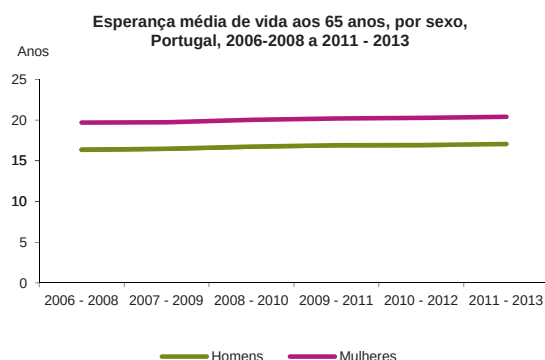
Tábuas Completas de Mortalidade (Metodologia 2007) por sexo e NUTS II

A esperança média de vida aos 65 anos atingiu, no triénio 2011-2013, 18,97 anos para ambos os sexos. Os homens de 65 anos de idade poderão esperar viver em média mais 17,07 anos e as mulheres mais 20,40 anos. Neste triénio, a região do Algarve apresentou os valores mais elevados de esperança de vida aos 65 anos, tanto para o total da população (19,17 anos), como para homens (17,31 anos) e mulheres (20,75). Foi, contudo, na Região Autónoma da Madeira que se observou o maior aumento na esperança de vida aos 65 anos entre os triénios 2006-2008 e 2011-2013, quer para homens quer para mulheres, de 13,63 para 15,07 anos e de 17,82 para 18,89 anos, respectivamente.

Figura 3.6.2

Esperança de vida aos 65 anos por sexo, Portugal e NUTS II, 2006-2008 a 2011-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Esperança de vida aos 65 anos (anos) - Ambos os sexos								
2006 - 2008	18,21	18,24	18,39	18,38	17,89	18,30	16,18	16,14
2007 - 2009	18,28	18,39	18,55	18,63	18,00	18,49	16,24	16,30
2008 - 2010	18,59	18,61	18,63	18,83	18,20	18,79	16,18	16,40
2009 - 2011	18,75	18,88	18,89	18,91	18,32	19,03	16,07	16,65
2010 - 2012	18,84	18,95	19,03	18,86	18,48	19,09	16,30	17,11
2011 - 2013	18,97	19,04	19,08	19,11	18,65	19,17	16,62	17,45
Esperança de vida aos 65 anos (anos) - Homens								
2006 - 2008	16,35	16,30	16,50	16,31	16,27	16,49	14,33	13,63
2007 - 2009	16,48	16,50	16,74	16,46	16,10	16,61	14,44	13,69
2008 - 2010	16,74	16,84	16,74	16,74	16,33	16,89	14,22	13,86
2009 - 2011	16,92	17,12	16,94	16,85	16,45	16,87	13,99	14,11
2010 - 2012	16,94	17,08	17,08	16,97	16,69	17,03	14,19	14,97
2011 - 2013	17,07	17,24	17,16	17,16	16,77	17,31	14,37	15,07
Esperança de vida aos 65 anos (anos) - Mulheres								
2006 - 2008	19,70	19,72	19,84	19,93	19,33	19,89	17,58	17,82
2007 - 2009	19,74	19,90	19,98	20,22	19,56	19,96	17,72	18,02
2008 - 2010	20,03	20,08	20,15	20,39	19,68	20,44	17,71	18,05
2009 - 2011	20,20	20,31	20,41	20,38	19,83	20,69	17,67	18,24
2010 - 2012	20,27	20,42	20,58	20,34	19,98	20,82	18,06	18,51
2011 - 2013	20,40	20,46	20,56	20,63	20,14	20,75	18,23	18,89



Para mais
informação
consulte:

>> Esperança de vida aos 65 anos (Metodologia 2007 - Anos) por Sexo

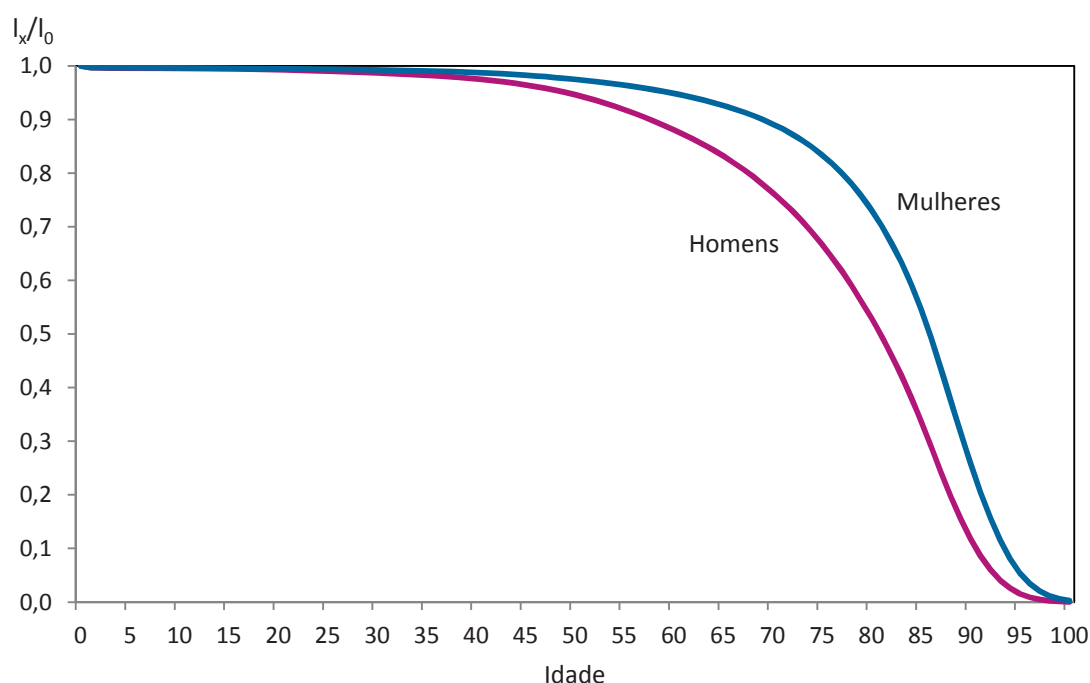
>> Esperança de vida aos 65 anos (Metodologia 2007 - Anos) por Local de residência (NUTS - 2002)

>> Tábuas Completas de Mortalidade (Metodologia 2007) por sexo e NUTS II

Para além da esperança de vida, a tábua de mortalidade disponibiliza um conjunto de funções básicas que permitem avaliar em termos probabilísticos a evolução da mortalidade. A tábua de mortalidade e as suas funções assentam na análise de uma geração fictícia de 100 000 novos nascimentos, sujeita aos riscos de mortalidade em cada idade no período de referência da tábua. O número de indivíduos dessa geração inicial de 100 000 nascimentos que sobrevivem a cada idade é uma das funções da tábua de mortalidade. A figura 3.6.3 representa a função de sobrevivência da tábua completa de mortalidade para Portugal por sexo para 2011-2013. As mulheres sobrevivem em maior número a idades mais elevadas comparativamente com os homens. Em particular, estima-se que 83,2% dos nados vivos do sexo masculino e 92,6% dos nados vivos do sexo feminino sobrevivam à idade 65 se sujeitos ao longo das suas vidas às probabilidades específicas de óbito por idades observadas no período 2011-2013.

Figura 3.6.3

Função de sobrevivência por sexo, Portugal, 2011-2013



Para mais
informação
consulte:



➤ Tábuas Completas
de Mortalidade
(Metodologia 2007)
por sexo e NUTS II

3.7 Portugal no contexto da União Europeia

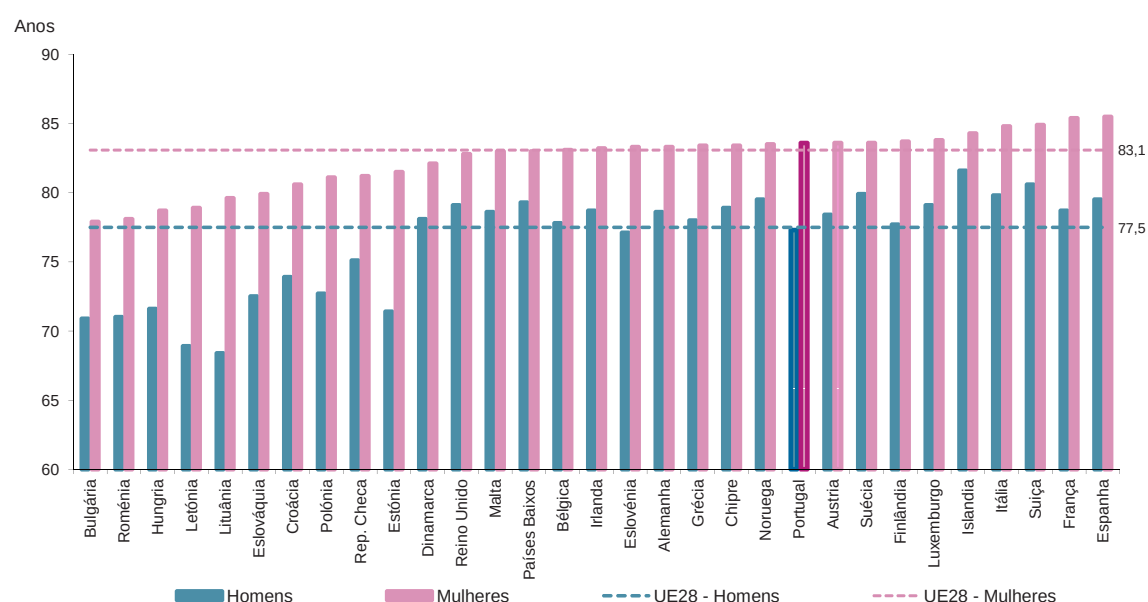
Os indicadores mais comuns na análise comparativa da mortalidade são a esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil. O primeiro porque é um indicador de síntese dos riscos de mortalidade da população e o segundo porque é um importante indicador de saúde de um país.

Em 2012, ano mais recente para o qual existem dados comparáveis divulgados pelo Eurostat, a esperança de vida à nascença situava-se em 80,3 anos para a média europeia (UE28).

A posição de Portugal é mais favorável para as mulheres, ocupando a 8ª posição no ranking da UE28, enquanto para os homens o país ocupa a 15ª posição. A Espanha é o país com a maior esperança de vida feminina, de 85,5 anos, mais 1,9 anos que em Portugal. No caso dos homens, na primeira posição está a Suécia com 79,9 anos, mais 2,6 anos que em Portugal.

Figura 3.7.1

Esperança de vida à nascença por sexo, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012



Fonte: Eurostat

Para mais
informação
consulte:

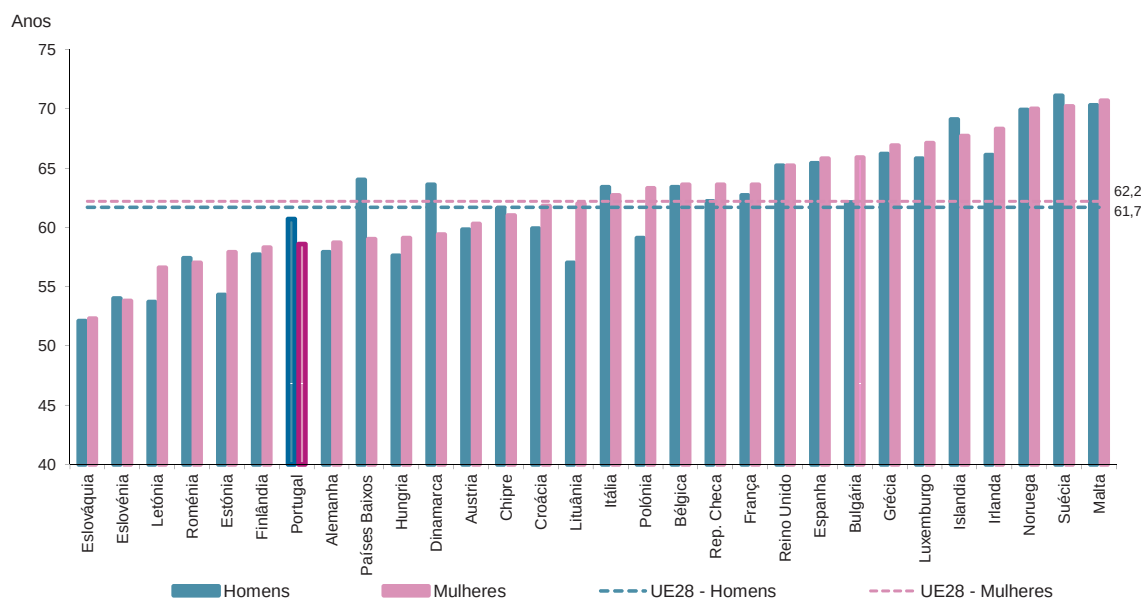
>> Esperança de vida à
nascença por sexo

O aumento da esperança de vida de uma população não significa necessariamente que esse tempo extra de vida seja em boa saúde. Enquanto o indicador esperança de vida à nascença mede a quantidade em termos do número esperado de anos de vida, a esperança de vida em saúde é uma medida que incide sobre a qualidade de vida, ou seja, representa o número de anos de vida saudável que a população pode esperar viver.

Em 2011, o número de anos de vida em saúde, em Portugal, foi estimado em 60,7 anos para os homens e 58,6 anos para as mulheres, abaixo do valor médio para a UE28 de 61,7 e 62,2, respectivamente. Contrariamente ao que acontece com a esperança de vida à nascença, em Portugal o número de anos vividos em saúde é superior para os homens, mais 2,1 anos do que as mulheres.

Figura 3.7.2

Anos de vida em saúde à nascença, Países da UE28, Noruega e Islândia, 2011



Fonte: Eurostat

A redução na mortalidade infantil é um dos fatores com maior impacto no aumento da esperança de vida de uma população.

No que se refere à mortalidade infantil, em 2012, Portugal ocupava a 11^a posição no ranking dos países da UE28, com 3,4‰, abaixo da média europeia que foi de 3,8‰. A mais baixa taxa de mortalidade infantil nos países da UE28 foi observada na Eslovénia (1,6 óbitos por mil nados vivos). Pelo contrário, a taxa de mortalidade infantil mais elevada registou-se na Roménia (9,0 óbitos por mil nados vivos).

Figura 3.7.3

Taxa de mortalidade infantil, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012



Fonte: Eurostat

Nupcialidade

(celebração e dissolução de casamentos)

Capítulo

4

Nupcialidade

(celebração e dissolução de casamentos)

4.1. Celebração de casamentos¹

79

Em 2013 realizaram-se em Portugal 31 998 casamentos, menos 2 425 (7,0%) do que em 2012 (34 423).

Do total de casamentos celebrados (31 998), 72,0% respeitam a primeiros casamentos para ambos os nubentes (mulheres solteiras e homens solteiros), proporção ligeiramente inferior à de 2012 (72,9%).

Em cerca de metade (50,1%) dos casamentos realizados em 2013 os nubentes já possuíam residência anterior comum, confirmando a situação que se tem vindo a acentuar nos últimos anos (49,6% em 2012).

A proporção de casamentos exclusivamente civis no total de casamentos celebrados entre pessoas de sexo oposto tem também vindo a aumentar, passando de 61,5% em 2012 para 62,9% em 2013.

O adiar da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas e para ambos os sexos. A idade média ao primeiro casamento em 2013 situou-se em 31,7 anos para os homens e 30,2 anos para as mulheres, face a 31,4 anos e 29,9 anos, respetivamente em 2012.

4.1.1 Evolução recente do número de casamentos e das taxas brutas de nupcialidade

Em 2013 realizaram-se em Portugal 31 998 casamentos, menos 2 425 (7,0%) do que em 2012 (34 423). O valor da taxa bruta de nupcialidade reduziu-se para 3,1 casamentos por mil habitantes (3,3 em 2012).

No período de 2008 a 2013, a região do Alentejo é aquela que registou a menor taxa de nupcialidade e a Região Autónoma dos Açores a que registou a taxa mais elevada. Em 2013, somente no Norte (3,3‰) e na Região Autónoma dos Açores (3,5‰) se registaram, para o mesmo ano, taxas de nupcialidade superiores ao valor médio nacional.

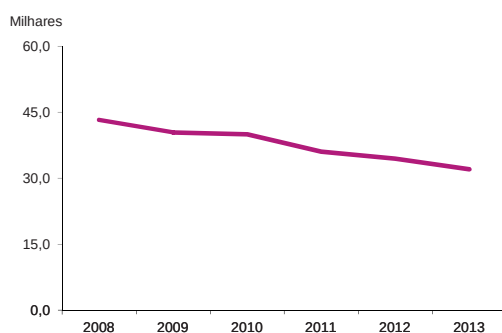
¹ Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos celebrados de 2010, relativamente aos anos anteriores.

Figura 4.1.1.1

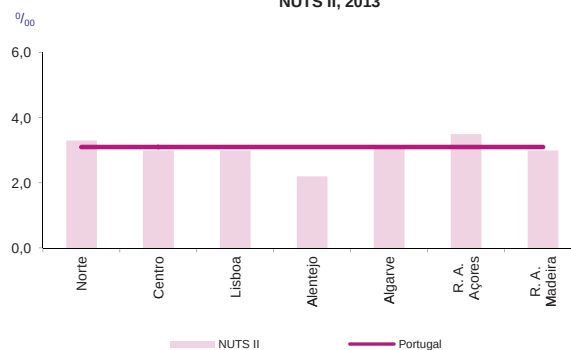
Casamentos e taxas brutas de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Casamentos (N.º)								
2008	43 228	17 138	9 223	10 419	2 401	1 549	1 345	1 153
2009	40 391	15 436	8 741	10 041	2 411	1 523	1 207	1 032
2010	39 993 ↓	14 993 ↓	8 658 ↓	10 037 ↓	2 411 ↓	1 649 ↓	1 214 ↓	1 031 ↓
2011	36 035	13 628	7 732	9 200	2 088	1 464	1 023	900
2012	34 423	12 908	7 257	9 014	1 876	1 604	944	820
2013	31 998	12 202	6 774	8 325	1 653	1 396	855	793
Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes)								
2008	4,1	4,6	3,9	3,7	3,1	3,5	5,5	4,4
2009	3,8	4,2	3,7	3,6	3,2	3,4	4,9	3,9
2010	3,8 ↓	4,1 ↓	3,7 ↓	3,6 ↓	3,2 ↓	3,7 ↓	4,9 ↓	3,9 ↓
2011	3,4	3,7	3,3	3,3	2,8	3,3	4,1	3,4
2012	3,3	3,5	3,1	3,2	2,5	3,6	3,8	3,1
2013	3,1	3,3	3,0	3,0	2,2	3,1	3,5	3,0

Casamentos (milhares), Portugal, 2008-2013



Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes), Portugal e NUTS II, 2013



Para mais
informação
consulte:



>> Taxa bruta de
nupcialidade (‰)
por Local de registo

4.1.2 Casamentos por meses

Em 2013, 54,1% dos casamentos – 17 310 – realizou-se nos meses de verão (entre junho e setembro), sendo agosto o mês com maior frequência (5 613), seguido de setembro (4 287) e julho (4 011). Em média, foram registados 88 casamentos por dia ao longo de 2013, aumentando para 181 em agosto, 143 em setembro e 129 em julho.

A análise do índice mensal de nupcialidade² para 2013, permite verificar a sazonalidade da nupcialidade. Um índice de valor 100 corresponde a uma nupcialidade igual à média do ano e um índice superior ou inferior corresponde a uma nupcialidade superior ou inferior à média anual, respetivamente.

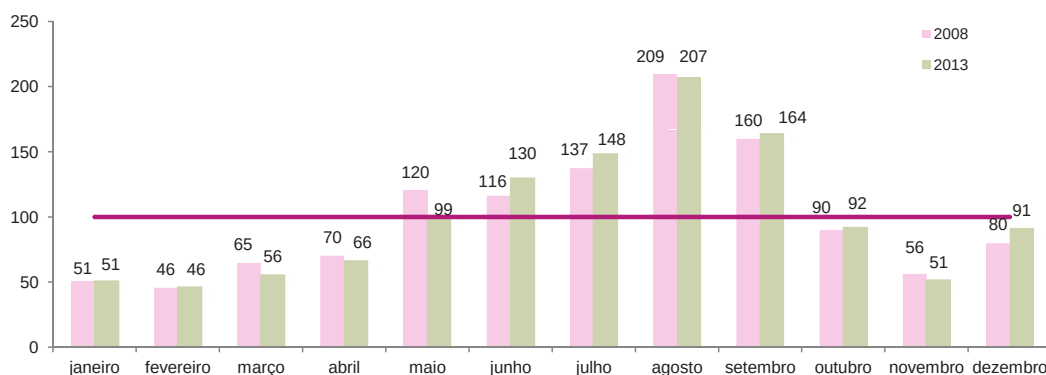
² O índice mensal de nupcialidade foi calculado pelo método dos números proporcionais e permite corrigir os valores dos casamentos mensais de forma a corresponderem a unidades de tempo de igual dimensão. Cada mês é representado por um valor, independentemente da respetiva duração, para que o seu desvio em relação a 100 indique o caráter particular desse mês em termos de nupcialidade.

Figura 4.1.2.1

Casamentos por mês, Portugal, 2008-2013 e índice mensal de nupcialidade, Portugal, 2008 e 2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casamentos por mês (N.º)						
Total	43 228	40 391	39 993	36 035	34 423	31 998
janeiro	1 853	1 694	1 580	1 427	1 437	1 374
fevereiro	1 557	1 537	1 338	1 268	1 254	1 119
março	2 360	1 960	2 005	1 639	1 698	1 503
abril	2 478	2 208	2 223	2 148	1 927	1 727
maio	4 396	3 896	3 859	3 208	3 035	2 685
junho	4 109	3 948	3 870	3 724	3 702	3 399
julho	5 015	5 024	5 650	5 173	4 247	4 011
agosto	7 635	6 869	6 275	5 689	5 269	5 613
setembro	5 653	5 205	5 390	4 889	5 009	4 287
outubro	3 278	3 507	3 633	2 841	2 694	2 480
novembro	1 985	1 757	1 498	1 574	1 395	1 343
dezembro	2 909	2 786	2 672	2 455	2 756	2 457

Índice mensal de nupcialidade, Portugal, 2008 e 2013



Para mais
informação
consulte:

Casamentos
celebrados (N.º) por
Local de registo e
Mês de registo

Os meses de maio a setembro são os meses de maior intensidade da nupcialidade face à média anual de casamentos, comparativamente com os restantes meses. Face a 2008, em 2013 verifica-se um aumento do índice nos meses de junho, julho, setembro, outubro e dezembro, tendo sido mais significativo no mês de junho. Nos restantes meses houve diminuição do índice face à média anual de casamentos, com particular destaque para o mês de maio.

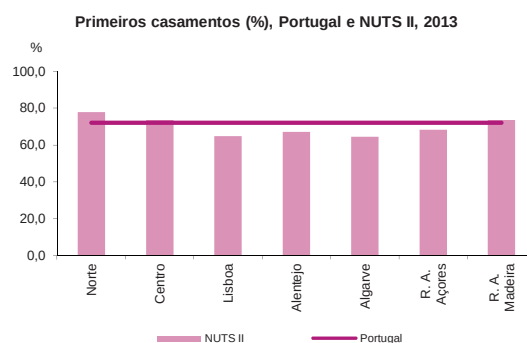
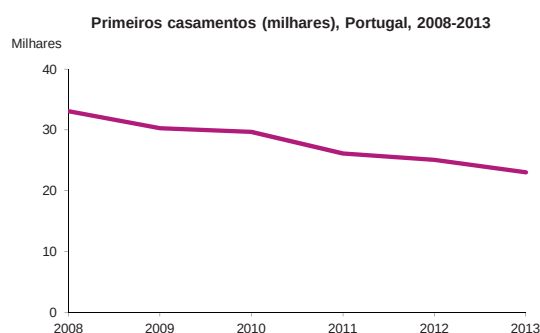
4.1.3 Casamentos por estado civil anterior

Do total de casamentos celebrados em 2013, 23 042 (72,0%) respeitam a primeiros casamentos para ambos os nubentes (mulheres solteiras e homens solteiros), proporção ligeiramente inferior à de 2012 (72,9%), parecendo confirmar-se a tendência de aumento da nupcialidade de segunda ordem ou superior dos últimos anos. Por regiões, Lisboa, Alentejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores apresentavam percentagens de primeiros casamentos inferiores à média nacional.

Figura 4.1.3.1

Primeiros casamentos, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Primeiros casamentos (N.º)								
2008	33 115	14 078	7 199	7 154	1 774	999	1 036	875
2009	30 288	12 443	6 651	6 770	1 744	1 011	913	756
2010	29 692 ↓	11 963 ↓	6 597 ↓	6 585 ↓	1 753 ↓	1 118 ↓	905 ↓	771 ↓
2011	26 124	10 683	5 736	5 972	1 445	906	721	661
2012	25 093	10 136	5 399	5 918	1 307	1 045	681	607
2013	23 042	9 491	4 977	5 399	1 109	900	583	583
Primeiros casamentos (%)								
2008	76,6	82,1	78,1	68,7	73,9	64,5	77,0	75,9
2009	75,0	80,6	76,1	67,4	72,3	66,4	75,6	73,3
2010	74,2 ↓	79,8 ↓	76,2 ↓	65,6 ↓	72,7 ↓	67,8 ↓	74,5 ↓	74,8 ↓
2011	72,5	78,4	74,2	64,9	69,2	61,9	70,5	73,4
2012	72,9	78,5	74,4	65,7	69,7	65,1	72,1	74,0
2013	72,0	77,8	73,5	64,9	67,1	64,5	68,2	73,5



Para mais
informação
consulte:



>> Proporção de primeiros casamentos (%) por Local de registo

>> Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo (NUTS - 2002), Estado civil anterior do cônjuge feminino, Estado civil anterior do cônjuge masculino, Grupo etário do cônjuge feminino e Grupo etário do cônjuge masculino

>> Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo, Sexo, Regime de bens e Estado civil anterior do cônjuge

>> Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo, Sexo, Parentesco ou afinidade entre cônjuges e Estado civil anterior do cônjuge

4.1.4 Casamentos por idades dos cônjuges

O adiar da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas para ambos os sexos, tendo-se registado, nos últimos seis anos, um aumento de 2,6 anos quer para os homens quer para as mulheres, na idade média ao casamento, e de 2,0 anos para homens e 2,1 anos para as mulheres, na idade média ao primeiro casamento.

Figura 4.1.4.1

Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média ao casamento - Mulheres (anos)								
2008	30,1	28,7	29,9	32,6	31,0	32,7	26,6	29,6
2009	30,8	29,3	30,6	33,2	31,9	32,7	27,4	30,0
2010	31,5 ↓	30,1 ↓	31,0 ↓	34,3 ↓	32,3 ↓	33,0 ↓	28,3 ↓	30,2 ↓
2011	31,9	30,4	31,6	34,4	32,8	34,3	28,5	30,8
2012	32,3	30,7	31,8	34,8	33,1	34,3	29,2	31,2
2013	32,7	31,1	32,3	35,1	34,3	34,8	30,3	31,5
Idade média ao casamento - Homens (anos)								
2008	32,6	31,1	32,3	35,2	33,8	35,6	29,9	32,5
2009	33,4	31,7	33,2	35,8	34,8	35,8	30,4	33,0
2010	34,1 ↓	32,4 ↓	33,5 ↓	37,2 ↓	35,0 ↓	36,2 ↓	31,3 ↓	33,2 ↓
2011	34,6	32,8	34,1	37,3	35,7	37,3	31,7	33,6
2012	34,7	33,0	34,3	37,4	35,6	37,7	32,2	33,7
2013	35,2	33,4	34,6	37,7	37,1	38,0	33,0	34,5

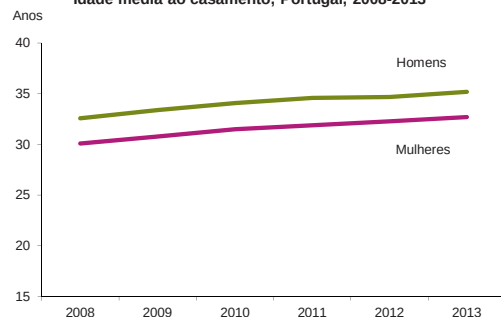
Para mais
informação
consulte:

>> Idade média ao
casamento (Anos)
por Sexo

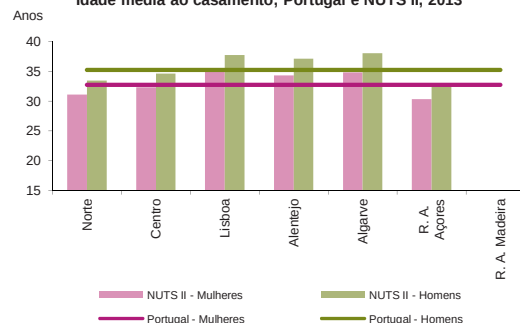
>> Idade média
da mulher ao
casamento (Ano)
por Local de registo
(NUTS III - 2002)

>> Idade média
do homem ao
casamento (Ano)
por Local de registo
(NUTS III - 2002)

Idade média ao casamento, Portugal, 2008-2013



Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2013



Em 2013, a idade média ao casamento foi de 35,2 anos para os homens e 32,7 anos para as mulheres. Em média, os homens nubentes que casaram naquele ano tinham mais 2,5 anos do que as mulheres. Esta diferença era mais acentuada no Algarve (3,2 anos) e na Região Autónoma da Madeira (3,0 anos).

Figura 4.1.4.2

Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média ao primeiro casamento - Mulheres (anos)								
2008	28,1	27,2	28,1	29,9	29,0	29,6	24,9	28,1
2009	28,6	27,7	28,5	30,3	29,7	29,8	25,4	28,1
2010	29,2 ↓	28,2 ↓	28,8 ↓	31,2 ↓	30,0 ↓	30,4 ↓	26,2 ↓	28,3 ↓
2011	29,5	28,5	29,1	31,5	30,2	31,0	26,1	28,9
2012	29,9	28,9	29,5	31,9	30,1	31,5	27,0	29,2
2013	30,2	29,2	29,9	32,1	31,4	31,3	27,3	29,6
Idade média ao primeiro casamento - Homens (anos)								
2008	29,7	28,9	29,7	31,2	30,9	31,9	27,5	29,6
2009	30,2	29,2	30,1	31,7	31,5	32,0	27,8	29,8
2010	30,8 ↓	29,7 ↓	30,4 ↓	33,0 ↓	31,8 ↓	32,1 ↓	28,5 ↓	30,1 ↓
2011	31,1	29,9	30,8	33,2	31,7	32,6	28,8	30,9
2012	31,4	30,3	31,1	33,3	31,8	33,5	29,3	30,7
2013	31,7	30,5	31,4	33,6	33,0	33,7	29,6	31,7

84

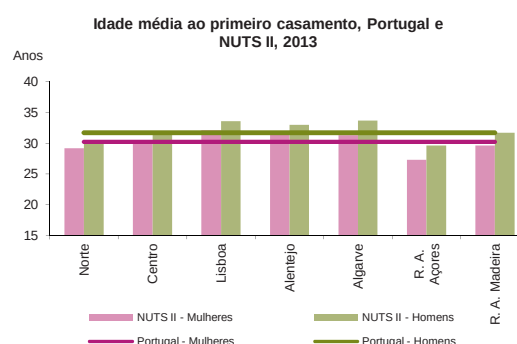
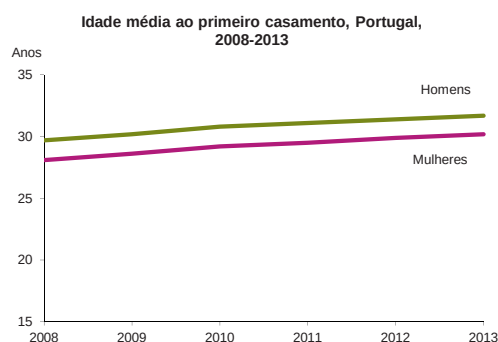
Para mais
informação
consulte:



>> Idade média ao primeiro casamento (Anos) por Sexo

>> Idade média da mulher ao primeiro casamento (Anos) por Local de registo (NUTS III - 2002)

>> Idade média do homem ao primeiro casamento (Anos) por Local de registo (NUTS III - 2002)



A idade média ao primeiro casamento tem vindo igualmente a aumentar para ambos os sexos, situando-se em 2013 em 31,7 anos para os homens e 30,2 anos para as mulheres. Nesta situação, em média, os homens nubentes tinham mais 1,5 anos do que as mulheres nubentes, sendo que no Algarve (2,4) e na Região Autónoma dos Açores (2,3) a diferença era mais significativa.

4.1.5 Casamentos segundo a residência anterior comum

Em cerca de metade dos casamentos realizados em 2013³ os nubentes já possuíam residência anterior comum. Esta situação tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, evoluindo de 35,4% em 2008 para 50,1% em 2013.

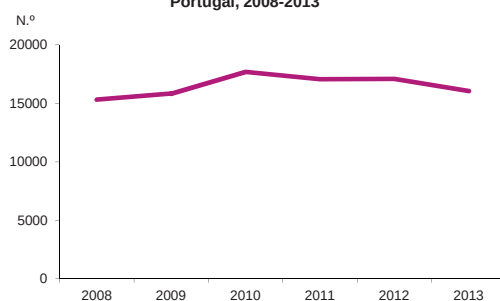
As diferenças regionais quanto a esta realidade são bem visíveis: em 2013, em cerca de 73% dos casamentos celebrados no Algarve os nubentes possuíam residência comum, seguindo-se-lhe Lisboa (62,3%), com valores bastante acima dos verificados para a média nacional. A proporção mais baixa observou-se no Norte (38,1%). No entanto, a tendência de aumento é comum a todas as regiões.

Figura 4.1.5.1

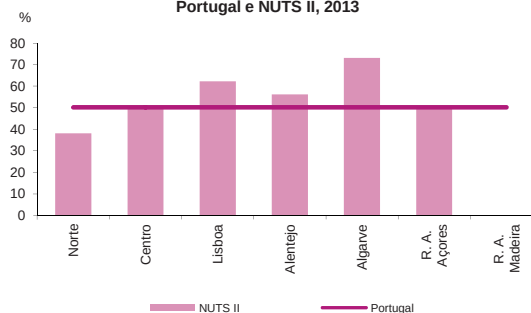
Casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Casamentos com residência anterior comum (N.º)								
2008	15 298	4 267	3 186	4 920	1 043	916	508	458
2009	15 816	4 288	3 591	5 019	1 063	920	474	461
2010	17 676 ↓	4 671 ↓	3 937 ↓	5 788 ↓	1 241 ↓	1 066 ↓	500 ↓	473 ↓
2011	17 073	4 731	3 703	5 589	1 109	991	497	453
2012	17 083	4 870	3 626	5 548	1 048	1 108	459	424
2013	16 038	4 646	3 414	5 183	928	1 020	433	414
Casamentos com residência anterior comum (%)								
2008	35,4	24,9	34,5	47,2	43,4	59,1	37,8	39,7
2009	39,2	27,8	41,1	50,0	44,1	60,4	39,3	44,7
2010	44,2 ↓	31,2 ↓	45,5 ↓	57,7 ↓	51,5 ↓	64,6 ↓	41,2 ↓	45,9 ↓
2011	47,4	34,7	47,9	60,8	53,1	67,7	48,6	50,3
2012	49,6	37,7	50,0	61,5	55,9	69,1	48,6	51,7
2013	50,1	38,1	50,4	62,3	56,1	73,1	50,6	52,2

Casamentos com residência anterior comum, Portugal, 2008-2013



Casamentos com residência anterior comum (%), Portugal e NUTS II, 2013



Para mais informação consulte:

Proporção de casamentos com residência anterior comum (%) por Local de registo

Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo, Sexo, Grupo etário do cônjuge e Local de residência anterior (Sim/ Não)

Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo, Sexo, Local de residência anterior (Sim/ Não) e Estado civil anterior do cônjuge

³ Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos celebrados de 2010, relativamente aos anos anteriores.

4.1.6 Casamentos por modalidade

Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido em Portugal o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013 realizaram-se em Portugal 305 casamentos de pessoas do mesmo sexo (324 em 2012) – 207 casamentos entre pessoas do sexo masculino e 98 casamentos entre pessoas do sexo feminino (216 e 108, respetivamente, em 2012).

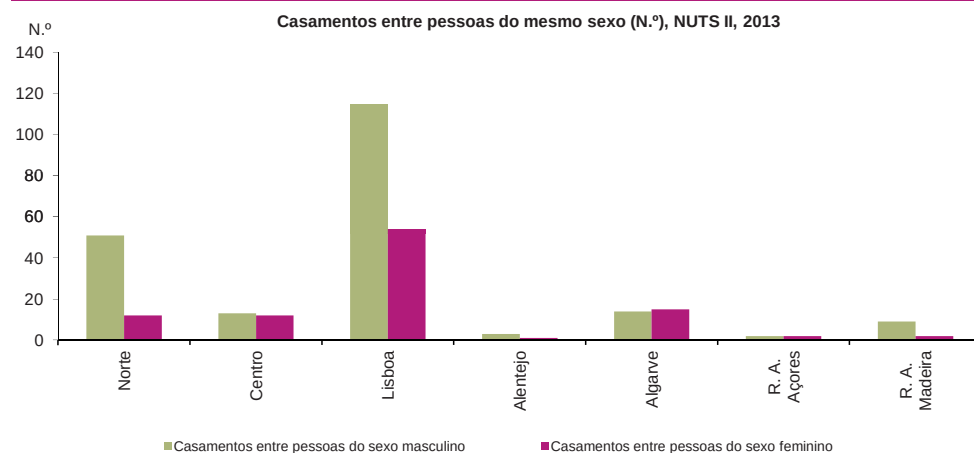
Desde 2010 celebraram-se 1 219 casamentos de pessoas do mesmo sexo em Portugal, sendo o número de casamentos entre pessoas do sexo masculino mais do dobro do que entre pessoas do sexo feminino (821 casamentos entre pessoas do sexo masculino, face a 398 casamentos entre pessoas do sexo feminino).

Por regiões, em 2013, Lisboa continuou a apresentar o valor mais elevado de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, para ambas as modalidades, seguida do Norte e do Algarve, ainda que com valores bastante inferiores, situação que se verifica desde 2010.

Figura 4.1.6.1

Casamentos segundo a modalidade, Portugal e NUTS II, 2010-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Casamentos entre pessoas de sexo oposto (N.º)								
2010	39 727	14 947	8 623	9 899	2 403	1 627	1 206	1 022
2011	35 711	13 567	7 700	9 018	2 084	1 436	1 016	890
2012	34 099	12 856	7 229	8 816	1 870	1 572	939	817
2013	31 693	12 139	6 749	8 156	1 649	1 367	851	782
Casamentos entre pessoas do sexo masculino (N.º)								
2010	177	31	24	94	5	13	3	7
2011	221	44	24	120	4	18	4	7
2012	216	36	21	124	3	26	4	2
2013	207	51	13	115	3	14	2	9
Casamentos entre pessoas do sexo feminino (N.º)								
2010	89	15	11	44	3	9	5	2
2011	103	17	8	62	0	10	3	3
2012	108	16	7	74	3	6	1	1
2013	98	12	12	54	1	15	2	2



Para mais
informação
consulte:



» Casamentos celebrados (N.º) por Local de registo e Modalidade do casamento

4.1.7 Casamentos por forma de celebração

Em Portugal, em 2013, 11 576 casamentos de pessoas de sexo oposto foram celebrados pelo rito católico, 19 920 realizados só na forma civil (casamentos civis) e 197 segundo outros ritos religiosos⁴. A tendência decrescente do número de casamentos nos últimos anos tem sido acompanhada quer pela acentuada redução do número de casamentos católicos, quer pela diminuição menos expressiva do número de casamentos só civis.

Figura 4.1.7.1

Casamentos entre pessoas de sexo oposto por forma de celebração (%), Portugal, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Casamentos católicos (N.º)								
2008	19 238	9 387	4 622	3 220	912	362	310	425
2009	17 451	8 435	4 169	2 856	939	384	267	401
2010	16 720	8 109	4 103	2 561	890	398	277	382
2011	14 121	7 002	3 455	2 003	780	305	233	343
2012	12 945	6 379	3 145	1 950	634	316	223	298
2013	11 576	5 818	2 805	1 698	523	262	190	280
Casamentos católicos (%)								
2008	44,5	54,8	50,1	30,9	38,0	23,4	23,0	36,9
2009	43,2	54,6	47,7	28,4	38,9	25,2	22,1	38,9
2010	42,1	54,3	47,6	25,9	37,0	24,5	23,0	37,4
2011	39,5	51,6	44,9	22,2	37,4	21,2	22,9	38,5
2012	38,0	49,6	43,5	22,1	33,9	20,1	23,7	36,5
2013	36,5	47,9	41,6	20,8	31,7	19,2	22,3	35,8
Casamentos civis (N.º)								
2008	23 923	7 746	4 599	7 144	1 489	1 185	1 032	728
2009	22 860	6 999	4 569	7 113	1 469	1 139	940	631
2010	22 989	6 835	4 519	7 328	1 511	1 227	929	640
2011	21 481	6 532	4 228	6 979	1 292	1 126	782	542
2012	20 964	6 403	4 064	6 802	1 224	1 248	710	513
2013	19 920	6 257	3 909	6 389	1 111	1 100	656	498
Casamentos civis (%)								
2008	55,3	45,2	49,9	68,6	62,0	76,5	76,7	63,1
2009	56,6	45,3	52,3	70,8	60,9	74,8	77,9	61,1
2010	57,9	45,7	52,4	74,0	62,9	75,4	77,0	62,6
2011	60,2	48,1	54,9	77,4	62,0	78,4	77,0	60,9
2012	61,5	49,8	56,2	77,2	65,5	79,4	75,6	62,8
2013	62,9	51,5	57,9	78,3	67,4	80,5	77,1	63,7

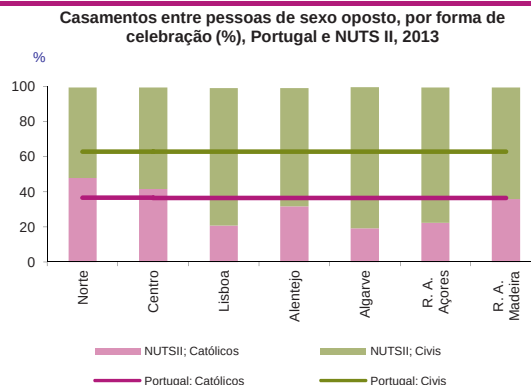
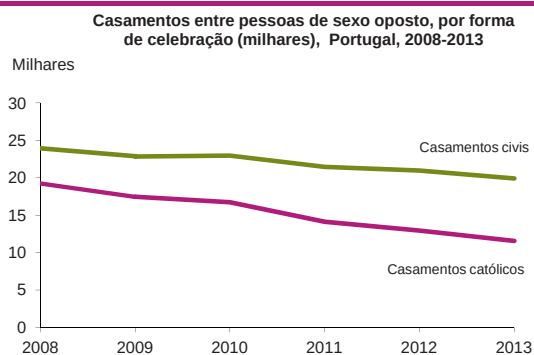
Para mais informação consulte:

>> Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo, Sexo, Estado civil anterior do cônjuge e Forma de celebração

>> Casamentos celebrados (Entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de registo, Sexo, Grupo etário do cônjuge e Forma de celebração

>> Proporção de casamentos civis (%) por Local de registo

>> Proporção de casamentos católicos (%) por Local de registo



⁴ Decreto-Lei n.º 324/2007 – O casamento celebrado sob forma religiosa perante um ministro de culto de uma igreja ou comunidade religiosa radicada em Portugal passou, a partir de 2007, a produzir efeitos civis, à semelhança do casamento católico.

Em termos relativos, 62,9% dos casamentos registados naquele ano foram celebrados apenas civilmente e 36,5% seguiram o rito católico. A proporção de casamentos apenas civis subiu ligeiramente face ao ano anterior e aumentou cerca de 8 pontos percentuais, face a 2008; inversamente, a proporção de casamentos celebrados pelo rito católico diminuiu face ao ano e tem vindo a reduzir-se desde 2010.

Em 2013, à exceção das regiões Norte e Centro, as restantes regiões apresentam percentagens de casamentos civis acima dos 62%, atingindo-se valores superiores a 75% no Algarve, na Região Autónoma dos Açores⁵ e em Lisboa.

4.1.8 Casamentos entre portugueses e estrangeiros

O número de casamentos entre pessoas de sexo oposto, portugueses e estrangeiros, diminuiu ligeiramente entre 2012 e 2013. Em 2013, a sua proporção no total de casamentos atingiu 11,6%, um valor 0,3 pontos percentuais abaixo do registado em 2012 (11,9%). Os casamentos de homens portugueses com mulheres estrangeiras representaram 8,0% do total de casamentos, valor idêntico ao do ano anterior.

No período de 2008 a 2013 a maior proporção de casamentos entre pessoas de sexo oposto, portugueses e estrangeiros, ocorreu em 2008 (13,0%) e a menor em 2010 (10,7%).

Figura 4.1.8.1

Casamentos entre pessoas do sexo oposto segundo a nacionalidade dos cônjuges, Portugal, 2008-2013

	Nacionalidade do cônjuge masculino	Nacionalidade do cônjuge feminino			%		
		Total	Estrangeira	Portuguesa	Total	Estrangeira	Portuguesa
2008	Total	43 228	4 656	38 572	100,0	10,8	89,2
	Estrangeira	2 987	1 020	1 967	6,9	2,4	4,6
	Portuguesa	40 241	3 636	36 605	93,1	8,4	84,7
2009	Total	40 391	4 118	36 273	100,0	10,2	89,8
	Estrangeira	2 376	930	1 446	5,9	2,3	3,6
	Portuguesa	38 015	3 188	34 827	94,1	7,9	86,2
2010	Total	39 727	3 832	35 895	100,0	9,6	90,4
	Estrangeira	2 136	858	1 278	5,4	2,2	3,2
	Portuguesa	37 591	2 974	34 617	94,6	7,5	87,1
2011	Total	35 711	3 519	32 192	100,0	9,9	90,1
	Estrangeira	2 019	755	1 264	5,7	2,1	3,5
	Portuguesa	33 692	2 764	30 928	94,3	7,7	86,6
2012	Total	34 099	3 469	30 630	100,0	10,2	89,8
	Estrangeira	2 105	751	1 354	6,2	2,2	4,0
	Portuguesa	31 994	2 718	29 276	93,8	8,0	85,9
2013	Total	31 693	3 240	28 453	100,0	10,2	89,8
	Estrangeira	1 881	716	1 165	5,9	2,3	3,7
	Portuguesa	29 812	2 524	27 288	94,1	8,0	86,1

⁵ A elevada proporção anual de casamentos só celebrados pela forma civil na Região Autónoma dos Açores não significa necessariamente a menor realização anual de casamentos católicos. Esta situação parece resultar da existência de um desfasamento de tempo entre a realização do casamento civil e a cerimónia religiosa, realidade designada por alguns sociólogos como "duplo casamento", e que na R. A. Açores parece ser frequente, atingindo um ou dois anos [Lalanda, Piedade (2002), "Casar pelo civil ou na igreja" in Sociologia Problemas e Práticas, nº 39, pp. 69-83]. Este hiato temporal, indo muito além da validade dos três meses previstos por Lei, não dá origem a qualquer averbamento sobre a realização de casamento religioso/católico no assento do casamento civil, pelo que essa informação não é comunicada para fins estatísticos.

Quanto aos motivos da acentuada diferença de tempo entre as duas formas de celebração, alguns estudos de âmbito sociológico permitem perceber que são sobretudo motivos económicos, de acesso facilitado aos benefícios das políticas sociais, nomeadamente para a compra de casa, que podem explicar a estratégia de opção, primeiro por um casamento pelo civil, e mais tarde, por uma cerimónia na igreja [Lalanda (2002) e Torres, Anália Cardoso (2001), Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE].



4.2 Casamentos dissolvidos por morte⁶

Em Portugal, em 2013, ocorreram 45 568 dissoluções de casamento por morte do cônjuge. Destas dissoluções resultaram 12 967 viúvos e 32 601 viúvas.

A dissolução do casamento por morte do cônjuge afeta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina, justificando a disparidade das taxas brutas de viuvez por sexo: 2,6 por mil homens e 5,9 por mil mulheres.

4.2.1 Evolução recente do número de casamentos dissolvidos por morte e taxas de viuvez

Em Portugal, em 2013, ocorreram 45 568 dissoluções de casamento por morte do cônjuge. A viuvez afeta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina. A taxa bruta de viuvez das mulheres, naquele ano, foi mais do dobro da dos homens (2,6 por mil homens e 5,9 por mil mulheres).

No período de 2008 a 2013, as regiões do Norte, Lisboa e a Região Autónoma da Madeira são aquelas que registaram as menores taxas de viuvez e a região do Alentejo a que registou a taxa mais elevada.

Em 2013, por regiões, no Alentejo regista-se a taxa de viuvez mais elevada (5,6 por mil habitantes), seguida do Centro (5,2‰), com taxas superiores à nacional. Estas são igualmente as regiões que apresentaram as maiores proporções de idosos.

⁶ Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos por morte entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, em 2010, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos dissolvidos por morte de 2011, relativamente aos anos anteriores.

Figura 4.2.1.1

Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez, Portugal e NUTS II, 2008-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Casamentos dissolvidos por morte (N.º)								
2008	46 749	14 558	12 285	11 160	4 655	2 030	981	1 080
2009	46 634	14 587	12 190	11 154	4 562	1 998	1 039	1 104
2010	46 988	14 736	12 216	11 376	4 565	1 902	1 035	1 158
2011	45 592 ↓	14 644 ↓	11 676 ↓	10 946 ↓	4 298 ↓	1 986 ↓	1 035 ↓	1 007
2012	46 217	14 833	11 967	11 113	4 281	2 028	933	1 062 ↓
2013	45 568	14 533	11 895	11 036	4 208	1 912	1 004	980
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Total								
2008	4,4	3,9	5,2	4,0	6,1	4,6	4,0	4,1
2009	4,4	3,9	5,2	4,0	6,0	4,5	4,2	4,2
2010	4,4	4,0	5,2	4,0	6,0	4,2	4,2	4,3
2011	4,3 ↓	4,0 ↓	5,0 ↓	3,9 ↓	5,7 ↓	4,4 ↓	4,2 ↓	3,8 ↓
2012	4,4	4,0	5,2	3,9	5,7	4,6	3,8	4,0
2013	4,4	4,0	5,2	3,9	5,6	4,3	4,1	3,7
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Homens								
2008	2,7	2,4	3,3	2,4	3,7	2,5	2,3	2,4
2009	2,7	2,5	3,2	2,4	3,7	2,7	2,3	2,3
2010	2,7	2,4	3,2	2,5	3,8	2,3	2,1	2,5
2011	2,7 ↓	2,5 ↓	3,1 ↓	2,4 ↓	3,5 ↓	2,6 ↓	2,3 ↓	2,2 ↓
2012	2,7	2,5	3,3	2,4	3,5	2,6	1,8	2,4
2013	2,6	2,4	3,2	2,3	3,3	2,6	2,2	2,1
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Mulheres								
2008	6,0	5,3	7,1	5,5	8,3	6,7	5,7	5,6
2009	6,0	5,3	7,0	5,4	8,1	6,2	6,1	5,8
2010	6,0	5,4	7,1	5,4	8,1	6,1	6,2	5,9
2011	5,8 ↓	5,3 ↓	6,7 ↓	5,2 ↓	7,7 ↓	6,2 ↓	6,1 ↓	5,1 ↓
2012	5,9	5,4	6,9	5,3	7,8	6,4	5,7	5,5
2013	5,9	5,4	7,0	5,3	7,8	5,9	5,9	5,2

Para mais
informação
consulte:

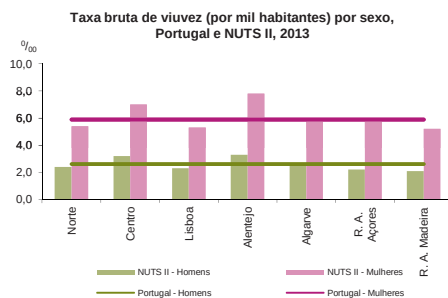
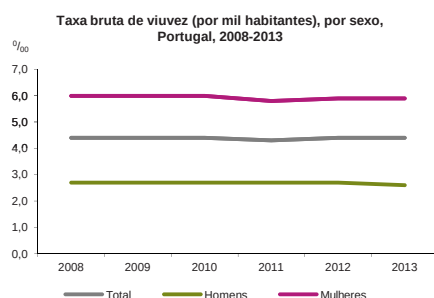


>> Taxa bruta de viuvez (‰) por Local de residência (NUTS - 2002) e Sexo

>> Casamentos dissolvidos por morte (N.º) por Local de residência do cônjuge falecido (Município - NUTS 2002) e Modalidade do casamento

>> Cônjuges sobreviventes (N.º) por Local de residência do cônjuge falecido (NUTS III - 2002), Sexo e Modalidade do casamento

>> Casamentos dissolvidos por morte (entre pessoas de sexo oposto - N.º) por Local de residência do cônjuge falecido (Município - NUTS 2002), Grupo etário do cônjuge sobrevivente e Grupo etário do cônjuge falecido



4.2.2 Casamentos dissolvidos por morte por modalidade do casamento

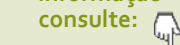
Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido em Portugal o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, terceiro ano de ocorrências, verificaram-se em Portugal 4 casamentos dissolvidos por morte entre pessoas do mesmo sexo.

Figura 4.2.2.1

Casamentos dissolvidos por morte segundo a modalidade do casamento, Portugal, 2011-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Casamentos dissolvidos por morte entre pessoas de sexo oposto (N.º)								
2011	45 590	14 644	11 676	10 945	4 298	1 985	1 035	1 007
2012	46 211	14 833	11 966	11 110	4 280	2 028	933	1 061
2013	45 564	14 532	11 895	11 033	4 208	1 912	1 004	980
Casamentos dissolvidos por morte entre pessoas do sexo masculino (N.º)								
2011	1	0	0	1	0	0	0	0
2012	5	0	1	2	1	0	0	1
2013	3	1	0	2	0	0	0	0
Casamentos dissolvidos por morte entre pessoas do sexo feminino (N.º)								
2011	1	0	0	0	0	1	0	0
2012	1	0	0	1	0	0	0	0
2013	1	0	0	1	0	0	0	0

Para mais
informação
consulte:



Casamentos dissolvidos por morte (N.º) por Local de residência do cônjuge falecido (Município - NUTS 2002) e Modalidade do casamento

4.3 Casamentos dissolvidos por divórcio⁷

Em Portugal, em 2013, foram decretados 22 784 divórcios, menos 2 938 do que em 2012: 22 525 divórcios diziam respeito a casais residentes em território nacional (25 380 em 2012) e 259 a residentes no estrangeiro.

Em 2013, 69,0% dos processos de divórcio deram entrada nas conservatórias do registo civil, resultando o termo do processo num divórcio “por mútuo consentimento”. Os restantes 31,0% de processos seguiram a via judicial, tendo dado entrada em tribunais de 1ª instância: cerca de 90% resultaram em divórcios decretados “sem consentimento de um dos cônjuges”, 8,5% em divórcios “por mútuo consentimento” e os restantes 1,2% em divórcios “litigiosos” e em “conversão de separações para divórcios”.

⁷ Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos por divórcio entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, em 2010, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos dissolvidos por divórcio de 2011, relativamente aos anos anteriores.

4.3.1 Evolução recente do número de casamentos dissolvidos por divórcio e taxas de divorcialidade

Em Portugal, em 2013, foram decretados 22 784 divórcios, menos 2 938 do que em 2012: 22 525 divórcios diziam respeito a casais residentes em território nacional (25 380 em 2012) e 259 a residentes no estrangeiro.

O aumento do número de divórcios que se vinha a verificar desde 2006, é quebrado a partir de 2011, passando a uma tendência de diminuição. A maior quebra verifica-se em 2013, face ao ano anterior, com uma diminuição de cerca de 2 855 divórcios decretados, observando apenas os casais residentes em território nacional. Por regiões, Lisboa apresenta a maior quebra face a 2012 (-972) e a Região Autónoma da Madeira foi a única que apresentou um ligeiro aumento no número de divórcios decretados (+7).

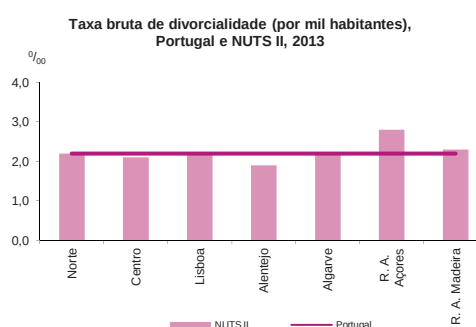
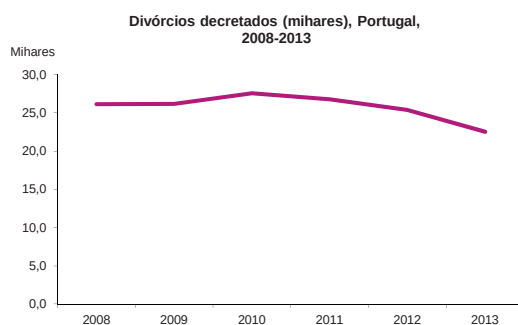
Os valores da taxa bruta de divorcialidade acompanham a tendência de evolução do número de divórcios decretados. Desde 2011 que a taxa bruta de divorcialidade apresenta um valor inferior a 2,5‰, atingindo em 2013 os 2,2 divórcios por mil habitantes, valor inferior ao do ano anterior (2,4‰).

No período de 2008 a 2013, a região do Alentejo foi a que registou a menor taxa de divorcialidade, e, do lado oposto, a Região Autónoma dos Açores a que registou a taxa mais elevada. Em 2013, as regiões do Alentejo (1,9‰) e do Centro (2,1‰) registaram as menores taxas de divorcialidade, inferiores à média nacional (2,2‰), face aos valores mais elevados das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (2,8‰ e 2,3‰, respetivamente), acima da média nacional. As restantes regiões registaram valores semelhantes ao da média nacional.

Figura 4.3.1.1

Divórcios decretados e taxas brutas de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2008–2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Divórcios decretados (N.º)								
2008	26 110	8 573	5 308	7 896	1 679	1 131	771	752
2009	26 176	8 832	5 398	7 633	1 773	1 135	787	618
2010	27 556	9 388	5 708	8 034	1 824	1 225	743	634
2011	26 751 ↓	9 259 ↓	5 619 ↓	7 468 ↓	1 850 ↓	1 089 ↓	768 ↓	698 ↓
2012	25 380	8 695	5 434	7 165	1 651	1 098	728	609
2013	22 525	7 929	4 706	6 193	1 439	957	685	616
Taxa bruta de divorcialidade (por mil habitantes)								
2008	2,5	2,3	2,3	2,8	2,2	2,6	3,1	2,8
2009	2,5	2,4	2,3	2,7	2,3	2,6	3,2	2,3
2010	2,6	2,5	2,4	2,9	2,4	2,7	3,0	2,4
2011	2,5 ↓	2,5 ↓	2,4 ↓	2,6 ↓	2,4 ↓	2,4 ↓	3,1 ↓	2,6 ↓
2012	2,4	2,4	2,4	2,5	2,2	2,5	2,9	2,3
2013	2,2	2,2	2,1	2,2	1,9	2,2	2,8	2,3



Para mais informação consulte:

>> Taxa bruta de divórcio (‰) por Local de residência

4.3.2 Modalidades e fundamentos do divórcio

A proporção de divórcios por “mútuo consentimento” tem vindo a diminuir nos últimos anos, tendo inversamente aumentado a proporção de divórcios “sem consentimento de um dos cônjuges”⁸.

Em 2013, 69,0% dos processos de divórcio deram entrada nas conservatórias do registo civil, resultando o termo do processo num divórcio “por mútuo consentimento”. Os restantes 31,0% de processos seguiram a via judicial, tendo dado entrada em tribunais de 1ª instância. Destes, cerca de 90% resultaram em divórcios decretados “sem consentimento de um dos cônjuges”, 8,5% em divórcios “por mútuo consentimento” e os restantes 1,2% em divórcios “litigiosos” e em “conversão de separações para divórcios”.

93

Figura 4.3.2.1

Divórcios decretados segundo a modalidade, Portugal, 2009-2013

	2009	2010	2011 [⊥]	2012	2013
Divórcios decretados (N.º)					
Total	26 176	27 555 ¹	26 751	25 380 ²	22 525 ³
Conservatórias do Registo Civil	18 077	18 763	18 178	17 323	15 543
Tribunais	8 099	8 792	8 573	8 057	6 982
Divórcios decretados por mútuo consentimento (N.º)					
Total	20 955	20 489	19 565	18 270	16 133
Conservatórias do Registo Civil	18 077	18 763	18 178	17 323	15 543
Tribunais	2 878	1 726	1 387	947	590
Divórcios decretados litigiosos (N.º)					
Total	1 762	885	336	99	73
Conservatórias do Registo Civil	//	//	//	//	//
Tribunais	1 762	885	336	99	73
Divórcios decretados, conversão de separações para divórcios (N.º)					
Total	13	16	11	6	14
Conservatórias do Registo Civil	//	//	//	//	//
Tribunais	13	16	11	6	14
Divórcios decretados sem consentimento de um dos cônjuges (N.º)					
Total	3 446	6 165	6 839	7 002	6 303
Conservatórias do Registo Civil	//	//	//	//	//
Tribunais	3 446	6 165	6 839	7 002	6 303

¹ A diferença deve-se a 1 processo de divórcio com termo desconhecido.

² A diferença deve-se a 3 processos de divórcio com termo desconhecido.

³ A diferença deve-se a 2 processos de divórcio com termo desconhecido.

⁸ Lei n.º 61/2008 de 31 de outubro.

4.3.3 Modalidade do casamento dissolvido

Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido em Portugal o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, terceiro ano de ocorrências, foram decretados em Portugal 25 divórcios de casamentos entre pessoas do mesmo sexo (18 em 2012).

Figura 4.3.3.1

Divórcios decretados segundo a modalidade do casamento, Portugal, 2011-2013

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Divórcios decretados entre pessoas de sexo oposto (N.º)								
2011	26 746	9 257	5 619	7 465	1 850	1 089	768	698
2012	25 362	8 690	5 434	7 156	1 651	1 096	727	608
2013	22 500	7 926	4 705	6 179	1 438	954	683	615
Divórcios decretados entre pessoas do sexo masculino (N.º)								
2011	4	1	0	3	0	0	0	0
2012	12	4	0	6	0	0	1	1
2013	17	2	0	10	1	2	2	0
Divórcios decretados entre pessoas do sexo feminino (N.º)								
2011	1	1	0	0	0	0	0	0
2012	6	1	0	3	0	2	0	0
2013	8	1	1	4	0	1	0	1

94

Para mais
informação
consulte:



⇒ Casamentos dissolvidos por divórcio (N.º) por Local de última residência da família e Modalidade do casamento

4.3.4 Idade ao divórcio

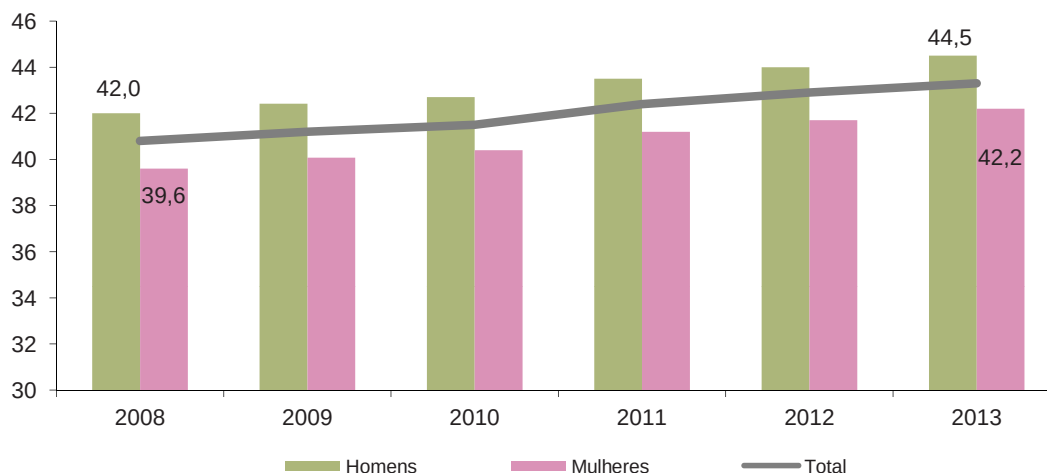
Em 2013, cerca de 38% dos homens e 39% das mulheres que se divorciaram tinham entre 35 a 44 anos. A idade média ao divórcio ultrapassava 43 anos (43,3 anos) para ambos os sexos, superior à verificada no ano anterior, que se fixou em 42,9 anos.

A análise do indicador por sexo desde 2008, revela que a idade média dos homens ao divórcio foi sempre mais elevada do que a idade média das mulheres, situando-se em 2013 em 44,5 anos para os homens e 42,2 anos para as mulheres.

Figura 4.3.4.1

Idade média ao divórcio, por sexo, Portugal, 2008-2013

Anos



Para mais
informação
consulte:

>> Idade média da
mulher ao divórcio
(Anos) por Local de
residência (NUTS -
2002)

>> Idade média do
homem ao divórcio
(Anos) por Local de
residência (NUTS -
2002)

95

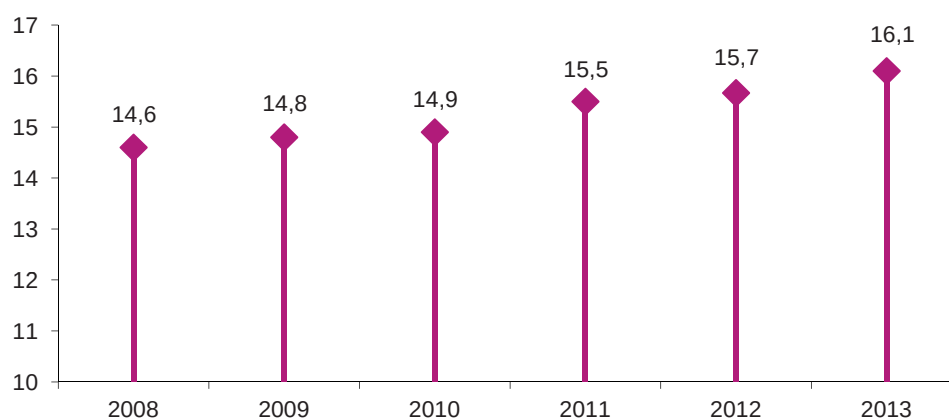
4.3.5 Divórcios por duração do casamento

Em 2013, a duração média do casamento à data do divórcio era de 16,1 anos, valor superior ao do ano anterior (15,7 anos) e expressando uma tendência de ligeiro aumento verificada nos últimos anos.

Figura 4.3.5.1

Duração média do casamento à data do divórcio, Portugal, 2008-2013

Anos



Para mais
informação
consulte:

>> Casamentos
dissolvidos por
divórcio (entre
pessoas de sexo
oposto - N.º) por
Local de última
residência da
família, Duração do
casamento anterior e
Forma de celebração
do casamento a ser
dissolvido

>> Casamentos
dissolvidos por
divórcio (entre
pessoas de sexo
oposto - N.º) por
Local de última
residência da
família, Grupo etário
do cônjuge feminino
e Duração do
casamento anterior

>> Casamentos dissolvidos
por divórcio (entre pessoas
de sexo oposto - N.º) por
Local de última residência
da família, Grupo etário
do cônjuge masculino e
Duração do casamento
anterior

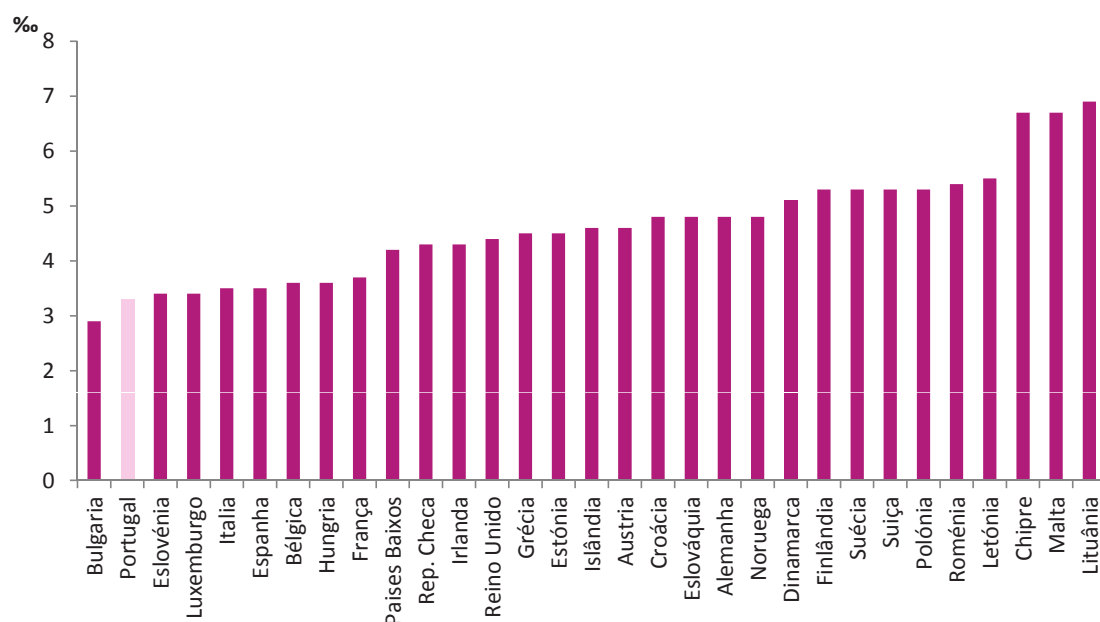
>> Casamentos dissolvidos
por divórcio (entre pessoas
de sexo oposto - N.º) por
Local de última residência
da família, Sexo, Duração do
casamento anterior e Escalão
de número de casamentos
anteriores

4.4 Portugal no contexto da União Europeia

Em 2012, ano mais recente para o qual existem dados comparativos divulgados pelo Eurostat, a taxa bruta de nupcialidade de Portugal é das mais baixas da UE28, ocupando o 2º lugar, a seguir à Bulgária. A Lituânia, Malta e o Chipre registaram as taxas brutas de nupcialidade mais elevadas da UE28, com valores acima de 6,5 casamentos por mil habitantes.

Figura 4.4.1

Taxa bruta de nupcialidade, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012⁹



Fonte: Eurostat

Para mais
informação
consulte:



Indicadores de
casamentos

⁹ O valor da UE28 não se encontra disponível para os anos mais recentes. Os valores da Irlanda e Islândia reportam a 2011.

No que se refere à taxa bruta de divorcialidade, Portugal ocupa a 7ª posição, *exaequo* com a Finlândia, Chipre e a Estónia, no ranking dos países da UE28. As taxas mais elevadas de divorcialidade registaram-se na Letónia e na Lituânia, com valores de 3,6 e 3,5, respetivamente, divórcios por mil habitantes, e, por outro lado, as taxas mais baixas registaram-se na Irlanda e Itália, com valores abaixo de 1 divórcio por mil habitantes.

Figura 4.4.2

Taxa bruta de divorcialidade, Países da UE28, Noruega, Suíça e Islândia, 2012¹⁰



Fonte: Eurostat

Para mais
informação
consulte:

>> Indicadores de
divórcios

¹⁰ O valor da UE28 não se encontra disponível para os anos mais recentes. Os valores da Islândia, Itália, França e Reino Unido reportam a 2011, e os valores do Luxemburgo e da Grécia referem-se ao ano de 2010.

Fluxos migratórios internacionais

Capítulo 5

Fluxos migratórios internacionais

101

Em contextos em que não existem registos exaustivos e atualizados da população residente, como é o caso de Portugal, a observação e análise dos fluxos migratórios internacionais exige o recurso a uma multiplicidade de fontes e a ajustamento dos dados de forma a assegurar a comparabilidade de conceitos e de resultados.

Assim, e recorrendo a informação produzida no âmbito do Sistema Estatístico Nacional – Inquérito ao Emprego e Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída –, bem como a informação administrativa produzida por entidades externas, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), o INE produz anualmente, desde 2008 (ano de referência), estimativas de fluxos internacionais de emigração e imigração harmonizados ao abrigo do Regulamento Comunitário nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho de 2007, relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e proteção internacional.

Face à crescente relevância económica e social do fenómeno emigratório e da mobilidade geográfica internacional nos anos mais recentes, torna-se pertinente alargar a análise deste fenómeno à emigração temporária. Assim, o INE passou a divulgar um conjunto de indicadores sobre emigrantes temporários, a par do que já vinha a disponibilizar relativamente a emigrantes permanentes, para os anos de 2011 e seguintes. Refira-se que é considerado “Emigrante temporário” a “pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de permanecer noutro país por um período inferior a um ano”.

Sublinhe-se que no cálculo dos saldos migratórios anuais apenas são contabilizados os emigrantes e os imigrantes permanentes, considerando-se como “Emigrante permanente” a “pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano”; e como “Imigrante permanente” a “pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano”.

Adicionalmente, e apesar de não constituírem de forma direta estatísticas anuais de imigração (por não corresponderem ao conceito estatístico adotado de imigração), este

capítulo, inclui ainda dados relativos a títulos de residência e prorrogação de vistos, informação disponibilizada pelo SEF, assim como informação relativa a concessões de vistos de estada temporária e de residência, disponibilizados pelo MNE/ DGACCP. Esta informação pretende retratar a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, decorrentes do quadro legal em vigor. São ainda disponibilizados dados estatísticos sobre aquisição da nacionalidade portuguesa.

5.1 Fluxos imigratórios internacionais

102

Estima-se que durante o ano de 2013 tenham entrado em Portugal, para aqui residir por um período igual ou superior a 1 ano (imigrantes permanentes), 17 554 pessoas (14 606, em 2012), das quais 12 156 eram de nacionalidade portuguesa (cerca de 69%) e 5 398 de nacionalidade estrangeira. Destas, 1 661 eram nacionais de outro dos 28 Estados Membros da União Europeia¹ (UE28) e 3 737 de um país terceiro.

Figura 5.1.1

Imigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2008-2013

Ano	Sexo	País de nacionalidade			
		Total	Portugal	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2008	HM	29 718	9 586	3 908	UE27 16 224
	H	12 384	6 117	1 481	UE27 4 786
	M	17 334	3 469	2 427	UE27 11 438
2009	HM	32 307	17 883	4 121	UE27 10 303
	H	13 462	6 525	2 255	UE27 4 682
	M	18 845	11 358	1 866	UE27 5 621
2010	HM	27 575	19 222	2 445	UE27 5 908
	H	11 491	7 431	1 404	UE27 2 656
	M	16 084	11 791	1 041	UE27 3 252
2011	HM	19 667	11 872	2 315	UE27 5 480
	H	11 081	7 325	1 293	UE27 2 463
	M	8 586	4 547	1 022	UE27 3 017
2012	HM	14 606	9 334	1 341	UE27 3 931
	H	8 100	5 603	745	UE27 1 752
	M	6 506	3 731	596	UE27 2 179
2013	HM	17 554	12 156	1 661	UE28 3 737
	H	9 905	7 199	930	UE28 1 776
	M	7 649	4 957	731	UE28 1 961

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

Quanto ao país de nascimento, dos 17 554 imigrantes que se estima terem entrado em Portugal em 2013, 9 744 nasceram em Portugal, 2 524 num outro país da UE28 e 5 286 num país terceiro.

¹ Com a adesão formal da Croácia à União Europeia em 01 de Julho de 2013.

Figura 5.1.2

Imigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de naturalidade, Portugal, 2008-2013

Ano	Sexo	País de nascimento			
		Total	Portugal	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2008	HM	29 718	8 800	3 863	UE27 17 055
	H	12 384	5 671	1 488	UE27 5 225
	M	17 334	3 129	2 375	UE27 11 830
2009	HM	32 307	14 217	5 018	UE27 13 072
	H	13 462	4 965	2 755	UE27 5 742
	M	18 845	9 252	2 263	UE27 7 330
2010	HM	27 575	16 079	3 436	UE27 8 060
	H	11 491	6 679	1 589	UE27 3 223
	M	16 084	9 400	1 847	UE27 4 837
2011	HM	19 667	11 860	2 469	UE27 5 338
	H	11 081	6 525	1 405	UE27 3 151
	M	8 586	5 335	1 064	UE27 2 187
2012	HM	14 606	9 326	1 125	UE27 4 155
	H	8 100	5 692	605	UE27 1 803
	M	6 506	3 634	520	UE27 2 352
2013	HM	17 554	9 744	2 524	UE28 5 286
	H	9 905	5 696	1 472	UE28 2 737
	M	7 649	4 048	1 052	UE28 2 549

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

No que reporta ao país de residência anterior, estima-se que 9 975 imigrantes tenham origem num outro país da UE28 e 7 579 de países terceiros.

Figura 5.1.3

Imigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países da última residência, Portugal, 2008-2013

Ano	Sexo	País de última residência		
		Total	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2008	HM	29 718	13 991	UE27 15 727
	H	12 384	7 017	UE27 5 367
	M	17 334	6 974	UE27 10 360
2009	HM	32 307	18 550	UE27 13 757
	H	13 462	7 159	UE27 6 303
	M	18 845	11 391	UE27 7 454
2010	HM	27 575	17 732	UE27 9 843
	H	11 491	7 023	UE27 4 468
	M	16 084	10 709	UE27 5 375
2011	HM	19 667	5 253	UE27 14 414
	H	11 081	2 787	UE27 8 294
	M	8 586	2 466	UE27 6 120
2012	HM	14 606	8 741	UE27 5 865
	H	8 100	5 109	UE27 2 991
	M	6 506	3 632	UE27 2 874
2013	HM	17 554	9 975	UE28 7 579
	H	9 905	5 656	UE28 4 249
	M	7 649	4 319	UE28 3 330

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

5.2 Fluxos emigratórios internacionais

Estima-se que em 2013 tenham saído de Portugal, para residir no estrangeiro por um período igual ou superior a 1 ano (emigrantes permanentes), um total de 53 786 pessoas (51 958 em 2012), sendo que 50 835 (cerca de 95%) teriam nacionalidade portuguesa.

Figura 5.2.1

Emigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2008-2013

Ano	Sexo	País de nacionalidade			
		Total	Portugal	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2008	HM	20 357	18 372	0	1 985
	H	16 286	x	x	x
	M	4 071	x	x	x
2009	HM	16 899	14 138	254	2 507
	H	13 519	x	x	x
	M	3 380	x	x	x
2010	HM	23 760	21 796	350	1 614
	H	19 008	x	x	x
	M	4 752	x	x	x
2011	HM	43 998	41 443	87	2 468
	H	31 329	x	x	x
	M	12 669	x	x	x
2012	HM	51 958	49 458	284	2 216
	H	34 540	x	x	x
	M	17 418	x	x	x
2013	HM	53 786	50 835	972	1 979
	H	35 632	x	x	x
	M	18 154	x	x	x

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

Figura 5.2.2

Emigrantes permanentes (Nº), por sexo e grupos de países de destino, Portugal, 2008-2013

Ano	Sexo	País de destino		
		Total	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2008	HM	20 357	15 581	4776
	H	16 286	x	x
	M	4 071	x	x
2009	HM	16 899	10 891	6008
	H	13 519	x	x
	M	3 380	x	x
2010	HM	23 760	14 838	8922
	H	19 008	x	x
	M	4 752	x	x
2011	HM	43 998	28 489	15509
	H	31 329	x	x
	M	12 669	x	x
2012	HM	51 958	34 418	17510
	H	34 540	x	x
	M	17 418	x	x
2013	HM	53 786	34 223	17 941
	H	35 632	x	x
	M	18 154	x	x

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

O valor total pode não corresponder à soma das parcelas, devido à existência de registos com país não identificado.

Quanto ao país de destino, das 53 786 pessoas que se estima terem saído de Portugal, 34 223 teriam como destino outro país da UE28 (cerca de 64%) e 17 941 um país terceiro (cerca de 33%).

Por convenção, os fluxos emigratórios retidos para o cálculo das estimativas anuais de população residente apenas se reportam aos emigrantes permanentes, uma vez que deixam de ser considerados residentes. Por outro lado, as pessoas que saem do país por um período superior a 3 meses mas inferior a 1 ano (emigrantes temporários), não deixam de ser consideradas residentes, não afetando as referidas estimativas de população residente. Porém, face à importância do fenómeno da emigração temporária, o INE passou a disponibilizar, informação relativa a emigrantes temporários para os anos de 2011 e seguintes.

Estima-se que em 2013 tenham saído de Portugal, por um período superior a 3 meses mas inferior a 1 ano (emigrantes temporários) um total de 74 322 pessoas (69 460 em 2012), sendo que (cerca de 97%) teriam nacionalidade portuguesa.

Figura 5.2.3

Emigrantes temporários (Nº), por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2011-2013

Ano	Sexo	País de nacionalidade			
		Total	Portugal	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2011	HM	56 980	53 033	1 010	2 937
	H	39 958	x	x	x
	M	17 022	x	x	x
2012	HM	69 460	67 468	595	1 397
	H	53 453	x	x	x
	M	16 007	x	x	x
2013	HM	74 322	72 430	458	1 434
	H	55 779	x	x	x
	M	18 543	x	x	x

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

Relativamente ao país de destino destes emigrantes temporários, 43 858 teriam como destino outro país da UE28 (cerca de 59%) e 30 212 um país terceiro.

Figura 5.2.4

Emigrantes temporários (Nº), por sexo e grupos de países de destino, Portugal, 2011-2013

Ano	Sexo	País de destino		
		Total	União Europeia (s/ PT)	Extra União Europeia
2011	HM	56 980	32 307	24 673
	H	39 958	x	x
	M	17 022	x	x
2012	HM	69 460	41 779	27 262
	H	53 453	x	x
	M	16 007	x	x
2013	HM	74 322	43 858	30 212
	H	55 779	x	x
	M	18 543	x	x

A partir de 2013, a União Europeia passou a integrar a Croácia (UE28).

O valor total pode não corresponder à soma das parcelas, devido à existência de registos com país não identificado.

5.3 Títulos de Residência e Vistos

5.3.1 Concessões de títulos de residência²

Desde 2008 que o número de concessões de títulos de residência tem vindo a diminuir mantendo, no entanto, uma característica comum, o número de concessões a mulheres foi em todos os anos (2008-2013) sempre superior ao número de concessões a homens. O incremento do número de concessões nos anos 2008 e 2009 teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência em autorizações de residência, decorrente da plena aplicação da Lei 23/2007 (Lei de estrangeiros) em particular a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e de autorizações de permanência em autorizações de residência (cf artigo 217 da Lei 23/2007) e na concessão de autorizações de residência ao abrigo do regime excecional previsto, nomeadamente, no artigo 88, nº 2 da Lei 23/2007.

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), foram concedidos, em 2013, 33 246 títulos de residência a estrangeiros, 16 614 do sexo masculino e 16 632 do feminino.

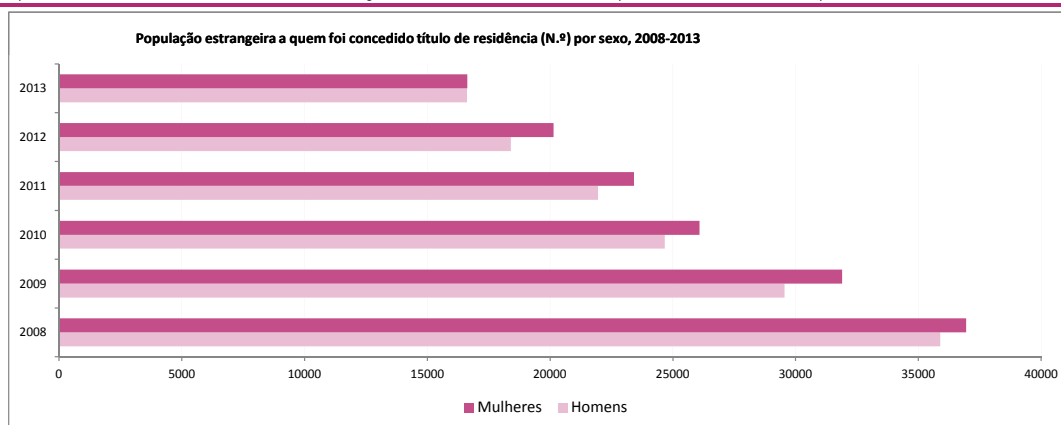
À semelhança do quinquénio anterior foram, em 2013, os nacionais do Brasil que obtiveram o maior número de títulos de residência, (6 680), seguidos de Cabo Verde (2 738), da Roménia (2 665), da China e de Angola com 1 863 e 1 477, respetivamente.

² Títulos de residência incluem: *autorizações de residência* ao abrigo da Lei 23/2007 de 4 de julho (Lei de estrangeiros – regula o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), com alterações na Lei 29/2012 e *cartões de residência* ao abrigo da Lei 37/2006 de 9 de agosto (regulação do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias em território nacional).

Figura 5.3.1.1

População estrangeira a quem foi concedido título de residência (Nº), por principais nacionalidades, Portugal, 2008-2013

2008		2009		2010		2011		2012		2013	
Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total
	72 826		61 445		50 747		45 369		38 537		33 246
Homens											
Total	35 887		29 549		24 664		21 949		18 403		16 614
Brasil	15 272	Brasil	9 934	Brasil	6 920	Brasil	5 349	Brasil	4 939	Brasil	2 626
Cabo Verde	2 612	Roménia	4 456	Roménia	3 415	Cabo Verde	2 232	Cabo Verde	1 605	Cabo Verde	1 340
Roménia	3 102	Cabo Verde	2 074	Cabo Verde	1 973	Roménia	2 678	Roménia	1 621	Roménia	1 541
Ucrânia	1 546	Ucrânia	1 001	Ucrânia	860	Ucrânia	715	Guiné Bissau	899	China	959
Reino Unido	1 353	Reino Unido	1 113	Reino Unido	937	Guiné Bissau	914	Ucrânia	598	Angola	729
Guiné Bissau	1 330	China	949	Espanha	896	Reino Unido	912	China	674	Espanha	742
Moldávia	1 117	Angola	732	China	794	Espanha	836	Espanha	692	Reino Unido	746
China	1 076	Moldávia	710	Guiné Bissau	811	China	740	Angola	586	Guiné Bissau	644
Angola	973	Bulgária	768	Bulgária	789	Angola	634	Reino Unido	666	Ucrânia	418
Espanha	791	Guiné Bissau	806	Angola	612	S. Tomé e Príncipe	627	S. Tomé e Príncipe	454	Índia	674
Mulheres											
Total	36 939	Total	31 896	Total	26 083	Total	23 420	Total	20 134	Total	16 632
Brasil	17 479	Brasil	13 204	Brasil	9 245	Brasil	7 547	Brasil	6 776	Brasil	4 054
Cabo Verde	3 008	Roménia	3 655	Roménia	2 632	Cabo Verde	2 378	Cabo Verde	1 826	Cabo Verde	1 398
Roménia	2 149	Cabo Verde	2 501	Cabo Verde	2 250	Roménia	1 904	Roménia	1 389	Roménia	1 124
Ucrânia	2 078	Ucrânia	1 361	Ucrânia	1 197	Ucrânia	1 046	Guiné Bissau	721	China	904
Reino Unido	1 317	Reino Unido	1 041	Reino Unido	826	Guiné Bissau	830	Ucrânia	862	Angola	748
Guiné Bissau	1 125	China	998	Espanha	768	Reino Unido	780	China	688	Espanha	732
Moldávia	1 321	Angola	811	China	859	Espanha	697	Espanha	664	Reino Unido	656
China	970	Moldávia	823	Guiné Bissau	756	China	767	Angola	707	Guiné Bissau	591
Angola	1 048	Bulgária	751	Bulgária	578	Angola	735	Reino Unido	580	Ucrânia	657
Espanha	519	Guiné Bissau	679	Angola	705	S. Tomé e Príncipe	695	S. Tomé e Príncipe	553	Índia	296



Fonte:SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
Dados disponíveis em junho 2013.

5.3.2 População estrangeira com estatuto de residente

Possuem estatuto de residente todos os estrangeiros que são detentores de um título de residência válido ao abrigo da Lei 23/2007 de 4 de julho (Lei de estrangeiros – regula o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), com alterações na Lei 29/2012 e da Lei 37/2006 de 9 de agosto (regulação do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias em território nacional).

Desde 2010 a população estrangeira com estatuto de residente tem vindo a decrescer, sendo, em 2013, 398 268 o número de estrangeiros com título de residência válido.

O lugar cimeiro da população com estatuto de residente (título de residência válido) tem sido, desde 2008, ocupado pelos nacionais do Brasil (91 238 em 2013). A nacionalidade ucraniana e a caboverdiana mantiveram entre 2008 e 2012 o segundo e terceiro lugar respetivamente invertendo-se o posicionamento em 2013 (Cabo Verde, 42 011 e Ucrânia 41 074).

A nacionalidade moldava tem vindo a perder importância relativa face a 2008 (representavam 4,8% do total da população estrangeira com título de residência válido nesse ano) enquanto que em 2013, apesar de se encontrar entre as dez principais nacionalidades, representava apenas 2,5% do total da população estrangeira com título de residência.

Em sentido oposto a China tem vindo a aumentar a sua importância relativa. Em 2008 os chineses representavam no total da população estrangeira com estatuto de residente 3,1%, subindo para aproximadamente 5% em 2013.

De 2008 a 2010 a população estrangeira com título de residência era composta, maioritariamente, por homens, a partir de 2012 a tendência inverteu-se passando as mulheres a ter maior representação, 50,5% e 51,2% em 2012 e 2013 respetivamente.

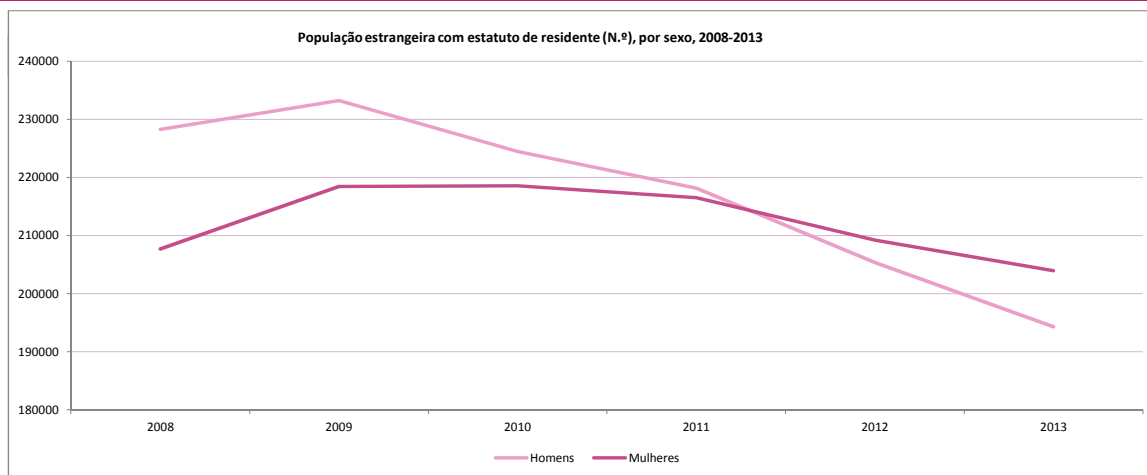
Na distribuição por sexo a nacionalidade brasileira, tanto nos homens como nas mulheres, manteve-se como a mais representativa desde 2008. Em 2013, eram 36 200 homens e 55 038 mulheres.

Das dez principais nacionalidades, em 2013, as que apresentaram as maiores relações de feminilidade foram, a brasileira (152 mulheres por 100 homens), santomense (119,9 mulheres por 100 homens), angolana (114 mulheres por 100 homens), caboverdiana (112,2 mulheres por 100 homens) e moldava (107,6 mulheres por 100 homens). Em sentido oposto e, no grupo das principais nacionalidades, encontram-se as nacionalidades romena (80,5 mulheres por 100 homens), Guiné-Bissau (81,7 mulheres por 100 homens) e Reino Unido (91,9 mulheres por 100 homens).

Figura 5.3.2.1

População estrangeira com estatuto de residente (Nº), por principais nacionalidades, Portugal, 2008-2013

2008		2009		2010		2011		2012		2013	
Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total
	436 020		451 742		443 055		434 708		414 610		398 268
Homens											
Total	228 300		233 280		224 489		218 170		205 385		194 309
Brasil	49 345	Brasil	51 916	Brasil	52 401	Brasil	47 448	Brasil	44 069	Brasil	36 200
Ucrânia	30 055	Ucrânia	29 486	Ucrânia	27 154	Ucrânia	25 875	Ucrânia	23 133	Cabo Verde	19 798
Cabo Verde	24 428	Cabo Verde	23 062	Cabo Verde	20 574	Cabo Verde	20 627	Cabo Verde	20 001	Ucrânia	20 739
Angola	13 565	Roménia	18 512	Roménia	20 924	Roménia	22 441	Roménia	19 811	Roménia	18 946
Roménia	15 202	Angola	13 083	Angola	11 364	Angola	10 182	Angola	9 401	Angola	9 330
Guiné Bissau	14 662	Guiné Bissau	13 663	Guiné Bissau	11 393	Guiné Bissau	10 386	Guiné Bissau	9 824	China	9 574
Moldávia	12 124	Moldávia	11 703	Reino Unido	8 869	Reino Unido	9 121	China	8 892	Guiné Bissau	9 674
Reino Unido	7 904	Reino Unido	8 409	Moldávia	8 306	China	8 593	Reino Unido	8 652	Reino Unido	8 581
China	7 090	China	7 566	China	8 129	Moldávia	7 072	Moldávia	5 811	S. Tomé e Príncipe	4 624
S. Tomé e Príncipe	5 210	S. Tomé e Príncipe	5 087	S. Tomé e Príncipe	4 632	S. Tomé e Príncipe	4 730	S. Tomé e Príncipe	4 662	Moldávia	4 801
Mulheres											
Total	207 720		218 462		218 566		216 538		209 225		203 959
Brasil	57 359	Brasil	63 966	Brasil	66 794	Brasil	63 847	Brasil	61 449	Brasil	55 038
Ucrânia	22 417	Ucrânia	22 767	Ucrânia	22 333	Ucrânia	22 135	Ucrânia	20 917	Cabo Verde	22 213
Cabo Verde	26 459	Cabo Verde	25 355	Cabo Verde	22 936	Cabo Verde	22 848	Cabo Verde	22 387	Ucrânia	20 335
Angola	13 742	Roménia	13 945	Roménia	15 906	Roménia	16 871	Roménia	15 405	Roménia	15 258
Roménia	11 223	Angola	13 209	Angola	11 869	Angola	11 147	Angola	10 472	Angola	10 637
Guiné Bissau	9 180	Guiné Bissau	8 741	Guiné Bissau	7 911	Guiné Bissau	7 745	Guiné Bissau	7 638	China	8 871
Moldávia	8 943	Moldávia	9 023	Reino Unido	8 327	Reino Unido	8 554	China	8 294	Guiné Bissau	7 900
Reino Unido	7 467	Reino Unido	7 964	Moldávia	7 326	China	8 002	Reino Unido	7 997	Reino Unido	7 890
China	6 223	China	6 807	China	7 471	Moldávia	6 514	Moldávia	5 692	S. Tomé e Príncipe	5 545
S. Tomé e Príncipe	6 192	S. Tomé e Príncipe	6 055	S. Tomé e Príncipe	5 543	S. Tomé e Príncipe	5 544	S. Tomé e Príncipe	5 512	Moldávia	5 167



Fonte: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
Dados disponíveis em junho 2013.

5.3.3 Vistos Prorrogados

A informação relativa a vistos de longa duração prorrogados deve ser lida tendo em conta a legislação de estrangeiros em vigor à data dos factos, nomeadamente o enquadramento legal da Lei 23/2007 (Lei de estrangeiros), o Decreto Regulamentar n.º 84/2007 e a Lei 29/2012 de 9 de agosto (1.ª alteração à Lei 23/2007).

Comparativamente ao quadriénio anterior (2009-2012) houve um aumento do número de vistos prorrogados em 2013 em resultado de alteração legislativa (Lei 29/2012 de 9 de agosto, nomeadamente o artigo 54.º).

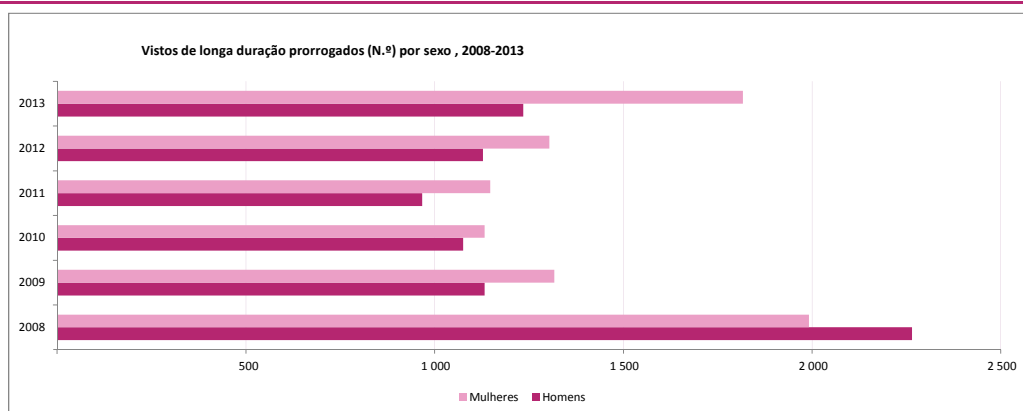
Em 2013 foram prorrogados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 3 052 vistos de longa duração, 1 235 a homens e 1817 a mulheres.

Das principais nacionalidades a quem foram prorrogados, em 2013, vistos de longa duração destacam-se as nacionalidades de países de língua portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola e S. Tomé e Príncipe) que representavam cerca de 62% do total dos vistos de longa duração prorrogados.

Figura 5.3.3.1

Vistos prorrogados (Nº), por principais nacionalidades, Portugal, 2008-2013

2008		2009		2010		2011		2012		2013	
Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total
	4 257		2 449		2 207		2 114		2 432		3 052
Homens											
Total	2 265	Total	1 132	Total	1 075	Total	967	Total	1 128	Total	1 235
Romenia	609	Guiné Bissau	264	Guiné Bissau	243	Cabo Verde	173	Angola	238	Brasil	315
Guiné-Bissau	266	Cabo Verde	165	Cabo Verde	199	Guiné Bissau	144	Cabo Verde	199	Cabo Verde	150
Cabo Verde	190	S Tomé e Príncipe	123	S Tomé e Príncipe	119	S Tomé e Príncipe	93	Guiné Bissau	122	Estados Unidos	127
S.Tomé Príncipe	115	Brasil	145	Angola	170	Angola	149	China	108	Guiné Bissau	109
Angola	138	Angola	113	Brasil	77	China	55	S Tomé e Príncipe	70	Angola	87
Bulgária	162	Estados Unidos	54	China	32	Brasil	70	Brasil	58	China	72
Brasil	122	Índia	33	Índia	47	Índia	51	Índia	66	S Tomé e Príncipe	40
Estados Unidos	107	Moldávia	31	Vietname	33	Japão	16	Timor Leste	58	Turquia	36
Moldávia	42	Ucrânia	14	Japão	12	Moçambique	14	Rússia	13	México	20
Canadá	34	Vietname	29	México	9	Turquia	14	Tailândia	13	Índia	32
Mulheres											
Total	1 992	Total	1 317	Total	1 132	Total	1 147	Total	1 304	Total	1 817
Romenia	376	Guiné Bissau	277	Guiné Bissau	270	Cabo Verde	272	Angola	255	Brasil	567
Guiné-Bissau	282	Cabo Verde	263	Cabo Verde	270	Guiné Bissau	212	Cabo Verde	270	Cabo Verde	240
Cabo Verde	276	S Tomé e Príncipe	219	S Tomé e Príncipe	201	S Tomé e Príncipe	151	Guiné Bissau	175	Estados Unidos	202
S.Tomé Príncipe	209	Brasil	193	Angola	91	Angola	85	China	153	Guiné Bissau	163
Angola	174	Angola	152	Brasil	91	China	135	S Tomé e Príncipe	132	Angola	123
Bulgária	129	Estados Unidos	19	China	67	Brasil	80	Brasil	46	China	120
Brasil	135	Índia	15	Índia	11	Índia	17	Índia	17	S Tomé e Príncipe	95
Estados Unidos	38	Moldávia	16	Vietname	4	Japão	26	Timor Leste	18	Turquia	68
Moldávia	38	Ucrânia	26	Japão	10	Moçambique	19	Rússia	36	México	34
Canadá	35	Vietname	0	México	13	Turquia	15	Tailândia	18	Índia	7



Fonte:SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
Dados disponíveis em junho 2013.

5.3.4 Vistos concedidos (estada temporária e residência)

A variação do número de vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses, no período 2008-2013, deverá ser interpretada tendo em conta a legislação de estrangeiros em vigor à data dos factos, nomeadamente o enquadramento legal da Lei 23/2007 (Lei de estrangeiros), o Decreto Regulamentar nº 84/2007 e a Lei 29/2012 de 9 de agosto (1ª alteração à Lei 23/2007) bem como os Acordos de cooperação entre o Estado português e outros Estados, designadamente na área da saúde.

Foram concedidos pelos postos consulares portugueses em 2013, 6 686 vistos de estada temporária e 7 361 vistos de residência.

As nacionalidades de países de língua portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola) apresentaram, nos vistos de estada temporária concedidos, valores superiores comparativamente com as restantes nacionalidades nos anos observados (2008-2013). Em 2013, representaram 63,1% do total de vistos de estada temporária concedidos nesse ano.

A nacionalidade chinesa tem vindo, desde 2010, a aumentar progressivamente o número de vistos de estada temporária concedidos (144 em 2010, 411 em 2013).

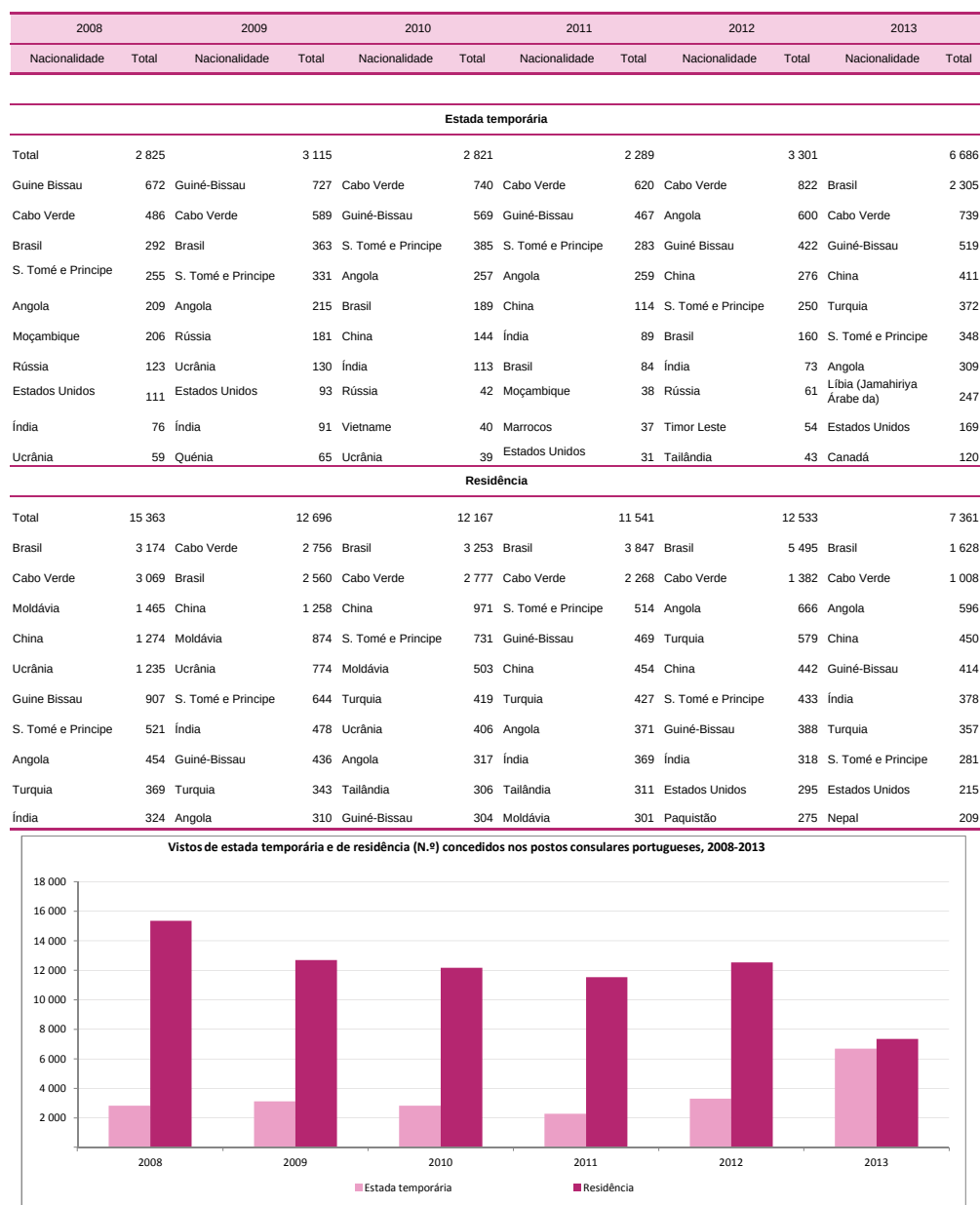
Pela primeira vez a Líbia apresentou, em 2013, um valor de vistos de estada temporária (249), que a posicionou entre as dez principais nacionalidades nesse ano.

Relativamente aos vistos de residência concedidos nos postos consulares portugueses e, à semelhança dos vistos de estada temporária concedidos, também foram, anualmente e para o período 2008-2013, as nacionalidades de países de língua portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola) que obtiveram a maior representação no total. Em 2013 representaram cerca de 47% no total dos vistos de residência concedidos. A nacionalidade nepalesa posicionou-se em 2013, pela primeira vez, entre as dez principais nacionalidades no que respeita a vistos de residência concedidos (209).

No que se refere à distribuição por sexo em ambos os vistos (estada temporária e residência) pertenceu às mulheres o maior número de concessões: 3 689 vistos de estada temporária e 3 771 vistos de residência, que corresponde respetivamente a 26,3% e 26,8 % do total dos vistos de estada temporária e residência concedidos em 2013. Aos homens foram concedidos 2 996 vistos de estada temporária e 3 586 vistos de residência que corresponde, respetivamente, a 21,3% e 25,5% do total dos vistos de estada temporária e residência concedidos em 2013.

Figura 5.3.4.1

Vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses (Nº), por principais nacionalidades e sexo, 2008-2013

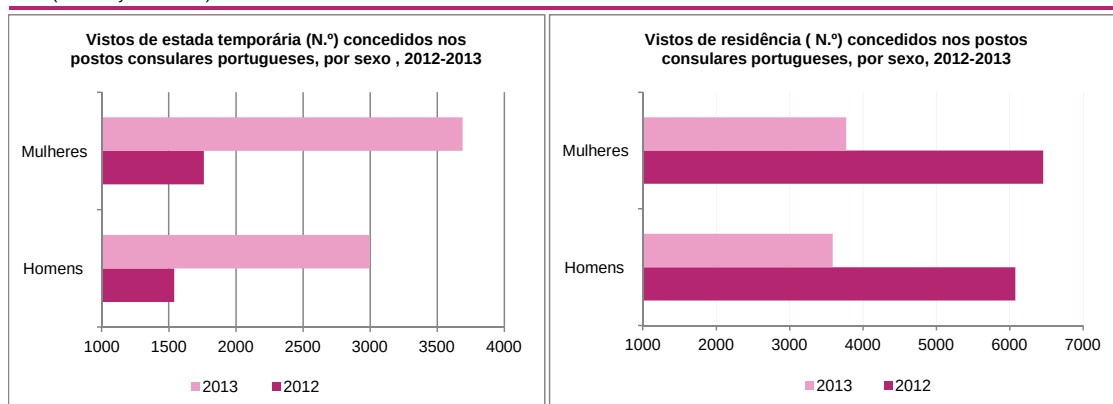


Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

Figura 5.3.4.2

Vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses (Nº), por principais nacionalidades e sexo, 2013

Nacionalidade	Total			Estada temporária			Residência		
	HM ^{a)}	H	M	HM ^{a)}	H	M	HM ^{a)}	H	M
Total	14 047	6 582	7 460	6 686	2 996	3 689	7 361	3 586	3 771
Brasil	3 933	1 566	2 367	2 305	834	1 471	1 628	732	896
Cabo Verde	1 747	789	958	739	307	432	1 008	482	526
Guiné-Bissau	933	436	497	519	217	302	414	219	195
Angola	905	459	446	309	135	174	596	324	272
China	861	349	512	411	166	245	450	183	267
Turquia	729	327	402	372	169	203	357	158	199
S. Tomé e Príncipe	629	262	367	348	135	213	281	127	154
Índia	471	248	223	93	78	15	378	170	208
Estados Unidos	384	204	180	169	90	79	215	114	101
Líbia (Jamahiriya Árabe da)	249	238	11	247	237	10	2	1	1



Fonte:Ministério dos Negócios Estrangeiros/Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

a) O valor total pode não corresponder à soma das parcelas por sexo, devido à existência de registos com sexo não indicado.

Figura 5.3.4.3

Vistos de estada temporária e de residência (Nº), concedidos nos postos consulares portugueses por nacionalidade e sexo, 2013

Nacionalidade	Total			Estada temporária			Residência		
	HM ^{a)}	H	M	HM ^{a)}	H	M	HM ^{a)}	H	M
Total	14 047	6 582	7 460	6 686	2 996	3 689	7 361	3 586	3 771
Europa	1 211	494	717	614	253	361	597	241	356
União Europeia	55	16	39	50	16	34	5	0	5
Croácia	54	15	39	49	15	34	5	0	5
Reino Unido	1	1	0	1	1	0	0	0	0
Outros Europa	1 156	478	678	564	237	327	592	241	351
Albânia	6	3	3	5	2	3	1	1	0
Andorra	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Antiga Rep Jugoslava Macedónia	2	1	1	2	1	1	0	0	0
Bielorússia	29	7	22	11	4	7	18	3	15
Bósnia-Herzegovina	4	3	1	4	3	1	0	0	0
Kosovo	2	1	1	0	0	0	2	1	1
Federação Russa	157	59	98	94	32	62	63	27	36
Moldova, Rep	57	19	38	2	2	0	55	17	38
Sérvia	37	13	24	26	8	18	11	5	6
Turquia	729	327	402	372	169	203	357	158	199
Ucrânia	132	45	87	48	16	32	84	29	55
África	5 250	2 664	2 586	2 375	1 171	1 204	2 875	1 493	1 382
Africa do Sul	9	7	2	4	3	1	5	4	1
Angola	905	459	446	309	135	174	596	324	272
Argélia	29	18	11	18	13	5	11	5	6
Burundi	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Cabo Verde	1 747	789	958	739	307	432	1 008	482	526
Camarões	30	27	3	11	11	0	19	16	3
Congo (República Democrática)	2	0	2	0	0	0	2	0	2
Costa do Marfim	8	3	5	2	0	2	6	3	3
Egipto	39	26	13	6	4	2	33	22	11
Eritreia	7	7	0	2	2	0	5	5	0
Etiópia	20	15	5	3	1	2	17	14	3
Gabão	2	2	0	0	0	0	2	2	0
Gâmbia	9	4	5	0	0	0	9	4	5
Gana	6	5	1	1	1	0	5	4	1
Guiné	124	84	40	1	1	0	123	83	40
Guiné Bissau	933	436	497	519	217	302	414	219	195
Guiné Equatorial	1	1	0	1	1	0	0	0	0
Líbia	249	238	11	247	237	10	2	1	1
Malawi	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Mali	2	1	1	0	0	0	2	1	1
Marrocos	59	23	36	13	5	8	46	18	28
Maurícias	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Moçambique	214	125	89	31	17	14	183	108	75
Namíbia	6	1	5	4	1	3	2	0	2
Nigéria	32	27	5	10	8	2	22	19	3
Quênia	4	4	0	1	1	0	3	3	0
Ruanda	1	1	0	0	0	0	1	1	0
S. Tomé e Príncipe	629	262	367	348	135	213	281	127	154
Senegal	49	18	31	8	7	1	41	11	30
Serra Leoa	2	0	2	0	0	0	2	0	2
Somália	9	4	5	0	0	0	9	4	5
Sudão	4	1	3	0	0	0	4	1	3
Tanzânia	4	2	2	2	0	2	2	2	0
Togo	3	1	2	1	1	0	2	0	2
Tunísia	97	63	34	88	60	28	9	3	6
Uganda	7	6	1	1	1	0	6	5	1
Zimbabwe	5	2	3	5	2	3	0	0	0
América	4 830	2 050	2 779	2 792	1 083	1 708	2 038	967	1 071
Argentina	48	29	19	41	22	19	7	7	0
Belize	3	1	2	0	0	0	3	1	2
Bolívia	7	2	5	1	0	1	6	2	4
Brasil	3 933	1 566	2 367	2 305	834	1 471	1 628	732	896
Canada	154	96	57	120	71	48	34	25	9
Chile	3	1	2	1	0	1	2	1	1
Colômbia	72	43	29	40	19	21	32	24	8
Costa Rica	7	4	3	5	3	2	2	1	1
Cuba	20	8	12	2	1	1	18	7	11
El Salvador	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Equador	12	6	6	3	2	1	9	4	5
Estados Unidos	384	204	180	169	90	79	215	114	101
Guatemala	1	1	0	1	1	0	0	0	0
Jamaica	3	2	1	0	0	0	3	2	1
México	122	55	67	78	31	47	44	24	20
Nicarágua	2	1	1	0	0	0	2	1	1
Panamá	1	1	0	1	1	0	0	0	0

continua ►

Figura 5.3.4.3

Vistos de estada temporária e de residência (Nº), concedidos nos postos consulares portugueses por nacionalidade e sexo, 2013

▶ continuação

Nacionalidade	Total			Estada temporária			Residência		
	HM ^{a)}	H	M	HM ^{a)}	H	M	HM ^{a)}	H	M
Paraguai	7	4	3	5	2	3	2	2	0
Peru	20	7	13	11	2	9	9	5	4
Republica Dominicana	4	1	3	1	0	1	3	1	2
Trindad e Tobago	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Uruguai	3	2	1	1	1	0	2	1	1
Venezuela	22	16	6	7	3	4	15	13	2
Ásia	2 703	1 343	1 356	888	480	408	1 815	863	948
Afeganistão	4	2	2	0	0	0	4	2	2
Arábia Saudita	22	22	0	22	22	0	0	0	0
Arménia	18	7	11	6	2	4	12	5	7
Azerbaijão	16	7	9	8	3	5	8	4	4
Bangladesh	69	32	37	5	3	2	64	29	35
Bahrein	2	2	0	0	0	0	2	2	0
Camboja	3	2	1	1	1	0	2	1	1
Cazaquistão	3	0	3	1	0	1	2	0	2
China	861	349	512	411	166	245	450	183	267
Filipinas	50	22	28	9	5	4	41	17	24
Geórgia	39	12	27	16	4	12	23	8	15
Hong Kong	1	1	0	1	1	0	0	0	0
Iemen	1	1	0	1	1	0	0	0	0
Índia	471	248	223	93	78	15	378	170	208
Indonésia	22	19	3	16	14	2	6	5	1
Irão	104	57	47	23	16	7	81	41	40
Iraque	11	8	3	1	0	1	10	8	2
Israel	14	8	6	11	6	5	3	2	1
Japão	97	57	40	44	28	16	53	29	24
Jordânia	6	3	3	1	1	0	5	2	3
Líbano	19	17	2	3	3	0	16	14	2
Malásia	4	3	1	2	1	1	2	2	0
Mongólia	1	0	1	1	0	1	0	0	0
Nepal	213	76	137	4	0	4	209	76	133
Omã	2	1	1	2	1	1	0	0	0
Paquistão	118	43	75	2	2	0	116	41	75
Quirziquistão	2	1	1	2	1	1	0	0	0
Republica da Coreia (Coreia do Sul)	58	33	21	19	9	10	39	24	11
Singapura	5	2	3	5	2	3	0	0	0
Síria	7	6	1	6	5	1	1	1	0
Sri Lanka	7	6	1	3	3	0	4	3	1
Tailândia	208	150	58	35	14	21	173	136	37
Taiwan	20	8	12	12	6	6	8	2	6
Tajiquistão	2	2	0	1	1	0	1	1	0
Território Palestino Ocupado	8	6	2	2	2	0	6	4	2
Timor Leste	161	108	53	107	74	33	54	34	20
Turquemenistão	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Uzbequistão	34	13	21	2	1	1	32	12	20
Vietname	19	8	11	10	4	6	9	4	5
Oceânia	51	31	20	15	9	6	36	22	14
Australia	35	20	15	14	9	5	21	11	10
Fidji	4	3	1	0	0	0	4	3	1
Nova Zelândia	9	6	3	1	0	1	8	6	2
Palau	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Samoa	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Tuvalu	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Apátrida	2	0	2	2	0	2	0	0	0

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

a) O valor total pode não corresponder à soma das parcelas por sexo devido à existência de registos com sexo não indicado.

5.4 Aquisição da nacionalidade portuguesa

A aprovação da Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de abril, que procedeu à quarta alteração à Lei nº 37/81 (Lei da Nacionalidade), de 3 de outubro e o Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de dezembro que aprovou o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, veio alterar o quadro de referência da aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de estrangeiros, nomeadamente através do reforço do princípio do *ius soli*³, para estrangeiros nascidos no território português, e do mais fácil acesso à naturalização por parte de estrangeiros com um ascendente português do 2º grau da linha reta da nacionalidade. Estas alterações conduziram a um aumento significativo do número de aquisições da nacionalidade, a partir do ano 2008, de valores anuais a rondar os milhares para valores acima das duas dezenas de milhar.

Entre 2008 e 2012, último ano para o qual existe informação disponível, a maioria das aquisições da nacionalidade portuguesa respeitaram a estrangeiros residentes em território português, apresentando anualmente valores que, à exceção do ano de 2009 (89,9%), ultrapassaram os 90% do total das aquisições da nacionalidade.

O principal motivo da aquisição da nacionalidade portuguesa foi, nos cinco anos em análise, a aquisição por naturalização. Em 2012 este motivo representou 68,7% no total das aquisições da nacionalidade.

Em 2012 e do total de aquisições da nacionalidade portuguesa por estrangeiros residentes em Portugal destacou-se, igualmente, a naturalização como principal motivo (71,5%), seguido dos motivos "Casamento ou união de facto mediante declaração da vontade" (15%) e "Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes" (13,1%).

Os principais motivos de aquisição da nacionalidade portuguesa por estrangeiros não residentes em Portugal foram: "Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português" e "Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade" representando, respetivamente, 29,7% e 29,5% do total de aquisições da nacionalidade de residentes no estrangeiro.

³ Critério em função do qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a uma pessoa de acordo com o local de nascimento.

Figura 5.4.1

Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por tipo de aquisição, sexo e residência, 2008-2012

Tipo de aquisição	2008			2009		
	HM	H	M	HM	H	M
Total	24 556	13 051	11 505	26 892	14 606	12 286
Residentes em Portugal						
Total	22 408	12 494	9 914	24 182	13 677	10 505
Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade	2 699	856	1 843	2 374	601	1 773
Mediante declaração da vontade após perda da nacionalidade durante a incapacidade	5	2	3	75	27	48
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	2 486	1 296	1 190	2 607	1 367	1 240
Por efeito de adopção plena	32	20	12	36	17	19
Por naturalização	17 186	10 320	6 866	19 090	11 665	7 425
Por naturalização de estrangeiros nascidos no território português	31	17	14	70	32	38
Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	188	97	91	431	241	190
Por naturalização de estrangeiros residentes no território português	13 971	8 659	5 312	17 385	10 787	6 598
Por naturalização de indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa	0	0	0	4	1	3
Por naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	2 985	1 539	1 446	1 168	585	583
Por naturalização em casos especiais	11	8	3	32	19	13
Residentes no estrangeiro						
Total	2 148	557	1 591	2 710	929	1 781
Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade	1 430	165	1 265	418	153	265
Mediante declaração da vontade após perda da nacionalidade durante a incapacidade	6	1	5	851	23	828
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	51	24	27	112	41	71
Por efeito de adopção plena	12	4	8	18	9	9
Por naturalização	649	363	286	1 311	703	608
Por naturalização de estrangeiros nascidos no território português	0	0	0	1	0	1
Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	627	354	273	1 258	674	584
Por naturalização de estrangeiros residentes no território português	7	3	4	14	7	7
Por naturalização de indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa	0	0	0	3	2	1
Por naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	6	3	3	1	1	0
Por naturalização em casos especiais	9	3	6	34	19	15

continua ►

Figura 5.4.1

Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por tipo de aquisição, sexo e residência, 2008-2012

▶continuação

Tipo de aquisição	2010			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Total	23 615	11 930	11 685	25 016	11 935	13 081
Residentes em Portugal						
Total	21 750	11 436	10 314	23 238	11 409	11 829
Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade	3 198	670	2 528	3 621	723	2 898
Mediante declaração da vontade após perda da nacionalidade durante a incapacidade	64	22	42	70	23	47
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	3 957	2 159	1 798	3 844	2 037	1 807
Por efeito de adopção plena	26	16	10	28	12	16
Por naturalização	14 505	8 569	5 936	15 675	8 614	7 061
Por naturalização de estrangeiros nascidos no território português	37	8	29	37	19	18
Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	83	38	45	84	43	41
Por naturalização de estrangeiros residentes no território português	13 505	8 103	5 402	14 328	7 913	6 415
Por naturalização de indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa	0	0	0	0	0	0
Por naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	838	403	435	1 202	627	575
Por naturalização em casos especiais	42	17	25	24	12	12
Residentes no estrangeiro						
Total	1 865	494	1 371	1 778	526	1 252
Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade	393	150	243	401	142	259
Mediante declaração da vontade após perda da nacionalidade durante a incapacidade	903	32	871	710	18	692
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	9	5	4	47	23	24
Por efeito de adopção plena	13	5	8	19	11	8
Por naturalização	547	302	245	601	332	269
Por naturalização de estrangeiros nascidos no território português	0	0	0	0	0	0
Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	513	281	232	576	320	256
Por naturalização de estrangeiros residentes no território português	0	0	0	0	0	0
Por naturalização de indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa	1	1	0	0	0	0
Por naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	0	0	0	0	0	0
Por naturalização em casos especiais	33	20	13	25	12	13

continua▶

Figura 5.4.1

Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por tipo de aquisição, sexo e residência, 2008-2012

► continuação

Tipo de aquisição	2012		
	HM	H	M
Total	23 722	11 201	12 521
Residentes em Portugal			
Total	21 819	10 592	11 227
Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade	3 281	639	2 642
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	2 866	1 581	1 285
Mediante declaração de vontade após perda de nacionalidade durante a incapacidade	55	14	41
Por efeito de adopção plena	23	11	12
Por naturalização:	15 594	8 347	7 247
Por naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	1 702	863	839
Por naturalização de estrangeiros nascidos no território português	55	27	28
Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	67	34	33
Por naturalização de estrangeiros residentes no território português	13 704	7 396	6 308
Por naturalização em casos especiais	66	27	39
Residentes no estrangeiro			
Total	1 903	609	1 294
Em caso de casamento ou união de facto mediante declaração da vontade	561	197	364
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	63	35	28
Mediante declaração de vontade após perda de nacionalidade	558	17	541
Por efeito de adopção plena	22	7	15
Por naturalização:	699	353	346
Por naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	1	0	1
Por naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	566	282	284
Por naturalização de estrangeiros residentes no território português	31	20	11
Por naturalização em casos especiais	101	51	50

Fonte: IRN/CRC/DGPJ – Direção Geral da Política da Justiça

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81 De 3 de outubro (Lei da Nacionalidade).

No quadriénio 2008-2011 foram sempre os nacionais de Cabo Verde e do Brasil a ocupar os lugares cimeiros na aquisição da nacionalidade portuguesa, tanto no que respeita a estrangeiros residentes em Portugal como a residentes no estrangeiro.

Em 2012 a nacionalidade brasileira continuou a ser aquela que adquiriu em maior número a nacionalidade portuguesa tanto na condição de residentes em Portugal (4 596) como na de residentes no estrangeiro (1 248).

A nacionalidade ucraniana tem vindo desde 2008 a aumentar a sua importância relativa no que respeita a aquisições da nacionalidade portuguesa de estrangeiros residentes em território nacional. Em 2008 representava 2,2% no total das aquisições de estrangeiros residentes em Portugal, em 2010, 12,3% e em 2012 14,5%.

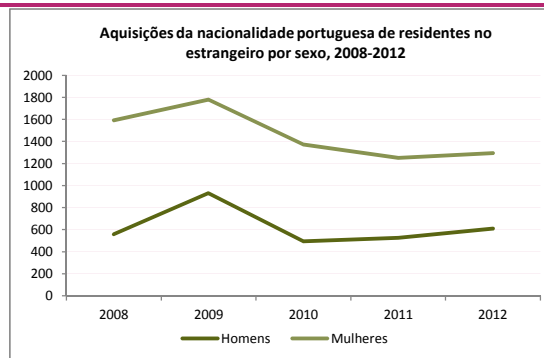
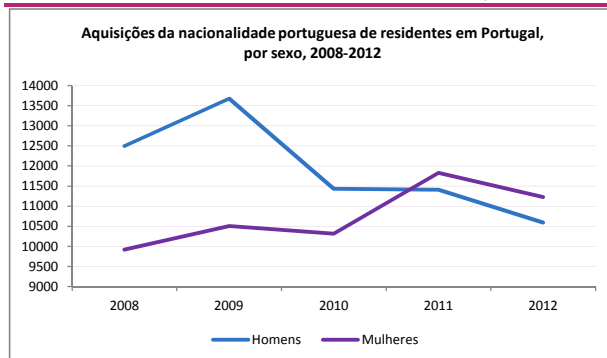
Relativamente a aquisições da nacionalidade portuguesa por estrangeiros residentes fora do território português, as principais nacionalidades, em 2012, referem-se a pessoas de países africanos de língua portuguesa ou da diáspora portuguesa, como Brasil, Venezuela, África do Sul, França ou Índia.

Em 2012, do total de aquisições da nacionalidade portuguesa por parte de estrangeiros não residentes em Portugal, 65,6% foram concedidas a nacionais do Brasil, 20,1% a cidadãos das ex-colónias portuguesas, 2,6% a cidadãos da Venezuela e 1,2% a pessoas da África do Sul.

Figura 5.4.2

Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por principais nacionalidades, 2008-2012

2008		2009		2010		2011		2012	
Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total	Nacionalidade	Total
	24 556		26 892		23 615		25 016		24 854
Residentes em Portugal									
Total	22 408	Total	24 182	Total	21 750	Total	23 238	Total	22 951
Cabo Verde	6 013	Cabo Verde	5 368	Brasil	4 007	Brasil	5 352	Brasil	4 596
Brasil	4 080	Brasil	3 993	Cabo Verde	3 982	Cabo Verde	3 502	Ucrânia	3 322
Guiné-Bissau	2 754	Moldova, Rep	2 896	Moldova, Rep	2 675	Ucrânia	2 336	Cabo Verde	3 230
Moldova, Rep	2 230	Guiné-Bissau	2 442	Angola	1 953	Moldova, Rep	2 324	Moldova, Rep	2 043
Angola	2 075	Angola	2 113	Guiné-Bissau	1 847	Angola	1 870	Angola	1 857
S.Tomé e Príncipe	1 391	S.Tomé e Príncipe	1 289	Ucrânia	1 358	Guiné-Bissau	1 815	Guiné-Bissau	1 753
Ucrânia	484	Índia	1 055	S.Tomé e Príncipe	1 097	S.Tomé e Príncipe	1 156	S. Tomé e Príncipe	869
Guiné	450	Ucrânia	978	Índia	919	Índia	860	Índia	628
Índia	417	Guiné	717	Rússia	580	Rússia	590	Rússia	506
Bangladesh	316	Rússia	535	Guiné	475	Paquistão	476	Roménia	492
Residentes no estrangeiro									
Total	2 148	Total	2 710	Total	1 865	Total	1 778		1 903
Brasil	1 621	Brasil	1 753	Brasil	1 417	Brasil	1 255	Brasil	1 248
Cabo Verde	134	Cabo Verde	212	Cabo Verde	127	Cabo Verde	148	Cabo Verde	231
Venezuela	93	Índia	201	Venezuela	67	Venezuela	75	Angola	83
Angola	50	Angola	75	Angola	39	Angola	65	Venezuela, República Bolivariana	49
Guiné-Bissau	33	Venezuela	61	África do Sul	26	África do Sul	25	Moçambique	36
Moçambique	29	Guiné-Bissau	56	Argentina	21	Guiné-Bissau	23	Guiné-Bissau	33
África do Sul	17	África do Sul	48	Moçambique	18	Estados Unidos	20	África do Sul	23
Argentina	15	Moçambique	39	S.Tomé e Príncipe	16	Moçambique	19	Argentina	19
Índia	13	S.Tomé e Príncipe	31	Estados Unidos	14	Argentina	14	França	16
S.Tomé e Príncipe	12	Estados Unidos	25	França	14	Índia	12	Índia	14



Fonte: IRN/CRC/DGPJ – Direção Geral da Política da Justiça

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81 de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade).

Até 2010, a maioria das aquisições da nacionalidade portuguesa respeita a homens, com valores percentuais acima de 50%. A partir de 2011 a situação altera-se, passando as mulheres a deterem a maior proporção no total das aquisições da nacionalidade: 52,3% em 2011 e 52,8% em 2012. Padrão semelhante é apresentado nas aquisições da nacionalidade de residentes em Portugal.

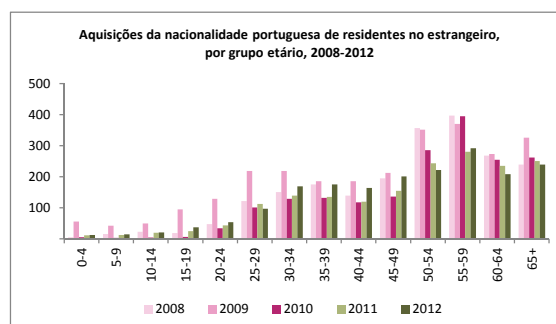
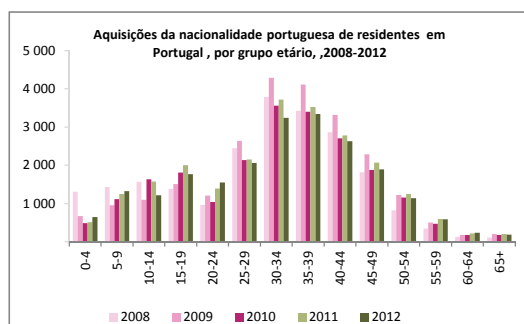
Relativamente às aquisições da nacionalidade portuguesa de cidadãos não residentes em Portugal, continuaram a ser as mulheres a ter a maior proporção. Em 2012 representaram 67,9 % do total das aquisições de residentes no estrangeiro.

No que respeita ao padrão etário das aquisições da nacionalidade, verifica-se que os residentes em Portugal têm na maioria menos de 35 anos (54,1%). Os indivíduos residentes no estrangeiro têm na maioria 50 ou mais anos (50,5%), apresentando assim um padrão distinto.

Figura 5.4.3

Aquisições da nacionalidade portuguesa (Nº), por sexo, grupo etário e residência, 2008-2012

Grupo etário	2008			2009			2010			2011			2012		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total	24 556	13 051	11 505	26 892	14 606	12 286	23 615	11 930	11 685	25 016	11 935	13 081	23 722	11 201	12 521
Residentes em Portugal															
Total	22 408	12 494	9 914	24 182	13 677	10 505	21 750	11 436	10 314	23 238	11 409	11 829	21 819	10 592	11 227
0-4	1 309	681	628	674	365	309	489	261	228	509	241	268	646	341	305
5-9	1 435	727	708	955	480	475	1 118	590	528	1 251	680	571	1 327	679	648
10-14	1 565	821	744	1 095	573	522	1 631	868	763	1 579	824	755	1 214	650	564
15-19	1 385	717	668	1 506	783	723	1 812	972	840	2 002	1 070	932	1 770	971	799
20-24	962	430	532	1 210	564	646	1 040	452	588	1 389	611	778	1 552	707	845
25-29	2 445	1 262	1 183	2 635	1 263	1 372	2 138	896	1 242	2 151	857	1 294	2 063	804	1 259
30-34	3 787	2 170	1 617	4 291	2 414	1 877	3 561	1 835	1 726	3 717	1 658	2 059	3 240	1 405	1 835
35-39	3 427	2 081	1 346	4 112	2 520	1 592	3 400	1 867	1 533	3 522	1 785	1 737	3 338	1 602	1 736
40-44	2 868	1 714	1 154	3 316	2 044	1 272	2 708	1 558	1 150	2 779	1 399	1 380	2 628	1 422	1 206
45-49	1 814	1 098	716	2 286	1 454	832	1 873	1 041	832	2 068	1 109	959	1 896	950	946
50-54	821	497	324	1 220	733	487	1 156	671	485	1 249	662	587	1 137	590	547
55-59	347	189	158	504	305	199	470	269	201	599	337	262	584	289	295
60-64	130	64	66	178	89	89	180	84	96	220	95	125	237	106	131
65+	113	43	70	200	90	110	174	72	102	203	81	122	187	76	111
Residentes no estrangeiro															
Total	2 148	557	1 591	2 710	929	1 781	1 865	494	1 371	1 778	526	1 252	1 903	609	1 294
0-4	5	1	4	55	23	32	5	0	5	11	0	11	12	3	9
5-9	15	6	9	42	19	23	3	1	2	12	9	3	14	6	8
10-14	22	9	13	49	23	26	4	2	2	19	13	6	20	10	10
15-19	18	9	9	95	48	47	6	3	3	24	13	11	37	20	17
20-24	47	25	22	129	78	51	34	22	12	43	22	21	53	24	29
25-29	121	70	51	219	109	110	101	43	58	112	60	52	97	37	60
30-34	150	55	95	218	96	122	129	64	65	139	55	84	169	58	111
35-39	175	87	88	185	87	98	132	61	71	135	57	78	175	69	106
40-44	139	57	82	185	93	92	117	52	65	119	55	64	164	71	93
45-49	195	60	135	212	85	127	136	52	84	155	58	97	201	87	114
50-54	357	69	288	352	66	286	286	56	230	243	55	188	222	63	159
55-59	397	56	341	370	68	302	395	59	336	280	47	233	292	61	231
60-64	268	28	240	273	58	215	255	39	216	235	39	196	208	39	169
65+	239	25	214	326	76	250	262	40	222	251	43	208	239	61	178



Fonte: IRN/CRC/DGPJ – Direção Geral da Política da Justiça

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81 de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade).

Indicadores demográficos
(Série longa) - Quadros síntese

Capítulo

6

Figura 6.1.1

População e indicadores demográficos, Portugal, 2003-2013

População, indicadores e taxas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
POPULAÇÃO											
População Média (N.º)	10 458 821	10 483 861	10 503 330	10 522 288	10 542 964	10 558 177	10 568 247	10 573 100	10 557 560	10 514 844	10 457 295
População em 31.XII (N.º)	10 473 050	10 494 672	10 511 988	10 532 588	10 553 339	10 563 014	10 573 479	10 572 721	10 542 398	10 487 289	10 427 301
Relação de Masculinidade Total (N.º)	93,0	92,9	92,8	92,6	92,5	92,2	91,9	91,6	91,3	91,0	90,7
Saldo Natural (N.º) ^(a)	3 720	7 286	1 935	3 459	- 1 020	314	- 4 943	- 4 573	- 5 992	- 17 757	- 23 756
Saldo Migratório (N.º)	24 738	14 336	15 381	17 141	21 771	9 361	15 408	3 815	- 24 331	-37352	- 36 232
Estimativas de fluxo de entradas (N.º)	31 425	21 093	21 741	22 741	29 661	29 718	32 307	27 575	19 667	14 606	17 554
Estimativas de fluxo de saídas (N.º)	6 687	6 757	6 360	5 600	7 890	20 357	16 899	23 760	43 998	51 958	53 786
Variação Populacional (N.º)	28 458	21 622	17 316	20 600	20 751	9 675	10 465	- 758	- 30 323	- 55 109	- 59 988
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0	-0,05	-0,04	-0,06	-0,17	-0,23
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,24	0,14	0,15	0,16	0,21	0,09	0,15	0,04	-0,23	-0,36	-0,35
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,27	0,21	0,16	0,20	0,20	0,09	0,10	-0,01	-0,29	-0,52	-0,57
Índices de Dependência (N.º)											
Total	49,2	49,6	49,8	49,9	49,9	50,2	50,5	51,0	51,4	51,9	52,5
Jovens	23,9	23,9	23,8	23,6	23,4	23,2	23,0	22,8	22,6	22,5	22,3
Idosos	25,3	25,7	26,0	26,3	26,6	27,0	27,5	28,2	28,8	29,4	30,3
Índice de Envelhecimento (N.º)	105,5	107,6	109,3	111,5	113,8	116,4	119,3	123,9	127,6	131,1	136,0
NATALIDADE											
Nados Vivos (N.º)	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492	104 594	99 491	101 381	96 856	89 841	82 787
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7	9,9	9,4	9,6	9,2	8,5	7,9
Taxa de Fecundidade Geral (‰)	42,9	41,8	42,1	40,7	39,7	40,8	39,0	40,0	38,6	36,3	33,9
Índice Sintético de Fecundidade (N.º)	1,44	1,41	1,42	1,38	1,35	1,40	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21
Idade média da mãe ao nascimento do 1º filho (anos)	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2	28,4	28,6	28,9	29,2	29,5	29,7
Idade média da mãe ao nascimento de um filho (anos)	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0	30,2	30,3	30,6	30,9	31,0	31,2
Relação de Masculinidade à nascença (N.º)	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8	106,6	104,6	103,4	105,3	105,7	104,1
MORTALIDADE GERAL											
Óbitos (N.º)	108 795	102 012	107 464	101 990	103 512	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612	106 543
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,4	9,7	10,2	9,7	9,8	9,9	9,9	10,0	9,7	10,2	10,2
Esperança média de vida à nascença (anos) ^(b)	76,98	77,43	77,72	78,18	78,50	78,74	78,94	79,29	79,55	79,78	80,00
Esperança média de vida aos 65 anos (anos) ^(b)	17,24	17,48	17,64	17,94	18,06	18,21	18,28	18,59	18,75	18,84	18,97
MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E PERINATAL											
Óbitos com menos de um ano (N.º)	466	420	384	349	353	340	362	256	302	303	244
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4	3,3	3,6	2,5	3,1	3,4	2,9
Taxa de Mortalidade Perinatal (‰) ^(c)	5,1	4,4	4,3	4,6	4,4	4,0	4,6	3,5	3,9	4,2	3,4
Taxa de Mortalidade Neonatal (‰)	2,7	2,6	2,2	2,1	2,1	2,1	2,5	1,7	2,4	2,2	1,9
Taxa de Mortalidade Fetal Tardia (‰) ^(c)	3,1	2,7	2,8	3,1	2,8	2,5	2,9	2,4	2,3	2,8	2,2
NUPCIALIDADE											
Casamentos (N.º) ^(d)	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329	43 228	40 391	39 993 ^L	36 035	34 423	31 998
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4	4,1	3,8	3,8	3,4	3,3	3,1
Idade média da mulher ao 1º casamento (anos)	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8	28,1	28,6	29,2 ^L	29,5	29,9	30,2
Idade média do homem ao 1º casamento (anos)	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4	29,7	30,2	30,8 ^L	31,1 ^L	31,4	31,7
Idade média da mulher ao casamento (anos)	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7	30,1	30,8	31,5 ^L	31,9 ^L	32,3	32,7
Idade média do homem ao casamento (anos)	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2	32,6	33,4	34,1 ^L	34,6	34,7	35,2
Divórcios decretados (N.º) ^(e)	22 617	23 161	22 576	22 881	25 120	26 110	26 176	27 556	26 751 ^L	25 380	22 525
Taxa Bruta de Divórcio (‰)	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4	2,5	2,5	2,6	2,5	2,4	2,2
Casamentos dissolvidos por morte (N.º) ^(e)	46 902	45 033	46 428	45 210	46 040	46 749	46 634	46 988	45 592 ^L	46 217	45 568
Taxa Bruta de Viuvez (‰)	4,5	4,3	4,4	4,3	4,4	4,4	4,4	4,4	4,3	4,4	4,4

^(a) O valor do saldo natural referente a 2012 e adotado nas estimativas de população residente, resulta dos valores de nados vivos (89 841) e óbitos (107 598), apurados com base a informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até Abril de 2013 e referentes a factos de 2012. Os valores de óbitos foram revistos (107 612) em data posterior à da execução das referidas estimativas, pelo que o saldo natural apresentado no quadro não reflete esta revisão.

^(b) Os valores da esperança média de vida de 2003 a 2013 são derivados das Tábuas Completas de Mortalidade com período de referência de três anos consecutivos, correspondendo, respetivamente, aos períodos de 2001-2003 a 2011-2013.

^(c) Com base na idade gestacional (28 e mais semanas).

^(d) Com a Lei n.º 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, em 2010, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos celebrados de 2010, relativamente aos anos anteriores.

^(e) Com a Lei n.º 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, em 2010, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos dissolvidos de 2011, relativamente aos anos anteriores.

Figura 6.1.2

Indicadores demográficos, NUTS III, 2013

Indicadores	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral	Taxa de fecundidade na adolescência
	(‰)					
Portugal	7,9	10,2	3,1	2,2	33,9	10,6
Continente	7,9	10,2	3,1	2,1	34,1	10,2
Norte	7,3	9,0	3,3	2,2	30,2	7,5
Minho-Lima	6,5	12,0	3,3	1,9	29,1	6,1
Cávado	7,7	7,2	3,7	2,0	29,6	5,4
Ave	7,0	7,6	3,4	2,0	27,7	4,8
Grande Porto	8,0	8,6	3,2	2,5	33,2	10,0
Tâmega	7,3	8,2	3,5	2,0	28,5	7,0
Entre Douro e Vouga	7,2	8,4	3,1	2,1	29,4	7,3
Douro	5,9	12,6	3,3	1,8	27,0	8,6
Alto Trás-os-Montes	5,5	14,6	3,2	1,7	27,8	7,3
Centro	6,9	12,0	3,0	2,1	30,8	8,3
Baixo Vouga	7,5	9,8	3,1	2,1	31,6	12,7
Baixo Mondego	7,1	11,3	3,2	2,3	32,0	6,8
Pinhal Litoral	7,5	9,5	2,9	2,2	31,8	5,5
Pinhal Interior Norte	5,8	14,6	2,4	2,0	27,0	4,6
Dão-Lafões	6,7	12,0	3,4	1,9	30,1	7,2
Pinhal Interior Sul	4,8	19,5	2,8	1,4	25,4	1,0
Serra da Estrela	5,4	16,4	2,8	1,4	27,3	9,5
Beira Interior Norte	5,5	15,8	2,9	1,5	27,6	6,3
Beira Interior Sul	6,8	16,1	2,5	1,9	33,3	13,0
Cova da Beira	6,0	13,4	2,6	1,9	29,3	10,3
Oeste	7,4	11,4	2,9	2,2	31,9	9,4
Médio Tejo	6,6	13,3	2,7	2,1	30,4	7,4
Lisboa	9,7	9,4	3,0	2,2	41,5	14,5
Grande Lisboa	9,9	9,3	2,9	2,2	42,8	14,6
Península de Setúbal	9,0	9,6	3,0	2,3	38,4	14,2
Alentejo	7,1	13,6	2,2	1,9	33,7	14,3
Alentejo Litoral	6,9	12,7	2,3	1,6	34,3	16,9
Alto Alentejo	6,9	16,3	2,1	1,7	33,6	15,3
Alentejo Central	7,1	13,0	2,2	1,9	32,9	11,4
Baixo Alentejo	7,4	15,3	1,9	1,7	36,1	19,1
Lezíria do Tejo	7,1	12,2	2,4	2,3	32,8	12,4
Algarve	8,4	10,8	3,1	2,2	36,6	12,8
R. A. Açores	9,5	9,9	3,5	2,8	36,8	21,7
R. A. Madeira	7,0	9,3	3,0	2,3	27,3	12,4

continua ►

Figura 6.1.2

Indicadores demográficos, NUTS III, 2013

► continuação

Indicadores	Índice sintético de fecundidade	Nados vivos fora do casamento	Idade média da mãe ao nascimento do 1º filho	Idade média da mulher ao 1º casamento	Idade média do homem ao 1º casamento
	(N.º)	(%)	(anos)		
Portugal	1,21	47,6	29,7	30,2	31,7
Continente	1,21	48,0	29,8	30,3	31,8
Norte	1,09	37,6	29,8	29,2	30,5
Minho-Lima	1,04	35,0	30,1	30,2	31,0
Cávado	1,04	28,7	30,3	28,9	30,3
Ave	1,02	30,5	29,8	28,5	29,8
Grande Porto	1,19	46,2	30,2	30,4	31,5
Tâmega	1,06	28,8	28,3	27,1	28,8
Entre Douro e Vouga	1,09	35,4	29,8	28,7	30,2
Douro	1,00	37,3	29,2	29,2	30,5
Alto Trás-os-Montes	1,02	46,2	29,7	30,6	31,9
Centro	1,11	43,5	29,9	29,9	31,4
Baixo Vouga	1,14	46,1	29,6	29,6	31,0
Baixo Mondego	1,12	39,5	30,7	30,5	31,7
Pinhal Litoral	1,11	43,5	30,2	30,1	31,7
Pinhal Interior Norte	1,01	42,2	29,4	30,1	32,0
Dão-Lafões	1,09	33,8	29,3	28,9	30,4
Pinhal Interior Sul	0,95	42,9	30,6	29,1	30,6
Serra da Estrela	1,04	36,6	28,6	28,2	30,4
Beira Interior Norte	1,03	35,3	30,2	30,1	31,2
Beira Interior Sul	1,18	46,4	30,3	29,6	32,3
Cova da Beira	1,07	44,6	30,2	29,5	31,1
Oeste	1,14	51,5	29,5	30,3	32,2
Médio Tejo	1,11	45,9	30,2	30,3	31,8
Lisboa	1,44	57,1	30,0	32,1	33,6
Grande Lisboa	1,48	56,1	30,1	32,2	33,8
Península de Setúbal	1,35	60,1	29,6	31,8	33,0
Alentejo	1,22	57,0	28,9	31,4	33,0
Alentejo Litoral	1,20	62,3	28,9	33,1	35,0
Alto Alentejo	1,22	56,7	28,9	31,4	32,9
Alentejo Central	1,19	54,7	29,5	31,0	32,5
Baixo Alentejo	1,32	64,6	28,0	31,2	33,5
Lezíria do Tejo	1,19	52,5	29,0	30,9	32,3
Algarve	1,31	61,5	29,2	31,3	33,7
R. A. Açores	1,27	37,3	27,4	27,3	29,6
R. A. Madeira	0,98	46,7	29,3	29,6	31,7

Figura 6.2.1

Indicadores de população residente (série longa)

Anos	População residente (N.º) ^(a)			Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento efetivo	Índice de envelhecimento (N.º)		
	HM	H	M	(%)			HM	H	M
1900	5 446 760	x	x	x	x	x	x	x	x
1911	5 999 146	x	x	x	x	x	x	x	x
1920	6 080 135	x	x	x	x	x	x	x	x
1930	6 802 429	x	x	x	x	x	x	x	x
1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	x	x	x	20,2	15,8	24,7
1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	x	x	x	23,7	18,3	29,3
1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	x	x	x	27,3	21,3	33,6
1970	8 663 252	4 109 360	4 553 892	x	x	x	34,0	26,7	41,5
1980	9 818 980	4 730 690	5 088 290	0,65	0,43	1,08	44,9	35,7	54,4
1981	9 883 670	4 762 918	5 120 752	0,57	0,08	0,66	46,0	36,6	55,8
1982	9 939 871	4 791 219	5 148 652	0,59	-0,02	0,57	47,0	37,4	57,1
1983	9 975 859	4 809 921	5 165 938	0,48	-0,12	0,36	48,0	38,1	58,3
1984	10 016 605	4 830 522	5 186 083	0,46	-0,05	0,41	49,1	39,0	59,8
1985	10 030 621	4 837 388	5 193 233	0,33	-0,19	0,14	51,3	40,7	62,3
1986	10 034 846	4 839 557	5 195 289	0,31	-0,27	0,04	53,6	42,7	65,0
1987	10 025 215	4 834 731	5 190 484	0,28	-0,38	-0,10	56,4	45,1	68,2
1988	10 014 005	4 828 820	5 185 185	0,24	-0,35	-0,11	59,5	47,8	71,8
1989	9 995 995	4 819 318	5 176 677	0,23	-0,41	-0,18	63,5	51,2	76,3
1990	9 970 441	4 806 553	5 163 888	0,14	-0,39	-0,26	68,1	55,3	81,5
1991	9 950 029	4 795 177	5 154 852	0,12	-0,33	-0,20	72,1	58,5	86,3
1992	9 954 958	4 796 090	5 158 868	0,14	-0,09	0,05	75,7	61,4	90,7
1993	9 974 391	4 804 894	5 169 497	0,08	0,11	0,20	78,8	63,9	94,5
1994	10 008 659	4 821 929	5 186 730	0,10	0,24	0,34	82,2	66,6	98,6
1995	10 043 693	4 839 946	5 203 747	0,04	0,31	0,35	85,8	69,4	103,0
1996	10 084 196	4 860 523	5 223 673	0,03	0,37	0,40	88,9	72,0	106,8
1997	10 133 758	4 885 382	5 248 376	0,08	0,41	0,49	92,2	74,6	110,7
1998	10 186 634	4 912 169	5 274 465	0,07	0,45	0,52	94,9	76,8	114,0
1999	10 249 022	4 944 150	5 304 872	0,08	0,53	0,61	97,1	78,7	116,6
2000	10 330 774	4 986 458	5 344 316	0,14	0,65	0,79	100,6	81,5	120,7
2001	10 394 669	5 019 374	5 375 295	0,07	0,54	0,62	102,6	83,0	123,2
2002	10 444 592	5 037 340	5 407 252	0,08	0,40	0,48	104,0	84,1	124,9
2003	10 473 050	5 047 329	5 425 721	0,04	0,24	0,27	105,5	85,4	126,8
2004	10 494 672	5 053 722	5 440 950	0,07	0,14	0,21	107,6	87,1	129,3
2005	10 511 988	5 058 813	5 453 175	0,02	0,15	0,16	109,3	88,4	131,4
2006	10 532 588	5 064 395	5 468 193	0,03	0,16	0,20	111,5	90,1	134,1
2007	10 553 339	5 069 747	5 483 592	-0,01	0,21	0,20	113,8	91,9	136,8
2008	10 563 014	5 066 239	5 496 775	Θ	0,09	0,09	116,4	94,1	139,8
2009	10 573 479	5 063 745	5 509 734	-0,05	0,15	0,10	119,3	96,6	143,1
2010	10 572 721	5 053 543	5 519 178	-0,04	0,04	-0,01	123,9	100,1	148,8
2011	10 542 398	5 030 437	5 511 961	-0,06	-0,23	-0,29	127,6	103,2	153,2
2012	10 487 289	4 995 697	5 491 592	-0,17	-0,36	-0,52	131,1	106,0	157,5
2013	10 427 301	4 958 020	5 469 281	-0,23	-0,35	-0,57	136,0	110,1	163,2

^(a) Dados censitários até 1930.

Figura 6.2.2

Indicadores de natalidade (série longa)

Anos	Nados vivos (N.º) ^{(a) (b)}				Taxa bruta de natalidade	Índice sintético de fecundidade	Idade média da mulher ao nascimento do primeiro um filho	Idade média da mulher ao nascimento de um filho
	Total			Fora do casamento				
	HM	H	M		(‰)	(N.º)	(anos)	
1900	165 245	85 274	79 971	19 236	30,6	x	x	x
1910	186 953	96 845	90 108	20 601	31,7	x	x	x
1920	202 908	103 984	98 924	27 274	33,7	x	x	x
1930	202 529	103 928	98 601	29 409	29,8	x	x	x
1940	187 892	97 147	90 745	29 463	24,4	x	x	x
1950	205 163	106 025	99 138	24 132	24,3	x	x	x
1960	213 895	110 485	103 410	20 221	24,1	3,10	25,0	29,0
1970	180 690	93 223	87 467	x	20,8	2,80	24,4	28,7
1980	158 309	81 624	76 685	14 558	16,2	2,25	23,6	26,6
1981	152 071	78 331	73 740	14 434	15,4	2,13	23,6	26,6
1982	151 002	77 846	73 156	15 159	15,2	2,08	23,5	26,5
1983	144 296	74 792	69 504	15 441	14,5	1,96	23,5	26,5
1984	142 783	73 884	68 899	16 395	14,3	1,91	23,6	26,5
1985	130 450	67 331	63 119	16 088	13,0	1,73	23,8	26,6
1986	126 715	65 408	61 307	16 158	12,6	1,67	23,9	26,6
1987	123 179	63 549	59 630	16 315	12,3	1,63	24,1	26,8
1988	122 093	63 008	59 085	16 731	12,2	1,62	24,3	26,8
1989	118 483	60 858	57 625	17 212	11,8	1,58	24,5	26,9
1990	116 321	59 918	56 403	17 095	11,7	1,57	24,7	27,1
1991	116 299	59 862	56 437	18 122	11,7	1,56	24,9	27,2
1992	114 924	58 844	56 080	18 478	11,5	1,54	25,0	27,4
1993	113 960	58 388	55 572	19 298	11,4	1,52	25,2	27,5
1994	109 227	56 439	52 788	19 464	10,9	1,45	25,4	27,6
1995	107 097	55 662	51 435	19 972	10,7	1,41	25,6	27,8
1996	110 261	57 324	52 937	20 563	11,0	1,45	25,8	28,0
1997	112 933	58 037	54 896	22 063	11,2	1,47	25,9	28,1
1998	113 384	58 530	54 854	22 802	11,2	1,48	26,1	28,3
1999	116 002	59 774	56 228	24 186	11,4	1,51	26,4	28,5
2000	120 008	62 222	57 786	26 642	11,7	1,55	26,5	28,6
2001	112 774	58 365	54 409	26 814	10,9	1,45	26,8	28,8
2002	114 383	59 303	55 080	29 117	11,0	1,47	27,0	29,0
2003	112 515	58 210	54 305	30 236	10,8	1,44	27,4	29,2
2004	109 298	56 212	53 086	31 766	10,4	1,41	27,5	29,4
2005	109 399	56 612	52 787	33 633	10,4	1,42	27,8	29,6
2006	105 449	54 057	51 392	33 331	10,0	1,38	28,1	29,9
2007	102 492	52 683	49 809	34 443	9,7	1,35	28,2	30,0
2008	104 594	53 976	50 618	37 854	9,9	1,40	28,4	30,2
2009	99 491	50 873	48 618	37 928	9,4	1,35	28,6	30,3
2010	101 381	51 535	49 846	41 844	9,6	1,39	28,9	30,6
2011	96 856	49 688	47 167	41 489	9,2	1,35	29,2	30,9
2012	89 841	46 161	43 680	40 950	8,5	1,28	29,5	31,0
2013	82 787	42 219	40 567	39 434	7,9	1,21	29,7	31,2

^(a) Até 1980, os valores de nados vivos correspondem aos registados em Portugal. Após 1980, os valores reportam-se aos nados vivos cujas mães residiam em Portugal.

^(b) O valor total de nados vivos pode não corresponder à soma dos nados vivos por sexo devido à existência de registos com sexo ignorado.

Figura 6.2.3

Indicadores de mortalidade (série longa)

Anos	Óbitos (N.º)							Taxa bruta de mortalidade	Taxa infantil de mortalidade	Taxa de mortalidade neonatal	Taxa de mortalidade perinatal	Taxa de mortalidade fetal tardia
	Total ^(a) ^(b)			Menos de 1 ano ^(a)	Neonatais	Perinatais	Fetais tardios (28 ou mais semanas)					
	HM	H	M									
(%)												
1900	110 330	56 304	54 026	x	x	x	x	20,4	x	x	x	x
1910	113 161	58 132	55 653	25 024	x	x	x	19,2	133,9	x	x	x
1920	142 862	72 220	70 662	33 302	x	x	x	23,7	164,1	x	x	x
1930	116 352	59 508	56 844	29 077	x	x	x	17,1	143,6	x	x	x
1940	120 486	60 930	59 556	23 690	x	x	x	15,7	126,1	x	x	x
1950	102 798	52 366	50 432	19 308	x	x	x	12,2	94,1	x	x	x
1960	94 883	48 110	46 773	16 576	x	x	x	10,7	77,5	x	x	x
1970	92 854	47 179	45 675	10 026	x	x	x	10,7	55,5	x	x	x
1980	94 794	49 475	45 319	3 839	2 436	3 810	1 872	9,7	24,3	15,4	23,8	11,7
1981	95 728	50 043	45 685	3 309	2 197	3 472	1 680	9,7	21,8	14,4	22,6	10,9
1982	92 379	48 339	44 040	2 985	2 078	3 345	1 599	9,3	19,8	13,8	21,9	10,5
1983	96 179	50 045	46 134	2 776	1 866	3 049	1 502	9,7	19,2	12,9	20,9	10,3
1984	96 975	50 762	46 213	2 379	1 612	2 757	1 396	9,7	16,7	11,3	19,1	9,7
1985	97 085	50 820	46 265	2 317	1 578	2 582	1 255	9,7	17,8	12,1	19,6	9,5
1986	95 521	49 796	45 725	2 008	1 362	2 311	1 155	9,5	15,8	10,7	18,1	9,0
1987	95 102	49 582	45 520	1 744	1 211	2 065	1 035	9,5	14,2	9,8	16,6	8,3
1988	97 844	51 246	46 598	1 584	1 051	1 857	961	9,8	13,0	8,6	15,1	7,8
1989	95 743	50 046	45 697	1 435	950	1 730	931	9,6	12,1	8,0	14,5	7,8
1990	102 768	53 193	49 575	1 266	804	1 453	800	10,3	10,9	6,9	12,4	6,8
1991	103 882	54 185	49 697	1 254	803	1 418	782	10,4	10,8	6,9	12,1	6,8
1992	100 638	52 938	47 700	1 052	682	1 251	716	10,1	9,2	5,9	10,8	6,2
1993	105 950	55 560	50 390	985	629	1 163	695	10,6	8,6	5,5	10,1	6,1
1994	99 232	52 103	47 129	865	516	1 008	638	9,9	7,9	4,7	9,2	5,8
1995	103 475	54 078	49 397	796	501	967	583	10,3	7,4	4,7	9,0	5,4
1996	106 881	56 169	50 712	747	456	880	532	10,6	6,8	4,1	7,9	4,8
1997	104 778	54 841	49 937	726	461	780	460	10,4	6,4	4,1	6,9	4,1
1998	106 198	55 647	50 551	679	420	768	453	10,5	6,0	3,7	6,7	4,0
1999	107 871	56 179	51 692	651	415	745	436	10,6	5,6	3,6	6,4	3,7
2000	105 364	55 023	50 341	662	410	746	444	10,2	5,5	3,4	6,2	3,7
2001	105 092	54 838	50 254	567	332	630	390	10,1	5,0	2,9	5,6	3,4
2002	106 258	55 377	50 881	574	391	685	388	10,2	5,0	3,4	6,0	3,4
2003	108 795	55 966	52 829	466	304	581	349	10,4	4,1	2,7	5,1	3,1
2004	102 012	53 202	48 810	420	282	483	294	9,7	3,8	2,6	4,4	2,7
2005	107 464	55 493	51 971	384	242	477	306	10,2	3,5	2,2	4,3	2,8
2006	101 990	53 471	48 519	349	224	488	324	9,7	3,3	2,1	4,6	3,1
2007	103 512	53 379	50 133	353	213	452	289	9,8	3,4	2,1	4,4	2,8
2008	104 280	53 582	50 698	340	216	418	265	9,9	3,3	2,1	4,0	2,5
2009	104 434	53 310	51 124	362	245	456	291	9,9	3,6	2,5	4,6	2,9
2010	105 954	54 219	51 734	256	169	357	241	10,0	2,5	1,7	3,5	2,4
2011	102 848	52 544	50 301	302	230	374	227	9,7	3,1	2,4	3,9	2,3
2012	107 612	54 473	53 139	303	198	382	249	10,2	3,4	2,2	4,2	2,8
2013	106 543	54 169	52 373	244	161	283	180	10,2	2,9	1,9	3,4	2,2

^(a) Até 1950, os valores de óbitos correspondem ao número total de óbitos registado em território nacional. A partir de 1960, correspondem a óbitos de residentes em Portugal.

^(b) O valor total de óbitos pode não corresponder à soma dos óbitos por sexo devido à existência de registos com sexo ignorado.

^(c) Até 1950, os valores de óbitos de menos de 1 ano correspondem ao número total de óbitos registado em território nacional. A partir de 1960, correspondem a óbitos de crianças de mães residentes em Portugal.

Figura 6.2.4

Indicadores de nupcialidade (série longa)

Anos	Casamentos (N.º)										Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divorcialidade	Taxa bruta de viuvez
	Celebrados						Dissolvidos			Inter-rompi- dos por separa- ção ^(b)			
	Total ^(a)	Entre pessoas de sexo oposto				Entre pessoas do mesmo sexo	Total	Por morte ^(c)	Por divórcio ^(b) ^(c)				
		Total	dos quais										
			Católicos	Outra	Só civil								
(%o)													
1900	36 779	36 779	x	//	x	//	x	x	x	x	6,8	x	x
1910	38 931	38 931	x	//	x	//	x	x	x	x	6,6	x	
1920	53 024	53 024	x	//	x	//	x	x	561	x	8,8	x	x
1930	47 746	47 746	33 484	//	14 262	//	x	x	958	x	7,0	x	x
1940	46 618	46 618	36 253	//	10 365	//	x	x	649	x	6,1	x	x
1950	65 244	65 244	56 548	//	8 696	//	32 031	31 075	956	x	7,7	0,2	7,6
1960	69 457	69 457	63 035	//	6 422	//	32 246	31 497	749	412	7,8	0,2	7,4
1970	81 461	81 461	70 540	//	10 921	//	36 274	35 765	509	528	9,4	0,1	4,1
1980	72 164	72 164	53 871	//	18 293	//	47 660	41 817	5 843	82	7,4	0,6	4,3
1981	76 283	76 283	56 463	//	19 820	//	49 442	42 615	6 827	119	7,7	0,7	4,3
1982	73 660	73 660	54 662	//	18 998	//	48 053	41 283	6 770	127	7,4	0,7	4,2
1983	74 917	74 917	56 235	//	18 682	//	50 717	42 745	7 972	210	7,5	0,8	4,3
1984	69 875	69 875	51 796	//	18 079	//	50 612	43 578	7 034	114	7,0	0,7	4,4
1985	68 461	68 461	50 759	//	17 702	//	52 215	43 227	8 988	160	6,8	0,9	4,3
1986	69 271	69 271	50 635	//	18 636	//	51 080	42 669	8 411	165	6,9	0,8	4,3
1987	71 656	71 656	51 659	//	19 997	//	51 710	42 762	8 948	193	7,1	0,9	4,3
1988	71 098	71 098	51 502	//	19 596	//	53 213	44 191	9 022	164	7,1	0,9	4,4
1989	73 195	73 195	52 913	//	20 282	//	52 820	43 163	9 657	195	7,3	1,0	4,3
1990	71 654	71 654	51 963	//	19 691	//	55 251	46 035	8 708	183	7,2	0,9	4,6
1991	71 808	71 808	51 738	//	20 070	//	57 271	46 652	10 047	155	7,2	1,1	4,7
1992	69 887	69 887	49 384	//	20 503	//	57 946	45 517	11 792	192	7,0	1,2	4,6
1993	68 176	68 176	48 246	//	19 930	//	59 510	47 417	11 487	229	6,8	1,2	4,8
1994	66 003	66 003	46 002	//	20 001	//	57 559	44 701	12 858	292	6,6	1,4	4,5
1995	65 776	65 776	45 229	//	20 547	//	58 779	46 623	12 156	354	6,6	1,2	4,7
1996	63 672	63 672	42 322	//	21 350	//	61 085	47 840	13 245	342	6,3	1,3	4,8
1997	65 770	65 770	44 457	//	21 313	//	60 909	46 982	13 927	312	6,5	1,4	4,6
1998	66 598	66 598	44 644	//	21 954	//	62 019	46 921	15 098	325	6,6	1,5	4,6
1999	68 710	68 710	45 673	//	23 037	//	64 853	47 177	17 676	288	6,7	1,7	4,6
2000	63 752	63 752	41 331	//	22 421	//	65 539	46 435	19 104	338	6,2	1,9	4,5
2001	58 390	58 390	36 509	//	21 881	//	64 893	46 042	18 851	348	5,6	1,8	4,4
2002	56 457	56 457	35 301	//	21 156	//	73 848	46 140	27 708	462	5,4	2,7	4,4
2003	53 735	53 735	32 038	//	21 697	//	69 519	46 902	22 617	461	5,1	2,2	4,5
2004	49 178	49 178	28 094	//	21 084	//	68 194	45 033	23 161	453	4,7	2,2	4,3
2005	48 671	48 671	26 809	//	21 862	//	69 004	46 428	22 576	588	4,6	2,1	4,4
2006	47 857	47 857	24 954	//	22 903	//	68 091	45 210	22 881	458	4,5	2,2	4,3
2007	46 329	46 329	21 943	41	24 345	//	71 160	46 040	25 120	482	4,4	2,4	4,4
2008	43 228	43 228	19 238	67	23 923	//	72 859	46 749	26 110	478	4,1	2,5	4,4
2009	40 391	40 391	17 451	80	22 860	//	72 810	46 634	26 176	497	3,8	2,5	4,4
2010	39 993 [⊥]	39 727	16 720	18	22 989	266	74 544	46 988	27 556	521	3,8	2,6	4,4
2011	36 035	35 711	14 121	109	21 481	324	72 343 [⊥]	45 592 [⊥]	26 751 [⊥]	550	3,4	2,5	4,3
2012	34 423	34 099	12 945	190	20 964	324	71 597	46 217	25 380	595	3,3	2,4	4,4
2013	31 998	31 693	11 576	197	19 920	305	68 093	45 568	22 525	557	3,1	2,2	4,4

^(a) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, em 2010, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos celebrados de 2010, relativamente aos anos anteriores.

^(b) Até 1994, os valores dos casamentos dissolvidos por divórcio ou interrompidos por separação dizem respeito à totalidade dos divórcios decretados ou interrompidos por separação, em Portugal. A partir de 1994 correspondem aos divórcios decretados ou interrompidos por separação, em Portugal, de indivíduos residentes apenas em território nacional.

^(c) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, em 2010, verificou-se uma quebra de série no total de casamentos dissolvidos de 2011, relativamente aos anos anteriores.

Figura 6.2.5

Indicadores de população estrangeira a residir ou permanecer de forma legal, em Portugal, segundo o enquadramento legal, 1980-2013 ^{a)}

Ano	População estrangeira com estatuto de residente ^{b)}	População estrangeira a quem foi concedido título de residência ^{b) c)}	Autorizações de Permanência concedidas ^{d)}	Autorizações de Permanência prorrogadas ^{d)}	Vistos de longa duração prorrogados ^{b) e)}	Vistos concedidos nos postos consulares portugueses ^{f)}
1980	50 750	x	//	//	x	x
1981	54 414	x	//	//	x	x
1982	58 667	x	//	//	x	x
1983	67 485	x	//	//	x	x
1984	73 365	x	//	//	x	x
1985	79 594	x	//	//	x	x
1986	86 982	x	//	//	x	x
1987	89 778	x	//	//	x	x
1988	94 694	x	//	//	x	x
1989	101 011	x	//	//	x	x
1990	107 767	x	//	//	x	x
1991	113 978	x	//	//	x	x
1992	123 612	13 735	//	//	x	x
1993	136 932	9 852	//	//	x	x
1994	157 073	5 653	//	//	x	x
1995	168 316	5 025	//	//	x	x
1996	172 912	3 644	//	//	x	x
1997	175 263	3 298	//	//	x	x
1998	178 137	6 485	//	//	x	x
1999	191 143	15 290	//	//	x	x
2000	207 587	18 753	//	//	x	8 897
2001	223 997	19 135	126 901	x	x	10 312
2002	238 929	18 311	47 657	x	x	10 484
2003	249 995	14 108	9 097	x	x	10 755
2004	263 322	16 519	178	x	x	19 956
2005	274 631	14 708	//	93 391	46 637	16 088
2006	332 137	62 332	//	32 661	55 391	16 937
2007	401 612	60 117	//	5 741	28 383	10 597 ^{g)}
2008	436 020	72 826	//	//	4 257	18 188
2009	451 742	61 445	//	//	2 449	15 811
2010	443 055	50 747	//	//	2 207	14 988
2011	434 708	45 369	//	//	2 114	13 830
2012	414 610	38 537	//	//	2 432	15 834
2013	398 268	33 246	//	//	3 052	14 047

Fontes: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)-População estrangeira com estatuto de residente; população estrangeira a quem foi concedido título de residência; autorizações de permanência concedidas; autorizações de permanência prorrogadas; vistos de longa duração prorrogados; *Ministério dos Negócios Estrangeiros /Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas* - vistos concedidos nos postos consulares portugueses.

^{a)} A utilização da informação estatística apresentada deve ter em atenção a legislação de estrangeiros em vigor à data de referência dos factos.

^{b)} Por comparação com o ano 2005 verificou-se em 2006 e anos seguintes um incremento no número de solicitações de títulos de residência que concorreu para um acréscimo no número de estrangeiros com estatuto de residente. Este aumento resultou da possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência ao abrigo dos decretos-Lei 244/98 de 8 de agosto e 34/2003 de 25 de fevereiro e da Lei 23/2007 de 4 de julho, relativa à entrada e permanência de estrangeiros em território nacional. Estas alterações legislativas tiveram também impacto no número de vistos de longa duração prorrogados, com uma acentuada diminuição a partir de 2007.

^{c)} No período 1992-2007 os dados reportam-se a população estrangeira que solicitou título de residência. A partir de 2008 os dados respeitam a população estrangeira a quem foi concedido título de residência.

^{d)} Mecanismo legal criado pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de janeiro e revogado pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25 de fevereiro.

^{e)} O ligeiro aumento do número de vistos de longa duração prorrogados verificado em 2013, resultou de alteração legislativa (Lei 29/2012 de 9 de agosto, nomeadamente o artigo 54º).

^{f)} Até 2007 o valor corresponde ao total de vistos de longa duração concedidos (vistos de trabalho, de estada temporária e vistos de estudo, conforme Decreto-Lei nº 4/2001 de 10 de janeiro-regulação de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional). A partir de 2008 os dados correspondem à soma do total de vistos de estada temporária e dos vistos de residência em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor, Lei 23/2007 de 4 de julho.

Notas explicativas e conceitos

Capítulo

7

Notas explicativas e conceitos

135

Aquisição da Nacionalidade – Forma de aquisição derivada da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade, por adoção plena ou por naturalização, cujos efeitos se reportam à data do registo. Reúnem condições para adquirir a nacionalidade por efeito da vontade, através de declaração, os estrangeiros que sejam filhos menores ou incapazes de pai ou mãe que adquira a nacionalidade portuguesa; os estrangeiros que estejam casados ou que vivam em união de facto há mais de três anos com um cidadão português; e os estrangeiros que se tornem capazes e hajam perdido a nacionalidade portuguesa durante a incapacidade. Concorrem para a aquisição de nacionalidade por naturalização os estrangeiros que residem legalmente em território nacional há pelo menos seis anos; os menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que um dos progenitores resida legalmente em Portugal há pelo menos cinco anos; os indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa; os estrangeiros descendentes de nacional português; os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que tenham permanecido habitualmente em Portugal nos dez anos imediatamente anteriores ao pedido.[cf.Lei Orgânica n.º2/2006 de 17 de abril]

Autorização de Permanência – Mecanismo legal criado pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de janeiro, que permitia que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam não sendo titulares de visto adequado e que reunissem as seguintes condições: ser titular de contrato de trabalho com informação favorável do Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT); não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses; não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; não estar indicado para efeitos de não admissão no Sistema Integrado de Informações do SEF. Esta figura legal foi revogada em 2003, pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25 de fevereiro.

Casamento – Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos da legislação em vigor.
Nota: o casamento pode celebrar-se entre pessoas de sexo diferente ou do mesmo sexo.

Crescimento efetivo da população – Ver «Variação populacional».

Distribuição geográfica do facto – Ver «Local do registo».

Distribuição geográfica de residência – Ver «Local de residência».

Divórcio – Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento em vida dos cônjuges, a requerimento de um contra o outro (divórcio sem consentimento de um dos cônjuges) ou de ambos (divórcio por mútuo consentimento), conferindo a cada um o direito de voltar a casar.

Nota: são fundamento do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges: a separação de facto por um ano consecutivo; a alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de um ano e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum; a ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a um ano; quaisquer outros factos que, independentemente da culpa dos cônjuges, mostrem a rutura definitiva do casamento.

Duração do casamento – Período de anos completos contados entre a celebração do casamento e a verificação de um facto de referência. Os factos de referência podem ser: nascimento de um filho, morte de um dos cônjuges, divórcio, data de observação, etc.

Emigrante – Ver “Emigrante Permanente” e “Emigrante Temporário”.

Emigrante Permanente – Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Emigrante Temporário – Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

Esperança de vida – Ver «Esperança de vida numa determinada idade; Esperança de vida à nascença»

Esperança de vida numa determinada idade – Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento.

Esperança de vida à nascença – Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento.

Estado civil – Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.

Feto-morto – Produto da fecundação, cuja morte ocorreu antes da expulsão ou da extração completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez; indica o óbito o facto de o feto, depois da separação não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou contrações efetivas de qualquer músculo sujeito a ação voluntária.

Fundamentos do divórcio – Ver <<Divórcio>>.

Idade – Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.

Idade gestacional – Duração da gestação, a qual é expressa em dias ou semanas completas e é calculada a partir do primeiro dia do último período menstrual normal.

Idade média ao casamento – Idade média das pessoas (nubentes) ao casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao primeiro casamento – Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao nascimento de um filho – Idade média das mães ao nascimento de um filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao nascimento do primeiro filho – Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idoso – Indivíduo com 65 e mais anos.

Imigrante – Ver “Imigrante Permanente” e “Imigrante Temporário”.

Imigrante Permanente – Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Imigrante Temporário – Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Índice de dependência de idosos – Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

$$IDI = [(P(65,+) / P(15,64))] * 10^n ;$$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência de jovens – Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

$$IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] * 10^n ;$$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência total – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDT = [(P(0,14) + P(65,+)) / P(15,64)] * 10^n ;$$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de envelhecimento – Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

$$IE = [(P(65,+) / P(0,14))] * 10^n ;$$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Índice sintético de fecundidade (ISF) – Número médio de crianças nascidas vivas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Local do parto – Consideram-se três tipos de local:

Em domicílio – domicílio da mãe do nado-vivo ou do feto-morto, de um familiar ou qualquer outro domicílio;

Em estabelecimento hospitalar - hospitais e centros de saúde com internamento;

Noutro local – transportes, via pública, etc.

Local de registo – Local onde se situa a conservatória do registo civil onde foi lavrado o assento de nascimento, de casamento, ou de óbito.

No caso do divórcio, será a conservatória do registo civil ou o tribunal judicial onde foi decretado.

Local de residência – Local onde os indivíduos tenham vivido a maior parte do ano ou, no caso de divórcio ou separação de pessoas e bens, o local onde se situava a casa de morada de família.

Migração – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Migração permanente – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objetivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a um ano.

Migração temporária – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objetivo de aí fixar residência por um período inferior a um ano.

Mortalidade fetal – Ver «Mortalidade fetal precoce; Mortalidade fetal intermédia; Mortalidade fetal tardia».

Mortalidade fetal precoce – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional inferior a 22 semanas completas de gestação.

Mortalidade fetal intermédia – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional compreendida entre as 22 semanas completas de gestação e menos de 28 semanas completas de gestação.

Mortalidade fetal tardia – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas de gestação.

Mortalidade infantil – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.

Mortalidade neonatal – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 28 dias de idade.

Mortalidade neonatal precoce – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 7 dias de idade.

Mortalidade perinatal – Óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade.

Mortalidade pós-neonatal – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com 28 ou mais dias de idade e menos de um ano de idade.

Nacionalidade – Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção de nacionalidade, devem ser consideradas com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Nado-vivo – O produto do nascimento vivo.

Nascimento vivo – É a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida.

Nascimentos totais – Total de nados-vivos e fetos-mortos.

Naturalidade – Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Óbito – Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

Óbito fetal – Morte de um produto da fecundação antes da expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez. Indica o óbito, a circunstância do feto, depois de separado, não respirar nem manifestar quaisquer outros sinais de vida tais como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical, ou contrações efetivas de qualquer músculo sujeito à ação da vontade.

Ordem de nascimento – Número de filhos anteriores na vida de uma mulher mais um.

Nota: Este conceito pode ser utilizado tendo em conta apenas os nados-vivos, ou os nascimentos totais.

Peso à nascença – Primeira medida de peso (em gramas) do nado-vivo obtida após o nascimento. Pesagem feita, de preferência, durante a primeira hora de vida, antes que ocorra uma significativa perda de peso pós-natal.

População estrangeira com estatuto legal de residente (título de residência válido)

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor.

População média – População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

$$PM = (P(0) + P(t)) / 2;$$

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

População residente – Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Nota: Este conceito é utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o momento de observação se reporta ao momento censitário e é extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta também ao momento censitário.

Relação de masculinidade – Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres).

$$RM = (H / M) * 10^2;$$

H – População do sexo masculino;

M – População do sexo feminino.

Relação de masculinidade à nascença – Quociente entre os nados vivos do sexo masculino e os do sexo feminino, ocorridos num determinado período (habitualmente expresso por 100 (10²) nados vivos do sexo feminino).

$$RMN = [NV(h) / NV(m)] * 10^n ;$$

NV(h) – Nados vivos masculinos;

NV(m) – Nados vivos femininos.

Residência principal / habitual – Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Saldo migratório – Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

$$SM_{(0,t)} = I_{(0,t)} - E_{(0,t)} = VP_{(0,t)} - SN_{(0,t)}$$

$I_{(0,t)}$ - Entradas por migração entre os momentos 0 e t.

$E_{(0,t)}$ - Saídas por migração entre os momentos 0 e t.

$VP_{(0,t)}$ - Variação populacional entre os momentos 0 e t.

$SN_{(0,t)}$ - Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Saldo natural – Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

$$SN_{(0,t)} = NV_{(0,t)} - Ob_{(0,t)}$$

$NV_{(0,t)}$ - Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

$Ob_{(0,t)}$ - Óbitos entre os momentos 0 e t.

Separação legal de pessoas e bens – Alteração da vida familiar dos cônjuges, por decisão legal, cessando os deveres de coabitação e assistência, mas mantendo-se o vínculo ao casamento.

Nota: Relativamente aos Fundamentos, ver nota do conceito de Divórcio.

Taxa bruta de divórcio – Ver «Taxa bruta de divorcialidade»

Taxa bruta de divorcialidade – Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (10³) habitantes).

$$TBD = [D(0,t) / [(P(0) + P(t))/2]] * 10^n ;$$

D(0,t) – Divórcios entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t. TBD = 10

Taxa bruta de mortalidade – Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes).

$$TBM = [Ob(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^n ;$$

Ob(0,t) – Óbitos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de natalidade – Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

$$TBN = [NV(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^n ;$$

NV(0,t) – Nados-vivos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de nupcialidade – Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10^3) habitantes).

$$TBNupc = [C(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^n ;$$

C(0,t) – Casamentos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de viuvez – Número de casamentos dissolvidos por morte de um dos cônjuges observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de viúvos por 1000 (10^3) habitantes).

$$TBV = [V(0,t) / [(P(0) + P(t))/2]] * 10^n ;$$

V(0,t) – Viúvos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento efetivo – Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

$$TCE = [P(t) - P(0) / [(P(0) + P(t))/2]] * 10^n ;$$

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento migratório – Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

$$TCM = [SM(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^n ;$$

SM(0,t) – Saldo migratório entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento natural – Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

$$TCN = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^n ;$$

SN(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de fecundidade geral – Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) mulheres em idade fértil).

$$TFG = [NV(0,t) / PM_m(15,49)] * 10^n ;$$

NV (0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t;

PM_m (15,49) – População média de mulheres entre os 15 e os 49 anos.

Nota: Este conceito é extensível ao cálculo das Taxas de fecundidade por grupos etários, com a devida aplicação do intervalo etário considerado (Exemplo: $TF_{15-19} = [NV(0,t)_{<20} / PM_m(15,19)] * 10^n$).

Taxa de mortalidade fetal tardia – Número de fetos mortos de 28 ou mais semanas observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de fetos mortos de 28 ou mais semanas por 1000 (10^3) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

$$TMFT = [FM+28(0,t) / [N(0,t) + FM+28(0,t)]] * 10^n ;$$

FM+28(0,t) – Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade infantil – Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10^3) nados vivos).

$$TMI = [Ob-1(0,t) / NV(0,t)] * 10^n ;$$

Ob-1(0,t) – Óbitos de crianças com menos de 1 ano entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade neonatal – Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos).

$$TMN = [Ob-28(0,t) / NV(0,t)] * 10^n ;$$

Ob-28(0,t) – Óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade perinatal – Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

$$TMP = [(FM+28(0,t))+Ob-7d(0,t) / (NV(0,t)+ FM+28(0,t))] * 10^n ;$$

FM+28(0,t) – Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

Ob-7d(0,t) – Óbitos de nados vivos com menos de 7 dias, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade pós-neonatal – Número de óbitos de crianças de 28 dias a 365 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças de 28 dias a 365 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos).

$$\text{Fórmula TMN} = [Ob \text{ de } 28 \text{ a } 365 \text{ dias}(0,t) / NV(0,t)] * 10^n ;$$

Onde: Ob28 a 365 dias(0,t) = Óbitos de crianças com 28 a 365 dias de idade, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) = Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Variação populacional – Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório:

$$VP_{(0,t)} = P_t - P_0 ;$$

P_0 = População no momento 0;

P_t = População no momento t.

Visto de estada temporária – Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português para:

- a) Tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos;
- b) Transferência de cidadãos nacionais de Estados partes na Organização Mundial de Comércio, no contexto da prestação de serviços ou da realização de formação profissional em território português;
- c) Exercício em território nacional de uma atividade profissional, subordinada ou independente, de caráter temporário, cuja duração não ultrapasse, em regra, os seis meses;
- d) Exercício em território nacional de uma atividade de investigação científica em centros de investigação, de uma atividade docente num estabelecimento de ensino superior ou de uma atividade altamente qualificada durante um período de tempo inferior a um ano;
- e) Exercício em território nacional de uma atividade desportiva amadora, certificada pela respetiva federação, desde que o clube ou associação desportiva se responsabilize pelo alojamento e cuidados de saúde;
- f) Permanecer em território nacional por períodos superiores a três meses, em casos excecionais, devidamente fundamentados, designadamente para frequência de programa de estudo em estabelecimento de ensino, intercâmbio de estudante, estágio profissional não remunerado ou voluntariado, de duração igual ou inferior a um ano, ou para efeitos de cumprimento dos compromissos internacionais no âmbito da Organização Mundial de Comércio e dos decorrentes de convenções e acordos internacionais de que Portugal seja Parte, em sede de liberdade de prestação de serviços;
- g) Acompanhamento de familiar sujeito a tratamento médico nos termos da alínea a).

O visto de estada temporária é válido por quatro meses e para múltiplas entradas em território nacional.[cf.Lei n.º29/2012 de 9 de agosto]

Visto de residência – Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de solicitar autorização de residência para:

- a) Exercício de atividade profissional subordinada;
- b) Exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores;
- c) Para atividade de investigação ou altamente qualificada;
- d) Para atividade altamente qualificada exercida por trabalhador subordinado;
- e) Para estudo, intercâmbio de estudantes, estágio profissional ou voluntariado;
- f) No âmbito da mobilidade dos estudantes do ensino superior;
- g) Para efeitos de reagrupamento familiar

O visto de residência é válido para duas entradas em território português e habilita o seu titular a nele permanecer por um período de quatro meses. [cf.Lei n.º29/2012 de 9 de agosto]

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA PORTUGUESA

ESTADO DA POPULAÇÃO / CENSOS

149

CADASTRO DO REINO (1801-1812) (INSTRUÇÕES GERAIS E PLANO) (1 VOL).

TÁBOAS TOPOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS. ANO DE 1801 (1 VOL).

POPULAÇÃO. CENSO NO 1.º DE JANEIRO DE 1864 (1 VOL).

POPULAÇÃO. CENSO NO 1.º DE JANEIRO DE 1878 (1 VOL).

CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1890 (3 VOL).

CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1900 (4 VOL).

CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1911 (4 VOL).

CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1920 (2 VOL).

CENSO EXTRAORDINÁRIO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE LISBOA E PORTO, EM 1 DE DEZEMBRO DE 1925 (1 VOL).

CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1930 (3 VOL. E 2 FOLHETOS)

- VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1940:
RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO). RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO)
CONTINENTE E ILHAS, DISTRITOS DE AVEIRO, BEJA, BRAGA, BRAGANÇA,
CASTELO BRANCO, COIMBRA, ÉVORA, FARO, GUARDA, LEIRIA, LISBOA,
PORTALEGRE, PORTO, SANTARÉM, SETÚBAL, VIANA DO CASTELO, VILA REAL,
VISEU, ANGRA DO HEROÍSMO, HORTA, PONTA DELGADA, E FUNCHAL.
RELATÓRIO. MEMÓRIA DESCRITIVA (25 VOL.).
- IX RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1950:
RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).
RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO).
POPULAÇÃO RESIDENTE E PRESENTE, FAMÍLIAS, CASAIS, MULHERES CASADAS,
CONVIVÊNCIAS, ESTRANGEIROS, CEGOS, SURDOS-MUDOS E ORFÃOS (I TOMO).
IDADE E INSTRUÇÃO (II TOMO).
CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO, ENCARGOS DE FAMÍLIA E MEIO DE VIDA
(III TOMO - VOL 1.º).
POPULAÇÃO AGRÍCOLA (III TOMO - VOL 2.º).
INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DA FAMÍLIA (ANEXO).

- X RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1960:
RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).
RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO).
INVENTÁRIO DE PRÉDIOS E FOGOS (ANEXO).
PRÉDIOS E FOGOS; POPULAÇÃO - DADOS RETROSPECTIVOS.
DISTRITOS E FREGUESIAS (1 TOMO - VOL. 1.º) PRÉDIOS E FOGOS; POPULAÇÃO - DADOS RETROSPECTIVOS (LUGARES - I TOMO - VOL. 2.º).
FAMÍLIAS, CONVIVÊNCIAS E POPULAÇÃO RESIDENTE E PRESENTE POR FREGUESIAS, CONCELHOS, DISTRITOS E CENTROS URBANOS (II TOMO).
IDADE (III TOMO - VOL. 1.º).
ESTRANGEIROS, ORFÃOS, CEGOS, SURDOS-MUDOS (IV TOMO).
CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO E MEIO DE VIDA.
TOTAL GERAL; TOTAIS DOS CENTROS URBANOS E DAS ZONAS RURAIS (V TOMO - VOL. 1.º).
DISTRITOS (V TOMO VOL. 2.º).
CONCELHOS E CENTROS URBANOS (V TOMO - VOL. 3.º).
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS (VI TOMO).
- XI RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO EM 15 DE DEZEMBRO DE 1970:
DADOS PRELIMINARES. ESTIMATIVA A 5%. ESTIMATIVA A 20%.
- XII RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1981:
RESULTADOS DEFINITIVOS.
- XIII RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 15 DE ABRIL DE 1991:
RESULTADOS DEFINITIVOS.
2ª EDIÇÃO PARA PORTUGAL E LISBOA E VALE DO TEJO.
- XIV RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 12 DE MARÇO DE 2001: RESULTADOS DEFINITIVOS
- XV RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 21 DE MARÇO DE 2011: RESULTADOS DEFINITIVOS

ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

MAPPAS ESTATÍSTICOS DOS BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS QUE HOUE NO REINO DE PORTUGAL E ILHAS ADJACENTES: ANNO DE 1862 (1 VOL.).
MOVIMENTO DA POPULAÇÃO.
ESTADO CIVIL - EMIGRAÇÃO: - ANOS DE 1887, 1888, 1889, 1890, 1891 - 1892-1893 - E 1894 - 1895 - 1896. (6 VOL.).
TABELAS DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL (1901-1910) (1 VOL.).
EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: ANOS DE 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 E 1912 (12 VOL.).
MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - RESUMO: ANOS DE 1907 A 1911 (1 FOLHETO).
MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - RESUMO: ANOS DE 1908 A 1912 (1 FOLHETO).

ESTATÍSTICA DEMOGRAFICA - MOVIMENTO DA POPULAÇÃO: ANOS DE 1909-1913, 1910-1914, 1911-1915, 1912-1916, 1913-1917, 1914-1918, 1915-1919, 1916-1920 E 1917-1921 (9 VOL.).

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL: - ANOS DE 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924 E 1925 (13 VOL.).

ANUÁRIO DEMOGRAFICO (ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL): ANOS DE 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, E 1940 (12 VOL.).

ANUÁRIO DEMOGRAFICO (ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL): ANOS DE 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 E 1966.

ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS: - 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976-1979, 1980-1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

PUBLICAÇÕES NÃO PERIÓDICAS DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

- A ALIMENTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS, POR ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREA - 1951.
- A FREGUESIA DE SANTA CATARINA DE LISBOA, NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR M^a DE LOURDES AKOLA DA CUNHA MEIRA DO CARMO DA SILVA NETO - 1959.
- A VILA DE PENAMACOR NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR CARLOTA MARIA GONÇALVES BORGES LANDEIRO - 1965.
- A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE LISBOA, NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR M^a DE LOURDES AKOLA DA CUNHA MEIRA DO CARMO DA SILVA NETO - 1967.
- O POVOAMENTO DA METRÓPOLE OBSERVADO ATRAVÉS DOS CENSOS, POR FERNANDO MARQUES DA SILVA - 1970.
- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MORTALIDADE PORTUGUESA, POR MANUEL PEREIRA OLIVEIRA MARQUES - 1970.
- UM SÉCULO DE POPULAÇÃO PORTUGUESA, POR JOÃO PEREIRA ENVANGELISTA - 1971.
- A POPULAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES EM 1894 (UM CENSO INÉDITO), POR CARLOS SANTOS REIS - 1973.
- A NUTRIÇÃO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS (SUBSÍDIO PARA UMA BIBLIOGRAFIA), VOL. I, POR CARLOS SANTOS REIS - 1973.
- A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1730 A 1759, POR MARIA LUCILIA DE SOUSA RIBEIRO MARQUES - 1974.
- A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1760 A 1784, POR MARIA CELESTE DUARTE - 1974.

- A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1700 A 1729, POR GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS SANTOS - 1979.
- MÉTODO DE EXPLORAÇÃO DE LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS E CARDANHA E A SUA POPULAÇÃO DE 1573 A 1800, POR NORBERTA BETTENCOURT AMORIM - 1980.

CADERNOS DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (10 NÚMEROS PUBLICADOS):

- 1 - PLANO DE ACÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO - 1976.
- 2 - A POPULAÇÃO DE PORTUGAL, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS E ALBERTO EDUARDO DE ALARCÃO E SILVA - 1976.
- 3 - O DESIQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS - 1976.
- 4 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE DISTRITAIS E REGIONAIS 1959-62 E 1969-72, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS - 1976.
- 5 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE GLOBAIS E REGIONAIS, 1929-32, 1939-42 E 1949-52, POR J. MANUEL NAZARETH - 1977.
- 6 - LA POPULATION NOIRE DE L'ANGOLA, POR CARLOS A. DA COSTA CARVALHO - 1979.
- 7 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE, DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS 1975-1982, POR CUSTÓDIO CONIM, ARMANDO MARQUES E JOSÉ ELISA PINTO.
- 8 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO E FUTURO URBANO.
- 9 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO - 1984.
- 10 - ESPERANÇAS DE VIDA SEM INCAPACIDADES FÍSICAS DE LONGA DURAÇÃO, 1999.

SÉRIE ESTUDOS

- N.º 2 - SOBRE O DIFERIMENTO DA DATA DO NASCIMENTO EM PORTUGAL, POR J. DO REGO FRONTEIRA - 1941.
- N.º 8 - TÁBUA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1939-1942), POR J. PAIS MORAIS - 1945.
- N.º 10 - SOBRE O DIFERIMENTO DA DATA DO NASCIMENTO EM PORTUGAL (NOVAS OBSERVAÇÕES), POR J. DO REGO FRONTEIRA - 1946.
- N.º 12 - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA - POR J. PAIS MORAIS - 1947.
- N.º 18 - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA - II, POR J. PAIS MORAIS - 1950.
- N.º 22 - ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS, POR J. PAIS MORAIS - 1953.

- N.º 24 - TÁBUA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1949-1952), POR J. PAIS MORAIS - 1953.
- N.º 45 - PROJECCÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES (1971-76-81), POR OLIVEIRA MARQUES - 1972.
- N.º 49 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO (1941-1975), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1972.
- N.º 50 - PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS (PORTUGAL 1975-1990), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1978.
- N.º 52 - MORTALIDADE INFANTIL (1950-1975), POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1977.
- N.º 54 - CRESCIMENTO REGIONAL DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1941-1977), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1979.
- N.º 55 - COLECTÂNEA DE DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS À SITUAÇÃO DA CRIANÇA - 1979, ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1979.
- N.º 56 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE 1941-1975, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1980.
- N.º 57 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOBRE A QUALIDADE DOS DADOS CENSITÁRIOS - RECEASEAMENTOS DA POPULAÇÃO 1864-1970, POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1980.
- Nº 83 - AS GERAÇÕES MAIS IDOSAS – 1999.

REVISTA DE ESTUDOS

- REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 1 a 29.
- ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 30 e 31.
- REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 32 a 53.

ESTIMATIVAS E PROJECCÕES DE POPULAÇÃO

- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 21, 30-06-95 E 31-12-95.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 22, 30-06-82 A 30-06-90 E 31-12-81 A 31-12-90.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 23, CONCELHOS DE 1990 A 1995.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 24, 30-06-96 E 31-12-96.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 25, CONCELHOS E IDADES DE 1996.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 26, 30-06-97 E 31-12-97.

- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 27, POR NUTS I, II, III E CONCELHOS, EM 1997.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 28, 30-06-99 E 31-12-98.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 29, POR NUTS I, II, III E CONCELHOS, EM 1998.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: 1999- 2001.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS, 1981-1990, PORTUGAL, NUTS II, III E CONCELHOS.
- ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS, 1991-2001, PORTUGAL, NUTS II, III E CONCELHOS.
- ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS 2001 - 2010, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.
- ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2011, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.
- ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2012, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.
- ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2013, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.
- PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2000-2050 – 2003.
- PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL E NUTSII, 2000-2050 – 2004.
- PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL E NUTS III, 2000-2050 – 2005.
- PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL, 2008-2060 – 2008.
- PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL, 2012-2060 – 2014.

OUTROS PERIÓDICOS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL, 2012
- ANUÁRIOS REGIONAIS, 2012
- AS PESSOAS, 2012
- INDICADORES SOCIAIS, 2011
- RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2011.

OUTROS NÃO PERIÓDICOS

- ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A MULHER, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1975.
- ANÁLISE DA IDADE MÉDIA AO CASAMENTO 1930-1978, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1984.
- PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS: 1980 - 2000; RELATÓRIO FINAL - 1986.

- PORTUGAL SOCIAL, 1991-1995 – 1998.
- PERSPECTIVAS DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA: 1980-2000 – 1989.
- INQUÉRITO À FECUNDIDADE E FAMÍLIA 1997- 2001.
- MULHERES E HOMENS EM PORTUGAL NOS ANOS 90 – 2002.
- PORTUGAL SOCIAL, 1991-2001 – 2003.
- 30 ANOS DE 25 DE ABRIL – UM RETRATO ESTATÍSTICO – 2004.
- SÓCIO-DEMOGRAFIA DAS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE DO ALGARVE 1991-2001, 2004.
- HOMENS E MULHERES EM PORTUGAL – 2010.
- INQUÉRITO À FECUNDIDADE 2013 – 2014.